revista CAMINHOS



Protestos e passeatas?

E a "primavera" da UFMG?

Sequelas da competição científica

"Ansiedade e Estresse" pela Psicologia Biológica

Magistério Superior: A Odiosa Discriminação

Portfólio: Conservação e Restauração de Bens

Preservação da Memória

Perfil psicológico: João Guimarães Rosa

Enfermagem: Gestão de pessoas em saúde

apubh

REVISTA DO SINDICATO DOS PROFESSORES DE UNIVERSIDADES FEDERAIS DE BELO HORIZONTE E MONTES CLAROS / 2013

30

Biblioteca APUBH

apubh.
Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros

DATA DE DEVOLUÇÃO

APUBH - BIBLIOTECA

CAMINHOS

REVISTA DO SINDICATO DOS PROFESSORES DE
UNIVERSIDADES FEDERAIS DE BELO HORIZONTE
E MONTES CLAROS

N° 30 / 2013

APUBH
BELO HORIZONTE
PUBLICAÇÃO ANUAL
CAMINHOS 2013
ISSN - 1517-3038

Conselho Editorial
Dalmir Francisco
Débora Torres Mendes de Oliveira
Marta de Oliveira Pimentel
Otávia Fernandes de Souza Rodrigues

Coordenação e Edição
Marketing e Comunicação da Apubh

Jornalista Responsável
Simone Ribeiro de Melo
MTB 1145/MG

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica: Lucas Daian

Impressão
Gráfica Formato

Distribuição gratuita
Venda proibida

CS 1980
APU
CAM
2013

CAMINHOS
- V. 30, n1, (Outubro) 2013 - Belo Horizonte: Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros - APUBH, 2013

CAMINHOS 2013
ISSN: 1517-3038

1. Docentes Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - Periódico - 1. Título

Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros – APUBH
Gestão 2012-2014

DIRETORIA EXECUTIVA:

- Presidente:
João Maurício Lima de F. Mota
- 1º vice-presidente:
José Lopes de Siqueira Neto
- 2º vice-presidente:
Giovane Azevedo
- Secretário-Geral:
Otávia F. de S. Rodrigues
- Vice-Secretária-Geral:
Débora Torres Mendes de Oliveira
- Diretor de Finanças:
Armando Gil Magalhães Neves
- Vice-Diretor de Finanças:
Carlos Barreira Martinez
- 1º Suplente:
Augusto Afonso Guerra Filho
- 2º Suplente:
Marta de Oliveira Pimentel

DIRETORIAS SETORIAIS:

- Ciência e Tecnologia:
Haroldo Béria Campos
- Hospital Universitário:
Mauro Ivan Salgado e Lúcio José Vieira
- Política de Ensino Básico e Profissional:
Alex Fabiani de Brito Torres e
Fábio Costa Pedro
- Diretoria de Política Educacional:
Rosângela Carrusca Alvim
- Política Sindical:
Paulo César da Costa Pinheiro
- Diretoria de Aposentados:
Maria Miquelina Barra Rocha
- Política Cultural:
Fernando Antônio de Melo (Limoeiro)
- Diretoria de Comunicação:
Dalmir Francisco
- Seguridade Social:
Jadson Cláudio Belchior
- Diretoria de Políticas da Saúde:
Accacia Júlia Guimarães Pereira Messano

SUMÁRIO



PROTESTOS, PASSEIOS E PASSEATAS? 06
DALMIR FRANCISCO



E A "PRIMAVERA" DA UFMG? A LUTA POR DIREITOS NA PROGRESSÃO NA CARREIRA DE MAGISTÉRIO SUPERIOR 22
SOFIA MARIA CARRATO DINIZ



HÁ ESPERANÇA FORA DAS PISTAS? SEQUELAS DA COMPETIÇÃO CIENTÍFICA 39
LUIZ OSWALDO CARNEIRO RODRIGUES



EXPLICAÇÕES SOBRE "ANSIEDADE E ESTRESSE" PELA PSICOLOGIA BIOLÓGICA 50
FERNANDO PIMENTEL DE SOUZA



O NOVO PLANO DE CARREIRA E A ODIOSA DISCRIMINAÇÃO DO MAGISTÉRIO SUPERIOR. QUE FAZER? 62
ELIAS ANTÔNIO JORGE



PORTFÓLIO ACADÊMICO NO CURSO DE CONSERVAÇÃO - RESTAURAÇÃO DE BENS CULTURAIS MÓVEIS DA UFMG: ESTUDO DE CASO 76
MARIA REGINA EMERY QUITES, LEANDRO GONÇALVES DE REZENDE E FÁBIO MENDES ZARATTINI



PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA 86
HUMBERTO COELHO DE CARVALHO



O PERFIL PSICOLÓGICO DE JOÃO GUIMARÃES ROSA E SUA OBRA LITERÁRIA 96
SEBASTIÃO ABRÃO SALIM



REFLEXÃO SOBRE GESTÃO DE PESSOAS EM SAÚDE E ENFERMAGEM NA PERSPECTIVA DA PRÁXIS HUMANA 110
MARTA DE OLIVEIRA PIMENTEL

EDITORIAL

Entregamos a você, leitor, com muita satisfação, a presente edição da Revista Caminhos. Editar uma revista é sempre um desafio gratificante, pois acreditamos que conseguimos manter a marca da Caminhos: a publicação de textos que promovam uma reflexão sobre a vida profissional e humana dos docentes, sobre a trajetória do sindicato e sobre a vivência da comunidade universitária.

Eis mais um número especialmente rico da Revista Caminhos. Nele, professores de distintas áreas (Artes, Biologia, Comunicação, Saúde, Medicina, e Matemática) refletem acerca da formação discente, das manifestações do mês de junho e julho, da gestão e saúde, da perspectivas da produção científica nas universidades, da nova estrutura da carreira docente, do estresse inclusive decorrente da própria atividade docente, além da questão gravíssima do assédio moral sobre membros da comunidade acadêmica.

E mais: a Revista Caminhos ainda dispõe, para o leitor, de texto documental sobre os esforços dos professores na construção da carreira e da própria identidade ética e profissional (memória docente / memória sindical). A riqueza dos textos faz justiça ao que tem sido a Apubh e a Revista Caminhos: territórios comprometidos com o saber, com a reflexão e com as sendas possibilitadas pelo questionamento aberto e leal, franco e democrático.

A edição de número 31 será publicada em 2014, mas o edital já está aberto. Confira na última página da revista.

DALMIR FRANCISCO



Professor do Departamento de
Comunicação Social da
FAFICH/UFMG

PROTESTOS, PASSEIOS E PASSEATAS[1]

Este artigo é uma reflexão sobre as chamadas *jornadas de junho* – o conjunto de protestos de ruas nas capitais e nas cidades do interior do Brasil. As passeatas são analisadas em suas múltiplas queixas, denúncias e reivindicações, feitas por jovens da *velha* e da *nova* classe média, além de apreciar o valor crítico da irreverência e bem humorado deboche – especialmente as manifestações críticas contra o machismo, a homofobia e a violência da repressão policial que ocorreram durante os protestos. Discute-se o caráter nacional e internacional das *jornadas de junho* – pelo prisma da pós-modernidade, da globalização sob direção neoliberal e o papel da comunicação midiática na expressão social, política e cultural das sociedades contemporâneas.

Palavras-chave: *protestos, classe média, pós-modernidade, política e mídia.*

[1] Passeata (do italiano. *passeggiata* 'o passeio a pé ou em um meio de transporte') – como registram os dicionários -, é ligeiro passeio; giro, volta; é marcha coletiva empreendida por grupo ou categoria para realizar protesto, reivindicação, manifestação de solidariedade ou para expressar regozijo por alguma coisa; caminhada (Dicionário Houaiss e http://www.dicio.com.br/passeata).

Fotos: Arquivo Apubh

Os protestos e as passeatas (e também os passeios de famílias inteiras no meio dos protestos) apresentaram muitas reivindicações. Transporte público bom, confortável, eficiente, barato ou sem tarifa (passe livre ou ainda o *fora a catraca); queriam o fim da corrupção e que a polícia prenda, o judiciário julgue e que o condenado seja efetivamente preso; queriam ser ouvidos pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.* Os professores reivindicaram melhores salários; reclamou-se acesso mais fácil à educação, e maior acesso à assistência médica e hospitalar de qualidade (saúde). Os manifestantes reivindicaram segurança para que possam exercer o direito de ir de vir, de não serem assaltados e que a polícia cuidasse de garantir os direitos dos cidadãos e das cidadãs.

E houve protesto contra o projeto da Câmara Federal que autorizaria psicólogos e psiquiatras a tratar como doença a homoafetividade e, como doentes, os homossexuais e as lésbicas – a chamada "cura gay". Os gays se manifestaram: "Eu não quero cura eu quero pica dura". As reivindicações eram apresentadas em abundante cartazes e em cartazinhos, em faixas de papel e de papelão que simulavam estandartes.

Esses estandartes de papel e ou de papelão se multiplicavam a cada manifestação, a cada chegada de um novo ator, de outro jovem com seu querer e sua reivindicação. No portão principal da UFMG, em meio a bombas de gás lacrimogêneo, a *jatos* de pimenta e a tiros de borrachas – um cartaz pedia o fim da experiência científica com animais: *sacrifício de animais não é a solução.* De pouco mais de 3 mil pessoas reunidas na primeira passeata em São Paulo, as passeatas reuniram 30 mil, depois 50 mil, depois 100 mil e, por último, chegou ao número de 300 mil manifestantes no Rio de Janeiro.

Ao todo, as manifestações reuniram mais um milhão e 500 mil pessoas, nas passeatas de 20 de junho passado, espalhados por 67 cidades da capital (Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza, João Pessoa, Natal, Teresina, São Luiz, Manaus, Brasília) e do interior, sendo que, somente nas capitais, o número de manifestantes chegou a 1 milhão, 150 mil pessoas. Talvez caiba resumir: corpos e mais corpos reunidos são, eles mesmos, o mais eloquente discurso político de milhares de cidadãs e de cidadãos reivindicando, protestando, explodindo, zoando[1] - fazendo-se presente pela presentificação: *aqui somos* e estamos – com a nossa cidadania, nossas insatisfações, denúncias e reivindicações.

Classe média e *nova classe* média

De onde vieram esses jovens, esses *quase jovens adultos*? As redes sociais, a comunicação mediática, a mediação técnica generalizada formaram o pano de fundo da imensa mobilização expressas pelas *jornadas de junho.* Essa *midiatização* generalizada envolve a imprensa escrita (com influência cada vez menor), o rádio, a televisão aberta e a cabo e, sobretudo, as redes sociais, cada vez mais influentes no processo de comunicação, de conhecimento da realidade social (aspecto cognitivo) e processo de mobilização. A midiatização é, assim, dispositivo de ser-com-o-outro virtual, modo de ser, de sentir, de pensar e de buscar legitimidade social-midiática para o pensar e o sentir, para criar e atualizar identidades, mais além de serem o espaço para a fruição e popular *zuação.*[2]

---

1 *Zoar:* é verbo que indica fazer troça de; rir de alguém ou fazer-lhe uma brincadeira, caçoar, divertir-se ocupando com prazer um lugar ou um espaço e, também, provocar ou promover confusão, desordem: a *palavra é do século* XV, com significado de fazer grande ruído; produzir som forte e confuso; produzir ruído ao voar; zumbir ou sibilar;

2 FRANCISCO, D.Comunicação e pós-modernidade (capítulo II) de _____. Imprensa e racismo no Brasil (1988 / 1998): a construção mediática do negro na imprensa escrita brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ / ECO, 2000 (Tese), p. 18 – 35.

As passeatas produzem o salto do virtual para o *real*, da escrita digitalizada para a escrita artesanal criando uma representação do real, de reivindicações ou *representação* de desejos. E não faltaram os divertidos deboches como esta sobre a prisão de jovens que portavam garrafas de vinagre para enfrentar as bombas de gás lacrimogêneo: o *V* de vingança conjugou-se com o *V* de vinagre[3].

A diversidade de opiniões (*doxa* no campo da *doxa*) expressas nas redes sociais ganharam o espaço *real* das ruas, espaço tomado pelos manifestantes que das vias públicas expulsaram carros, ônibus, grandes e pequenos utilitários – além de espantar a maioria dos cidadãos que não participaram das manifestações. São jovens em sua maioria, saídos da *nova* e da antiga classe média.

Na atualidade e pelos critérios de distribuição de classes sócio econômicas no Brasil, a *nova* classe média brasileira é de cerca de 103 milhões, dos quais 51% são negros (na última década, quase 40 milhões de pessoas ingressaram nesta classe e, deste total, 75% são negros)[4].

Quase 24 milhões da *nova classe média* vivem no Nordeste – que representam 42% dos brasileiros que pertencem à classe média. Os jovens são 51% da classe média - contingente de pessoas de 15 a 29 anos que será a maior força de produção e de criação, até 2022 (Bicentenário da Independência do Brasil). Esses jovens – a maioria de classe média , estão distribuídos pelas por renda relativas à pela população brasileira. (Tabela I).

Segundo o ministro-chefe interino da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) e presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Marcelo Neri, não se trata de uma *onda jovem*, mas de uma *pororoca jovem* e um *bônus demográfico* que tem potencial para impulsionar a vida no país. O poder aquisitivo, do ponto de vista de renda familiar, torna essa *nova* classe média social e economicamente importantíssima, para a produção, o consumo, a geração de emprego e renda e para o crescimento do país – conforme a Tabela II.

A *nova* classe média não é um *fenômeno* exclusivo do Brasil. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), há uma nova classe média em Bangladesh, na China, na Índia, na Turquia, na África do Sul, em Gana, nas Ilhas Maurício, em Ruanda, na Tunísia, no Chile, e em entre outros países. Conforme o PNUD, entre 1990 e 2010, a classe média que vive nos chamados países emergentes, passou de 26% a 58% do total desse grupo no mundo[5]. Até 2030, 80% desse segmento social deverão responder por 70% do consumo mundial. A globalização criou condições para que países emergissem em termos econômicos e financeiros, quando lideranças políticas e econômicas, internas desses países *apostaram* no crescimento, mirando o mercado interno e objetivando acelerar o crescimento econômico o capitalista interno e externo para elevar a qualidade de vida dos cidadãos (os slogans de Lula e

3 O tempero vinagre foi usado pelos manifestantes em São Paulo nos protestos de 6 de junho, para enfrentar o efeito das bombas de gás lacrimogêneo lançadas pela Polícia Militar. O vinagre teria sido proibido pelas autoridades. Os protestos de então foram apelidados, nas redes sociais, de *Revolta da Salada* – apelido que *bombou* nas redes sociais como um dos mais comentados assuntos. A nota sobre *Revolta da salada* foi publicada na Wikipédia e, daí, repercutindo em outras mídias.

4 Hoje em Dia - Cresce número de brasileiros com mais escolaridade e carteira assinada. Com isso, 37 milhões saíram da pobreza e entraram para classe "C". Os dados da pesquisa foram divulgados pelo IPEA em São Paulo - www.hojeemdia.com.br e www.sae.gov.br/site - em 5 ago 2013. Acesso em 22 ago 2013.

5 http://oglobo.globo.com/economia/pnud-nova-classe-media-fenomeno-mundial, em 14 03 2013. Acesso em 28 ago 2013

O movimento é pacífico

Saneamento sim. Teleférico não

Tem tanta coisa errada que não cabe no cartaz — Esse Congresso é uma vergonha

A vida não tão bonita como no instagram — MT ST Apoiamos o corredor para motoqueiro

Pega o aumento dos vereadores e passa os professores — Não é pelos centavos é pelo meu futuro

Quem é mais ladrão quem governa o país ou quem te mostra um oitão? # Contra o sistema

O poder delegado foi delegado por nós — Corrupção este lobo mau come nossos direitos

Baixar o valor da gasolina para R$1,50 — Por 3,20 até a Narcisa diria: "ai que absurdo"

Chega de maus tratos ao animais: pena máxima — Quantos hospitais cabem em um Estádio de Futebol?

Sou professor: 20% do meu salário é para o transporte — Contra o machismo, o racismo e a homofobia

Pais em decadência... povo em evolução — Aha uhu Feliciano eu vou comer seu ... bolo

Contra a inflação. Escala móvel de salários — Queremos saúde no padrão Fifa

Não ao extermínio de jovens da periferia! — Periferia não dorme! Estamos na rua prá valer!

Pobreza e exploração não são naturais. Reaja. — Venda das ruas e áreas públicas: sou contra!

Fora a rede Globo — A Globo não me representa

Governo enfia R$ 0,20 no SUS — Sou contra tudo isso e aquilo ... #tudo

Movimento dos sem namorados — Namoro já. Cansei de ser sozinho

Feliciano: cura o Anastasia — Não quero cura: quero pica dura — O povo tá na rua, a gente não tem cura

Feliciano me dá um atestado que hoje eu acordei meio viado

Chefe, acordei gay hoje não vou trabalhar

Paz sem você não é paz é medo — (Fail) liciano the jiripoca is goins to piu

Odeio bala de borracha: joga um Halls — Favelados são tratados como lixo pela prefeitura do Rio

Da Copa eu abro mão, quero R$ para saúde e educação — Se pago o aluguel não como, se como não pago o aluguel

Queremos saúde moradia no padrão Fifa — Quantas escolas valem um Maracanã?

Polícia sem cidadania é sociedade sem defesa — Se é bomba de efeito moral, então joga no Congresso!

PM não esqueça Carandiru Candelária e as favelas — Não se faz hospitais com copa do mundo

Ficar sem cinto no carro é perigoso. E andar em pé no ônibus, pode??

Vidigal abandonado (RJ) — Amo Recife, mas não sou correspondida

Moradia é prioridade — Ábaixa a tarifa e manda a conta prá Fifa — Corrupção crime hediondo

Liberdade para dentro do meu útero — Ei machista meu orgasmos é uma delícia

Construir a aliança operário - estudantil — O povo unido não precisa de partido

Governo do Brasil liberdade: a maconha é natureza — Liberte, Egalité , fraternité e Vinagré

Tire o Feliciano do caminho que eu quero passar com meu tesão

Today the Jiripoca will pew pew — Que só os beijos te tapem a boca

Não adianta olhar para o céu com muita fé e pouca luta — Agora é a vez da sua ditadura Dilma?

Vandalismo é não ter saúde e educação — Paga estádio de 1 bilhão mas não dá subsídio pro buzão

Foram os disparos em São Paulo que acordou o povo em todo Brasil (SIC)

Não é a política que faz um candidato ladrão é o seu voto que faz o ladrão virar político!

Pense bem: por que você está aqui? # Protesto consciente

Somos a rede social — Não à violência

Meu partido sou eu

Parada do orgulho louco

Isto aqui não é protesto?! Bitch please

Alkmin contra os pobres

Aécio Never — Cabral você não é Obama

Agora é poder popular

O Gigante acordou

Periferia em luta

Moradia realidade já

Foca na tarifa

Não é por R$ 0,20... É por tudo

Alckmin Haddad a violência vem de vocês

Prefeito e governador vêm andar de ônibus

Agora é a vez da sua ditadura Dilma?

Entre outras mil és tu Brasil a pátria amada... viemos te salvar

Contra Fernando Henrique Cardoso — Forças Armadas prontas com o povo

Mais amor menos pastor Artista na rua é legal O Brasil tem conserto

Fifa go home. Ou para a roubalheira ou paramos o Brasil Acordem Isso não é festa.

Fora a catraca Saímos do Facebook Sai do sofá e vem prá rua Passe livre já

São Paulo (01/2011) Natal (08/2012 – 05/2013) Porto Alegre (03/2013) Goiânia (05/2013)

Tabela I: Potencial de consumo dos estratos sociais brasileiros (critérios atuais) – gasto anual, em reais, a preços de 2009 – data da última Pesquisa de Orçamento Familiar - POF

Classe	NA	%	Potencial de consumo – em R$	
A1	160.450	0,1	9.885.255.546	0,56%
A2	3,204.789	1,7	143.319.991.627	8,14%
B1	8.344.940	4,4	269.216.279.827	15,30%
B2	21.228.296	11,1	368.528.676.394	20,94%
C1	36.240.944	19,0	392.591.781.532	22,31%
C2	44.717.771	23,5	286.077.869.946	16,29%
D	62.675.194	32,9	256.077.959.946	14,55%
E	13.946.912	7,3	33.452.429.997	1,90%
Total	190.519.297	100,0	1.759.829.236.832	100,00%

Fontes: Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE em 05 09 2013 – acesso em 06 09 2013). Pesquisa de orçamentos familiares - despesas, rendimentos e condições de vida, IBGE - www.ibge.gov.br/2008_2009 (estatística, população, condição de vida - pdf) - acesso em 09 09 2013.

Tabela II: Grupos de renda da população. Classificação da SAE Novo critério a ser adotado pela Abep em 2014 - Grupo Renda per capita Renda familiar Grupo Renda média familiar

Classificação	Renda Familiar (R$) e Estrato social			
	Atual(SAE)		Critério para 2014	
Extremamente pobre	324	1	-	-
Pobre	648	2	1	854
Vulnerável	1.164	3	2	1.113
Baixa classe média	1.764	4	3	1.484
Média classe média	2.564	5	4	2.674
Alta classe média	4.076	6	5	4.681
Baixa classe alta	9.920	7	6	9.897
Alta classe alta	> 9.920	8	7	17.434

Fontes: Secretaria de Assuntos Estratégicos /SAE em 05 09 2013 – acesso em 06 09 2013). KAMAKURA, W. A. e MAZZON, J. A. *Estratificação Socioeconômica e Consumo no Brasil*. São Paulo: Blucher, 2013.

Dilma Rousseff são ilustrativos: *Brasil para todos* e *Brasil sem miséria*).

Cabe lembrar a influência decorrente da chamada pós-modernidade, da globalização sob direção ideológica do neoliberalismo, diretamente ligados à forma e à força das manifestações de junho de 2013 no Brasil, comparáveis e semelhantes às manifestações nos EUA, em países europeus e nos países árabes-islâmicos-capitalistas. Pós-modernidade, globalização e neoliberalismo são importantes para compreender os movimentos duplos, presentes nas passeatas, de *desterritorialização* (redes sociais *excêntricas* e *descentralizadas* e nas *nuvens*) e o apego ao local (a ocupação dos certos espaços urbanos pelos manifestantes).

Classes, pós-modernidade, globalização e neoliberalismo

A *nova* classe média brasileira tem caráter internacional. Isto é: trata-se de um segmento da população *expropriada* de bens *materiais de produção*, em um mundo que perdeu suas referências históricas, culturais e humanísticas: este segmento

enfrenta a intensa concentração e centralização do capital que produz mais riqueza para os muitos ricos e gera, diretamente, maior pobreza para contingentes de pessoas pobres ou de classe média.

O caráter internacional da *nova* classe média está na luta contra a expropriação econômica, promovida pelo aprofundamento da globalização capitalista e neoliberal. É luta de gente que depende de emprego, de salário de benefícios sociais e econômicos como a *seguridade social* (aposentadoria, sistema de saúde e assistência social) – e a relativa segurança dada pelos direitos trabalhistas – todos ameaçados pela reclamação neoliberal sobre o *custo Brasil* e pela chamada flexibilização das leis trabalhistas.

A eliminação de direitos trabalhistas implica diretamente em perda de recursos financeiros por parte dos que trabalham: (1) Quem trabalha poderá perder o direito de descanso semanal remunerado, direito de férias, gratificação de férias, licença maternidade, licença paternidade, segurança frente aos acidentes de trabalho, adicionais de insalubridade e periculosidade, fim da conquista das oito horas de trabalho diário e o pagamento de horas extras – além do avançado processo de terceirização de mão de obra. (2) Eliminação do direito à aposentadoria (aposentadoria privada em parte obtida pelo banqueiros no Brasil), eliminação do Sistema Único de Saúde e eliminação da assistência social (Bolsa Família e outras modos de auxílio aos desvalidos). Trata-se do permanente ataque à Constituição brasileira que adota o princípio da *seguridade social* e, pelo qual, ninguém deverá morrer de velhice (aposentadoria), ninguém deverá morrer de doença (SUS) e ninguém deverá morrer à míngua (assistência social). O que temos, nesta descrição é a retirada de recursos financeiros do bolso do trabalhador e da classe média, para ampliar o lucro dos capitalistas ou, ainda *melhor remunerar o capital*. (3) A pressão dos capitalistas pela redução máxima dos recursos aplicados à educação básica, gratuita, laica e para todos e, sobretudo, substituição do ensino superior gratuito, laico e de qualidade segundo os ideólogos do neoliberalismo pelo ensino superior privado da graduação e da pós-graduação.

Ao que parece, estamos todos imersos na pós-modernidade na qual insurge o conhecimento fragmentário do real – e a busca de legitimação deste conhecimento. Na construção deste real fragmentário, a comunicação tem papel fundamental. A comunicação na sociedade contemporânea midiática insurge e se afirma com a crise dos fundamentos da sociedade ocidental e dentro desta crise. Esta crise envolve a perda da *certeza da verdade* - não se sabe o que é a *verdade* (o absoluto) – mas é possível produzir o verdadeiro (adjetivo). A crise envolve a *desilusão* do sujeito iluminado e capaz de conhecer a verdade (o *sujeito cognoscitivo* convive com o inconsciente). A crise abrange os conceitos de tempo (o tempo é fruto da criação humanas); e envolve a crise dos conceitos de espaço (eis o *caos* e a *ordem* é desejo humano de *ordenação artificial* do espaço como o são as cidades planejadas ou a divisão do espaço aéreo em rotas para navegação de aviões).

E, mais importante, a crise é *provocada* e é estabelecida principalmente pela própria Ciência que, no Ocidente, determina o que pode ser, o que se pode pensar, o que se pode fazer e o que se pode dizer (paradigma hegemônico). A Ciência é *investigação* e é produção técnica do técnico especializado, do conhecimento parcial e fragmentário do real. O *real*, aqui, é o objeto delimitado (recortado), como resultados pré-determinados e obtidos pela investigação dirigida por metodologia e métodos rigorosos previamente estatuídos. Neste sentido, é imenso o poder da Ciência em todo o mundo. Este procedimento científico - realizados em instituições públicas ou privadas - é válido para o campo das Ciências Exatas (saber sobre algo *exatamente* medido), seja no campo das Ciências Humanas (saber *inexato* sobre *coisas e ou causas inexatas* - humanas).

Sobre esse saber científico e fragmentário sobre o real, muitos exemplos podem ser citados, mas basta a polêmica sobre alimentos geneticamente modificados (tomate *longa vida* e *uva sem semente*) que são produzidos (natureza provocada a responder a certos estímulos controlados em laboratórios) – mas que não se sabe que consequências essas mudanças genéticas podem provocar no ser humano consumidor [6]. No campo das Ciências Humanas, a pesquisa sobre *opinião pública* mais *provoca* respostas a estímulos sobre entrevistados, do que *investiga* efetivamente o que os indivíduos pensam [7].

A mesma Ciência que obteve o poder de planejar e de projetar, de criar e de inventar, de explorar o mundo e acumular para mais explorar – foi a *vanguarda* das forças produtivas da chamada *modernidade.* E ela mesma, a Ciência, talvez precedida pelas Artes (escultura, pintura, música, literatura) mostrou a que a *modernidade* era o domínio exploratório do mundo e do próprio homem. A Ciência e as Artes se somam ao movimento contra o colonialismo, contra o imperialismo e de insurgência dos oprimidos – resultando na explosão e na implosão da equação *ciência-e-cientista / arte-e-artista = produção da verdade* e na revelação dos limites do *sujeito iluminado* – que deveria ser capaz de revolucionar o Ocidente.

O fim da narrativa ou da comunicação da verdade (crise da verdade, do sujeito, do espaço e do tempo) implica em quebra dos laços sociais e culturais tradicionais e, também, no surgimento da comunicação *mediática* (cultura e tecnologia) e *midiática* (técnica) como possibilidade de interligar pessoas e ou grupos, difundir traços de identidade entre etnias, classes, homens e mulheres, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com necessidade especiais. Com a pós-modernidade, a Ciência influencia e participa da identificação e da solução de problemas das sociedades (mas, o conhecimento técnico especializado não dá conta nem da *vida*, nem do *mundo* – e basta lembrar os esforços de interdisciplinaridade e tratamento *transversal* de problemas)[8]. Mas, o conheci

6 LECOURT, Dominique. *Humano pós-humano.* Lisboa: Edições 70, 2004., O autor discute a troca da atração irresistível pelo desconhecido, movida pelo violento desejo de conhecer (Platão/ Sócrates) pelo medo do *desconhecido* que nos é apresentado pelo próprio conhecimento. As plantas impedidas de se reproduzir (luvas sem sementes), a clonagem humana, a seleção ou *melhoramento genético* do ser humano (ser humano *sem defeitos genéticos*) são questionados ora como sacrilégio contra a *natural natureza* (questionamento de ***biocatastrofistas*** de uma ordem divina, anunciada pelo *Gênesis),* ora como a própria emancipação do homem que, depois da expulsão do *paraíso,* finalmente tem o domínio sobre os mistérios da vida (*canto* dos ***tecnoprofetas).*** Lecourt discute os equívocos deste debate de fundo religioso e diz da necessidade de uma outra ética sobre o controle científico do homem sobre o corpo, o gênero, o sexo, a procriação a velhice e a morte do ser humano e total controle e domínio do homem sobre o *real.*

7 Ver: HEIDEGGER, M.. A questão da técnica. In _____. *Ensaios e conferências.* Petrópolis: Vozes, 2000, p. 11 a 38; HEIDEGGER, Martin. *Língua de tradição e língua técnica.* Lisboa; Vega, 1995. HEIDEGGER, M. La época de la imagen del mundo. In.:____. *Sendas Perdidas.* Buenos Aires: 1957, p.67-98. VATTIMO, Gianni. *A sociedade transparente.* Lisboa: Relógio D'Água, 1992. d'AMARAL, Márcio Tavares. *D`Amaral, Márcio Tavares (Org). Contemporaneidade e novas tecnologias. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1996.*

8 São importantes consequências da perda dos *pilares* da verdade, do sujeito, do espaço e do tempo: 1) Fim da ciência como produtora da *verdade,* substituída pela técnica que produz o *verdadeiro*, Ciência que dispensa o sábio e requer o técnico e o tecnólogo e tecnologia e ciência já não se distinguem. 2) A ciência deslegitima as narrativas que afirmavam a civilização, a cultura e a missão civilizatória do Ocidente. 3) A ciência sepulta a verdade e possibilita que o mundo descubra civilizações, culturas e identidades. 4) A pós-modernidade, com a Ciência à frente, mostra: não há uma *história única* e que o ser humano é *diverso* e, importantíssimo, a história não é única e há desmoralização das narrativas da missão *civilizatória* do Ocidente *sobre outros povos.* 5) Tem-se o fim (*deslegitimarão*) da narrativa da *grande nação* (o conceito de nação não tem fundamento): o mundo é plural, diverso, há identidades, processos de identificação e comunicação de traços de identidade (a sociedade é plural: classe, etnia,

mento social, político, econômico e cultural da sociedade sobre ela mesma é processo político-cultural que passa por etnias, classes sócio-econômicas, gênero, sexo e condição pessoal e que passa pelas mídias – especialmente pelas redes sociais.

A modernidade tardia ou a pós-modernidade (com a Ciência à frente) ganha corpo dentro do mesmo movimento histórico que é chamado de globalização e da insurgência da doutrina neoliberal (universalização irrefreável do capital no processo de controle global dos recursos naturais, dos investimentos, e da segurança). A globalização gera, também, a *mundialização* de lutas e de movimentos coletivos em defesa da vida - frente à apropriação, pelo capital, dos recursos indispensáveis à sobrevivência do ser humano[9].

A classe média e os trabalhadores estão enfrentando o processo de ultra-concentração da riqueza promovida pela chamada globalização. A globalização é contemporânea e é decorrência do avanço científico e tecnológico (avanço das *forças produtivas*) que advém pela automação informatizada (da produção e do consumo), da informação computadorizada, da microeletrônica, da robótica, das telecomunicações, além da ultraeficiência tecno-administrativa-gerencial possibilitada pelas redes comunicacionais informatizadas, constituindo comunidades econômicas e financeiras ciberespaciais[10]. Mas, a globalização não é exatamente nova e a expansão do capitalismo e a expansão de sua classe dominante e dirigente mostravam que esse *modo de produção* se desenvolveu pela mundialização e permanente revolução dessas relações de produção[11]. Há certo consenso sobre as conseqüências da globalização dirigida pelo neoliberalismo e contemporânea da modernidade tardia ou pós-modernidade. A principal característica da globalização e a tendência de transformar os estados nacional em *organismos* a serviço das grandes corporações transnacionais, corporações que devem ser protegidas pelas bandeiras, pelas armas e pelos hinos das *nações* da Europa, dos EUA, do Canadá, do Japão e mesmo da China.

Globalização e comunicação

A globalização foi possibilitada pelas novas tecnologias, sobretudo no campo comunicação que envolve as telecomunicações, as grandes corporações de comunicação (jornais, revistas, publicações especializadas, redes de emissoras de rádio, redes de emissoras de televisões, como mega-empresas produtoras de cinema, música e redes de mídia), além da expansão da telefonia, da informática e ou das redes mediáticas de computadores (*institucional-*

gênero, sexo - eis os seres humanos em sua diversidade de vozes). 6) Não há progresso sem fim: o mundo e os recursos naturais são finitos – a riqueza é finita. E, 7) São deslegitimadas as narrativas que anunciavam um *mundo novo* – o capitalismo da afluência e as narrativas sobre o socialismo: a sociedade da plena concórdia é improvável

9 VIOLA, Eduardo. Globalização, democracia e sustentabilidade: novas forças sócio-políticas transnacionais. In.: In.: BECKER, Bertha K. e MIRANDA, Mariana (Org.). *A geografia política do desenvolvimento sustentável.* Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997, p. 63-101.

10 Ver: DREIFUSS, René Armand. *Corporações estratégicas e mundialização cultural.* In.: MORAES, Dênis.(Org.) *Globalização, mídia e cultura contemporânea.* Campo Grande: Letra Livre, 1997 (167-234). BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas.* Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

11 É interessante notar que Karl Marx (1818 – 1883) e F. Engels (1820 – 1895) já haviam anunciado um aspecto da *globalização* que já era vista por ambos - em 1848, quando lançaram o *Manifesto do Partido Comunista* -, como a planetarização do capitalismo, processo econômico, político, tecnológico, técnico, de produção e de consumo – portanto, de mudança de relações nas sociedades *locais* e tradicionais. ENGELS, F. e MARX, K. *Manifesto do partido comunista.* Petrópolis: Bozes, 2001. DREIFUSS, René Armand. *Corporações estratégicas e mundialização cultural.* In.: MORAES, Dênis.(Org.) *Globalização, mídia e cultura contemporânea.* Campo Grande: Letra Livre, 1997 (167-234) p. 169

is ou pessoais)[12]. É a mídia e as chamadas elites *logotécnicas*[13] (jornalistas, marketeiros, financistas, administradores, artistas, tecnoburocratas e especialistas em biotecnologia, engenharia molecular, etc) que *efetivam* e *operacionalizam* a globalização sob direção neoliberal.

Ambas – a comunicação e a cultura midiática são condição e dispositivo de pensar o *real*, de discutir o *real* e de produzir o *real.* Este saber não tem nada a ver com o conhecimento científico que é fundado, no dizer de Heidegger, na provocação intimante do *real*, pela qual um sujeito subjuga o objeto, o *real*, obrigando o *real* a entregar algo, a fornecer algo útil (explorar o *real* não é conhecê-lo). É de Niklas Luhmann a afirmação – e com ela concordamos – de que a cultura e a comunicação midiática (o autor diz *mediática*) são os dispositivos indispensáveis, hoje, para pensar o *real* e a construção social da realidade[14].

Pode-se inferir destas reflexões que tanto os movimentos *Occupy Wall Street*, no EUA, como o movimento *los Indignados* (Espanha) *e o "#vem pra rua"* no Brasil foram convocados e sustentados pelas redes sociais (principalmente o *Facebook*, no Brasil) e expressam o *conhecimento* que os jovens e adultos produziram sobre o *real* sentido, percebido e pensado.

Este *real* é fragmentado, múltiplo, diverso – como diversa e múltipla é a realidade das etnias, classes sócio-econômicas, homens e mulheres nas sociedades contemporâneas. Este conhecimento – fragmentado/fragmentário, pelo menos por enquanto, não comporta maiores consensos. Mas, há algo que, pelas redes sociais, foi possível formar consenso: cada um e todos compreenderam a importância de ir para as ruas protestar contra algo – cada um e todos com sua bandeira, com o seu cartaz ou com o seu papelão.

Insistimos, até aqui, nas múltiplas e difusas e, sobretudo, fragmentárias *denúncias,* manifestações de *inconformismo* e reivindicações expressas nos protestos de junho de 2013 – para sublinhar o caráter contemporâneo, pós moderno (e dimensão também global) das manifestações *afinadas* com o pensar fragmentário, sobre uma realidade fragmentada e apresentada como *saber inexato* sobre coisas *inexatas,* dentro e através do dispositivo condicionante da comunicação midiática.

Nesta dimensão, os cartazes de cartolina e de papelão são a própria multiplicidade e diversidade étnica, *classista*, de homens e de mulheres, de heterossexuais e homossexuais, de jovens, de adultos e de idosos que, no Brasil (e no mundo), lutam pela vida e pela sobrevivência, a *partir* e *condicionado* ou *motivado* pela sua particularidade. A motivação é fundamento justificado que impulsiona (determinação e intensidade) um indivíduo para algo, no caso em tela, a solução de seus problemas imediatos, a busca de superação de entraves ou de limitações que perturbam a vida de cada um e de todos.

O que foi coletado e disposto no Quadro I pode, agora, ser desdobrado em algumas dimensões que, vistas de perto, mostram que as manifestações apresentaram, pelo menos, as dimensões de busca de *interação* e formação de solidariedade passo a passo, cara a cara, ombro a ombro nas ruas do Brasil. Os protestos, passeios de famílias inteiras (turismo cidadão?) e as

---

12 DÓRIA, Francisco Antônio e DÓRIA, Pedro. *Comunicação – dos fundamentos à internet.* Rio de janeiro: Ed. Revan, 1999. LEÃO, Emmanuel C., d'AMARAL, Márcio T., SODRÉ, Muniz; DÓRIA, Francisco A.. *A máquina e seu avesso.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987. MARTEL, Frédéric. *Mainstream: a guerra global das mídias e das culturas.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

13 Ver: SODRÉ, Muniz. *Reinventando a cultura*: a comunicação e os seus produtos. Petrópolis: Vozes, 1996 e_____. *Claros e escuros* – identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.

14 Ver: LUHMANN, Niklas. *A realidade dos meios de comunicação.* São Paulo: Paulus, 2005.

passeatas fizeram denúncias, fizeram reivindicações e apresentaram bem humoradas críticas ao racismo, ao machismo, à homofobia.

O manifestantes (veja-se o Quadro II) afirmaram o apego ao local, ao território, no mundo da globalização. O Brasil é a pátria amada, as cidades foram afirmadas como o *lugar*, o espaço da morada dos brasileiros – todos urbanos, pois a periferia *não dorme* enquanto *luta*. As *ruas* reconheceram que há *tanta coisa errada que não cabe no cartaz* – nenhum cartaz. Mas, conscientes, os manifestantes disseram sair do Facebook, que eles formam *a rede social*. Rede que sabe que não tem um foco (até pediu: *foca na tarifa* e que o protesto deveria ser *consciente*). As *ruas* alertaram: *Acordem. Isso não é festa.* As ruas sonharam: que somente os *beijos te tapem a boca* e que *povo unido não precisa de partido.*

As *jornadas de junho*, em todo o Brasil, não podem ser desligadas do processo global do capitalismo financeiro sob direção política e ideológica do neoliberalismo. Os ataques destruidores das agências de grandes bancos e depredação de automóveis e de agências de comércio de veículos importados são bastante simbólicos: agridem-se *representantes* do capitalismo financeiro internacional e hegemônico e a produção de veículos para transporte individual de altíssimo padrão ou *luxuosos*, frente ao serviço de transporte coletivo de elevado preço, desconfortável, inseguro e ineficiente. A expressão *jornadas de junho* é uma tentativa de associar os protestos, passeios e passeatas brasileiros – o *"#vem pra rua"* - aos protestos conhecidos como o *Occupy Wall Street* (EUA) e *los Indignados*(Espanha) e *Primavera Árabe.*

A própria expressão internacional dos protestos de brasileiros surpreendeu. Não se imaginava – nem *cá*, nem *lá fora* -, que havia tantas e tão difusas insatisfações e tanta revolta. De 3 mil a trezentas mil pessoas – um segmento da classe média brasileira fez protestos e arruaças nas ruas.

No Quadro III, os manifestantes denunciam governantes, denunciam os gastos com a Copa das Confederações e com a Copa do Mundo – no lugar de investimentos na educação, na infraestrutura urbana, na geração de emprego e renda e na saúde. As *ruas* convocaram a autocrítica: *política* não *faz um candidato ladrão*, mas sim o voto do cidadão *que faz o ladrão virar político!* Os manifestantes acreditam no seu país (*O Brasil tem conserto*). Apontam contradições terríveis: um motorista não pode dirigir o carro *sem cinto* de segurança (é perigoso), mas o homem que usa transporte coletivo pode *andar em pé no ônibus*, em metrô ou em trens urbanos?

O Quadro IV mostra que, na pletora das reivindicações, havia foco: abaixar as tarifas dos transportes públicos, colocar mais recursos na saúde (*Governo enfia R$ 0,20 no SUS*), reivindicou-se investimentos em moradias e requereu-se prioridades: que se invista no *saneamento* em favelas do Rio de Janeiro e que não se gaste dinheiro com *teleférico*. Mais ainda: moradia deve ser prioridade e saúde deve ter qualidade (*padrão Fifa*)

Há poucas reivindicações em relação ao trabalho e ao trabalhador (há empregos e há elevação da renda dos trabalhadores no Brasil de hoje) – mas, houve denúncia de que a inflação corrói os salários (*Contra a inflação. Escala móvel de salários*). Houve protestos contra a violência da Polícia Militar e contra *o extermínio de jovens da periferia*. As mulheres reivindicaram direito ao próprio corpo e houve denúncia do racismo, do machismo e da homofobia.

O Quadro V traz e traduz a faceta mais irreverente e mais crítica dos jovens – durante as passeatas. Vergastaram o conservadorismo dos homens (as mulheres disseram: *Ei machista meu orgasmos é uma delícia*), dos heterossexuais (gay não quer *cura*, prefere *picadura*) e o conservadorismo militante de certos personagens *evangélicos* que teimam negar o afeto e o sexo: (*Fail)*

Quadro II: O esforço de interação dos manifestantes (quem somos?) e a formulação de queixas.

Entre outras mil és tu Brasil a pátria amada... viemos te salvar	
A vida não tão bonita como no instagran	Amo Recife, mas não sou correspondida
Acordem. Isso não é festa.	Tem tanta coisa errada que não cabe no cartaz
Foca na tarifa	Pais em decadência... povo em evolução
Pense bem: por que você está aqui? # Protesto consciente	Saímos do Facebook
Isto aqui não é protesto?! Bitch please	Somos a rede
Agora é poder popular	Periferia não dorme! Estamos na rua prá valer!social
Artista na rua é legal	Paz sem você não é paz é medo
Construir a aliança operário – estudantil	Não é pelos centavos é pelo meu futuro
O movimento é pacífico	Não é por R$ 0,20... É por tudo
O poder delegado foi delegado por nós	Pobreza e exploração não são naturais. Reaja
O povo unido não precisa de partido	Que só os beijos te tapem a boca
Periferia em luta	Se pago o aluguel não como, se como não pago o aluguel

liciano the jiripoca is goins to piu.

As *ruas* clamaram por mais *amor e menos pastor* e, na *parada do orgulho louco*, houve o movimento dos *sem namorados* que pediam *namoro já* – desabafo de muitos cansados de *ser sozinho*. Debochou-se dos políticos primos– o senador da República Aécio Neves (*Aécio Never*) e do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (aquele que *não é Obama*): trata-se da crítica dos políticos e da política transformada em *negócio* dos políticos e que resulta na desqualificação dos cidadãos, da cidade e da sociedade?

Mas, é importantíssimo assinalar: não eram todos que estavam ali, que protestavam. Os que precisavam trabalhar estavam trabalhando. E nisto, ao menos em Belo Horizonte, em São Paulo, em Florianópolis, em Porto Alegre e, ao que tudo indica, no Rio de Janeiro, a maioria dos participantes das *jornadas de junho*, eram jovens de condição sócio-econômica *média* e, nestas cidades, a maioria tinha

Quadro III: a pluralidade das denúnciàs formuladas pelos manifestantes

Agora é a vez da sua ditadura Dilma?	Chega de maus tratos ao animais: pena máxima
Alkmin contra os pobres	Contra o machismo, o racismo e a homofogia
Esse Congresso é uma vergonha	Favelados são tratados como lixo pela prefeitura do Rio
Quantas escolas valem um Maracanã?	Vidigal abandonado (RJ)
Foram os disparos em São Paulo que acordou o povo em todo Brasil (SIC)	
Não é a política que faz um candidato ladrão. É o seu voto que faz o ladrão virar político!	
Quem é mais ladrão quem governa o país ou quem te mostra um oitão? # Contra o sistema	
Se é bomba de efeito moral, então joga no Congresso!	Da Copa eu abro mão, quero R$ para saúde e educação
O Brasil tem conserto	Não se faz hospitais com copa do mundo
Corrupção este lobo mau come nossos direitos	Quantos hospitais cabem em um Estádio de Futebol?
Ficar sem cinto no carro é perigoso. E andar em pé no ônibus, pode??	
PM não esqueça Carandiru Candelária e as favelas	Paga estádio de 1 bilhão mas não dá subsídio pro buzão
Polícia sem cidadania é sociedade sem defesa	Sou professor: 20% do meu salário é para o transporte
Não à violência	Vandalismo é não ter saúde e educação
Venda das ruas e áreas públicas: sou contra!	

cor de pele clara. É sabido que a cor da maioria dos manifestantes de Salvador, de Recife, de São Luiz do Maranhão ou de Belém do Pará era não branca.

As jornadas de junho tiveram uma novidade: a tentativa de marginalização dos partidos políticos. Mas, eis que chegaram os jovens de Partidos Políticos, dos Sindicatos, dos Movimentos Sociais. O movimento pacífico mostrou sua face violenta, agressiva, o amor de dar soco no nariz de jovens do PSTU, do PSol, do PT, de sindicalista e de membros de outros grupos organizados. As passeatas e os passeios durante as manifestações rejeitaram, na prática, a convivência com os diferentes: aceitava todas as reivindicações, não aceitava nenhum tipo de partido, nenhum tipo de organização.

Mas, eis o mais intrigante: as passeatas agrediram os diferentes, mas aceitaram os mascarados, inclusive os moços que se *concentravam*, *atacavam* (principalmente prédios públicos e grandes vidraças de instituições públicas ou de empresas privadas) e se *dispersavam* (*vazar*) e novamente buscar a concentração, a ação, a dispersão. Nas passeatas dos anos de 1960 e de 1970 esta movimentação tinha nome: manifestações com *estrutura de comando: reunir, concentrar, agir e dispersar*. São anarquistas atacando o capitalismo (*Black Blocs*?) – ou apenas os *carecas nazi-fascistas* ou *anarcofascistas* tentando desmoralizar a democracia e as esquerdas?

A pluralidade (a diversidade) étnica e racial ou *classista* de homens e de mulheres, heterossexuais ou homossexuais, de pessoas com diversa condição pessoal manifestou-se – inclusive em suas diferenças regionais. Eis a sociedade diversa, múltipla, descentralizada e excêntrica (sem um *centro*, e refratária à *unidade*) e que tende a ter suas estruturas influenciadas e ou *modulada* pelas Ciências Humanas, Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas e pelas Engenharias - áreas de administração, antropologia, ciência política, comunicação, direito, economia, filosofia, história, informática, medicina legal, psicologia, sociologia – além de letras e artes. Aqui, cabe criticar as elites *logotécnicas* - especialmente os jornalistas -, que diante da multiplicidade das queixas, das denúncias e ou das reivindicações, optaram pela simplificação: as ruas não *saberiam* o que estavam querendo. As possíveis interpretações dessa multiplicidade de questões não são um desafio para sociólogos, cientistas políticos, *comunicadores*, *marketeiros*, administradores, artistas, tecnoburocratas e especialistas em biotecnologia, engenharia molecular ou financistas? Para economistas, eis uma pergunta: os ataques a bancos que lucram muito alto com juros escorchantes não significaria nada? E para nós todos: alguém ou algum setor da sociedade ficou de *fora* das abrangentes críticas das *jornadas de junho*? E cabe questionar: o que faziam os governantes e todos os partidos políticos, os movimentos sociais organizados e os

Quadro I V:: as reivindicações econômicas (prioridades), sociais, políticas e culturais

Fifa go home	Moradia realidade já
Abaixa a tarifa e manda a conta prá Fifa	MT ST Apoiamos o corredor para motoqueiro
Baixar o valor da gasolina para R$1,50	Não ao extermínio de jovens da periferia
Contra a inflação. Escala móvel de salários	Ou para a roubalheira ou paramos o Brasil
Governo do Brasil liberdade: a maconha é natureza	Pega o aumento dos vereadores e passa os professores
Governo enfia R$ 0,20 no SUS	Queremos saúde moradia no padrão Fifa
Liberdade para dentro do meu útero	Queremos saúde no padrão Fifa
Moradia é prioridade	Saneamento sim. Teleférico não

Quadro V: O humor e a crítica ao machismo, à homofobia, ao racismo, à violência policial, aos políticos.

Aha uhu Feliciano eu vou comer seu ... bolo	Ei machista meu orgasmos é uma delícia
Feliciano me dá um atestado que hoje eu acordei meio viado	
Tire o Feliciano do caminho que eu quero passar com meu tesão	
Feliciano: cura o Anastasia	Liberte, Egalité , fraternité e Vinagré
(Fail) liciano the jiripoca is goins to piu	Mais amor menos pastor
Today the Jiripoca wil pew pew	Movimento dos sem namorados
Não quero cura: quero pica dura	Namoro já. Cansei de ser sozinho
Aécio never	Odeio bala de borracha: joga um Halls
Cabral você não é Obama	Parada do orgulho louco
Por 3,20 até a Narcisa diria: "ai que absurdo	Sou contra tudo isso e aquilo ... #tudo

sindicatos – todos *surpreendidos* pelas manifestações?

Ocupar as cidades e re-humanizar os espaços urbanos

Desde a década de 1960 que é conhecido o fenômeno de aburguesamento, elitização ou gentrificação das cidades. Gentrifica*ção*: substantivo feminino com o significado de ação ou resultado de *gentrificar*, retorno à condição de nobre (gentry: nobre, aristocrático). Trata-se de processo de recuperação do valor imobiliário e de revitalização de região central da cidade após período de degradação; enobrecimento de locais anteriormente populares.

Gentrificação, (tradução do inglês *gentrification* > *gentry* ou aristocracia, ou burguesia) é a transformação privada e ou governamental do espaço urbano, para *elitizar* áreas das grandes metrópoles para dali expulsar os pobres ou impedir a presença dos pobres. Este processo começou na década de 1960, intensificando-se nos anos de 1980 e 1990 e vem ocorrendo na Europa (Londres, Barcelona, Bilbao e Lisboa), nos Estados Unidos (Nova Iorque e São Francisco), no Canadá e no Brasil (inclusive em Belo Horizonte). Gentrificação tem sinônimos: aburguesamento do espaço, exlusão social planejada, higiene social. Ela já aconteceu no Brasil (*bota-abaixo*, Rio de Janeiro, 1902) e em Belo Horizonte [15].

Por gentrificação entenda-se, também, a produção de shows para poucos, shows em praças "fechadas", milhões de reais dos cofres públicos gastos em construções às quais o povo não tem acesso. O dinheiro público, formado com os nossos impostos é empregado em construções luxuosas às quais o homem comum não tem acesso. Veja-se, em Belo Horizonte, gentrificação da Savassi e da da Zona Sul como um todo. Este processo é criticado por especialista que o encaram como processo de exclusão, de expulsão de pobres de regiões nas quais os pobres são considerados indesejáveis.

Não é difícil entender a gentrificação dos Estádios de Futebol (começou na Inglater-

15 O projeto da cidade de Belo Horizonte previa *lugares* para edifícios públicos, comércio, moradia de funcionários públicos e lazer. Os trabalhadores foram empurrados para as zonas suburbanas formando os bairros pobres, a *periferia*. Durante a construção da cidade, trabalhadores foram *alocados* no Barro Preto, a partir de 1909, área que fica dentro perímetro urbano da Cidade limitado pela Avenida do Contorno e que foi transformada em *zona suburbana*, por decreto. FARIA, Maria Auxiliadora, GROSSI, Yonne de Souza. A classe operária em Belo Horizonte: 1897-1920. In: *Seminário de Estudos Mineiros*, 5, 1982, AMARAL, Deivison Gonçalves. Regulamentação da ocupação urbana e as campanhas dos trabalhadores por habitação em Belo Horizonte.(1912-1930). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH* • São Paulo, julho 2011- www.anphu.org – acesso em 13 ago 2013.

ra, para expulsar os *hooligans* (festeiros, fanfarrões, arruaceiros - *hooligan* palavra desde 1960, na Inglaterra, para identificar torcedores em bando ou gangues que promoviam brigas e quebradeiras durante e depois dos jogos de futebol). Os *hooligans* começaram a ser criminalizados a partir da final da Taça dos Campeões Europeus de 1985, durante o jogo de futebol entre Liverpool da Inglaterra e o Juventus da Itália: os conflitos resultaram em quase 40 mortos e um número elevado de feridos (o futebol inglês foi banido das competições europeias por cinco anos).

Os estádios, reformados com milhões de reais ou de dólares, passam a ser frequentados por poucos e endinheirados aficionados do futebol, ou de espetáculos de celebridades do campo musical. A Copa do Mundo foi *gentrificada*, salvo engano, a partir da década de 1980 e é, contemporaneamente, um evento altamente elitizado, quer pela transformação do futebol em negócio, quer pela exigência de rico consumidor que requer estádios de futebol com a infraestrutura, conforto e luxo. As passeatas disseram que a cidade é do cidadão. – pois que ocuparam as ruas e param o trânsito e limitam os negócios. Afinal, a cidade não é para as pessoas – de todas as *cores,* classes, gênero ou sexo?

Conclusão

A *tomada* da Avenida Paulista em São Paulo, a invasão do prédio do Congresso Nacional em Brasília, a ocupação do Centro Histórico do Rio de Janeiro, da Praça Sete e da Avenia Antônio Carlos em Belo Horizonte são exemplos de afirmação, por parte dos manifestantes, de que *ali* era o *seu* território. Esta *tomada* simbólica do território, pelos manifestantes desterritorializados *nas e pelas* redes sociais resultou, em alguns casos, no ato de posse simbólica de espaços e de equipamentos urbanos, rebatizando-os, como foi o caso, em Belo Horizonte, do elevado batizado com o nome Castelo Branco[16], rebatizado, pelos manifestantes, com o nome de Helena Greco [17].

E os vândalos – *nossos hooligans*, os *anarcofascistas*? – são realmente baderneiros? É certo que depredaram agências de bancos, lojas de carros importados e outras propriedades privadas; destruíram bens e danificaram patrimônio público – provocando tumultos e muitos prejuízos. Os ditos vândalos tentaram invadir a Prefeitura Municipal de São Paulo, invadiram as sedes das Prefeituras de Porto Alegre e de Niterói. Os manifestantes (vândalos?) invadiram ou tentaram invadir a Câmara Municipal e a Prefeitura de Belo Horizonte; tentaram invadir o Palácio dos Campos Elíseos (sede do Governo Estadual de São Paulo) e, em Brasília, invadiram o Congresso Nacional, tentaram de invadir o Palácio do Planalto, o prédio do STF, além da vandalizar o Palácio do Itamaraty (Prédio do Ministério das Relações Exteriores). E, por fim, os agressivos manifestantes transformaram em inferno a vida de Sérgio Cabral - Governador do Rio de Janeiro. Mas, cabe um reparo: a violência desmedida, inicialmente, foi usada, pela Polícia Militar de São Paulo contra os manifestantes. A violência desmedida da PM paulista teria transformado a insatisfação dos manifestantes em ira incontida? Em Belo Horizonte, a tentativa de chegar ao Estádio de futebol *Mineirão* – como nos demais estádios em Estados que sediaram a Copa das Confederações realizada no Brasil -, não seria uma revolta da classe média –

16 Humberto de Alencar Castelo Branco, nasceu em 20 set 1897 e faleceu em 18 jul 1967, 4 meses depois de deixar a presidência da República (primeiro general-presidente de 15/04/1964 a 15 03 1967, após o Golpe Militar de 64).

17 Nascida em 15 de junho de 1916 em Abaeté, Minas Gerais, Helena Greco farmacêutica e ativista política que dirigiu o Movimento Feminino pela Anistia em Minas Gerais, de fama e prestígio nacional e internacional. Dona Helena Greco, como era mais conhecida, foi uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores e foi a primeira mulher eleita para a Câmara de Vereadores em Belo Horizonte (1982 a 1992). Faleceu em 27 de julho de 2011, aos 95 anos.

ameaçada de ser mais *empobrecida* pela concentração da riqueza dos *muito ricos?* Não seria revolta dos que lutam para ganhar a vida e que se percebem excluídos dos *lugares* mais beneficiados por obras urbanas e de *territórios* que antes eram *populares* – estádios, praças, parques -, e aos quais não tem mais acesso?

Por fim, as passeatas – em todo o Brasil – viram, testemunharam e participaram de um ataque (linchamento moral?) das grandes redes que dominam as comunicações no Brasil: Rede Bandeirantes, Rede Record, Rede SBT e, claro, Rede Globo foram alvos de violentos protestos, com incêndio de carros das emissoras, com agressões físicas de seus profissionais e expulsão de repórteres do espaço das passeatas – jornalistas foram expulsos das *ruas* (a mídia perdeu sua condição de imparcial, *neutra* e *objetiva* prestadora de serviços de informação para todos). Ao queimar carros de emissoras de televisão, espancar repórteres, protestar em frente às emissoras de televisão e rádio (TV Globo em BH) – os jovens não disseram aos donos da mídia que a mídia também *mente*? Os manifestantes não estão acusando a mídia de, inclusive, tentar se apropriar das passeatas, dizendo aqui e ali, o que as ruas quiseram dizer, desrespeitando os que fizeram nas passeatas e protestos – múltiplas queixas e reivindicações? Ao tentar impor um único sentido e único significado para as *jornadas de junho*, a mídia desrespeitou e agrediu a pluralidade das manifestações e os manifestantes agressão que atingiu, inclusive, os jovens e adultos que saltaram do virtual para o real e fizeram desta descoberta, deste *rito de passagem*, a maior festa – pela liberdade e pela democracia.

Sofia Maria Carrato Diniz



Professora do Departamento
de Engenharia de Estruturas – UFMG

E a "primavera" da UFMG? A luta por direitos na progressão na carreira de magistério superior

Fotos: Arquivo Apubh

1 – Introdução

A primavera é tida como tempo de renascimento, de novas ideias, de novas lutas e conquistas. Da primavera de Praga de 1968, à primavera do mundo árabe e aos movimentos de junho de 2013 no Brasil, novas reivindicações e lutas se colocam em busca de uma democracia efetiva. Quando a população brasileira sai às ruas reivindicando transparência, consistência na atuação, impessoalidade, moralidade e razoabilidade na administração pública, será que as universidades federais podem ficar fora disto? Obviamente que não. A UFMG é parte de um todo e como instituição formadora de profissionais que têm como norma maior de conduta a moralidade, a legalidade e a ética, ela precisa e deve pautar-se pela transparência e o respeito a estes princípios no que tange ao seu funcionamento interno. Infelizmente, como será mostrado neste artigo, a UFMG ainda está distante de colocar em prática estes princípios.

É muito frequente depararmos com críticas, lamentos, e decepções por parte de alunos, funcionários e professores com as diversas instâncias administrativas da UFMG. No caso de professores, isso não raro tem levado a aposentadorias precoces, desestímulo à produção científica e indutor de situações depressivas graves. Se a grande maioria acaba optando pelo silêncio, não considero que seja este o caminho mais adequado. Entendo que é necessário que os problemas sejam debatidos publicamente, pois é só a partir do debate e do esclarecimento que equívocos, erros e distorções de toda ordem podem ser sanados. É exatamente por isto que relato aqui uma série de problemas que venho enfrentando desde 2006, acentuados a partir de 2010 quando fui aprovada pela segunda vez em concurso para Professor Titular na área de Engenharia de Estruturas na UFMG.

Neste momento, quando se aguardam as decisões relativas à implementação das diretrizes que nortearão a incorporação da classe de Professor Titular à carreira de docente do magistério superior, acredito que minha experiência possa ser de interesse a todos os colegas docentes. O meu percurso de ascensão na carreira universitária da UFMG deixa claro a mensagem de cautela relativa às condições de efetiva implementação das progressões ao nível máximo da carreira docente. Além deste objetivo específico, tenho também um objetivo mais geral, oferecendo, através de minha própria trajetória, questionamentos que permitam o avanço do efetivo exercício da cidadania, na busca da democracia plena que esperamos para o Brasil e suas instituições. Acredito assim que tais objetivos se coadunam com aqueles da APUBH que, através de várias iniciativas, vem tratando de problemas de interesse não apenas da categoria por ela representada, mas também de toda uma problemática de interesse para a população brasileira.

2- Aprovada como Titular, reprovada como Associado

Em minha carreira como docente, ingressei na UFMG como Professora Assistente no Departamento de Engenharia de Estruturas (DEEs) em 1988. De 1990 a 1994 estive afastada para meu doutoramento, obtendo o título de PhD em Engenharia de Estruturas pela University of Colorado at Boulder, EUA, em novembro de 1994. Em abril de 1995 fui promovida a Professora Adjunta em decorrência da obtenção de título de doutora. Em março de 2006 fui aprovada em segundo lugar em concurso para Professor Titular em Engenharia de Estruturas do DEEs, para uma única vaga. Embora eu tenha sido classificada em segundo lugar, a minha média geral (92,6) foi superior à do primeiro lugar (91,0); a indicação do primeiro lugar se deu em decorrência do critério "número de indicações" em conformidade com o edital relativo àquele certame. Fui promovida a Professor Associado em 2006, quando da criação desta categoria; entretanto, esta progressão que, considerada a aprovação em concurso para nível hierárquico superior, deveria ser natural, enfrentou percalços.

Apesar da performance demonstrada no concurso de 2006, a banca que analisou os pedidos de progressão vertical de Professor Adjunto 4 para Associado indeferiu a minha solicitação. Detalhe: o presidente desta banca foi o professor aprovado no concurso de março de 2006.

Assim, é de se estranhar a posição do referido professor, que na qualidade de:

> –presidente da comissão que analisou os pedidos de progressão,
>
> –ciente do resultado do concurso para Professor Titular em março do mesmo ano,
>
> –chefe do DEEs no período referente à avaliação e conhecedor de meu desempenho profissional,

deixasse ocorrer fato tão absurdo, levando ao descrédito o próprio trabalho desenvolvido por aquela comissão. Como entender que alguém possa ser aprovado como "general" e ser reprovado como "coronel"? Tamanho absurdo só foi corrigido através de recurso impetrado por mim à Congregação da Escola de Engenharia.

3- Quem avalia o avaliador?

Quatro anos depois, em maio de 2010, me submeti novamente a concurso para Professor Titular em Engenharia de Estruturas do DEEs-UFMG tendo sido classificada em segundo lugar. Neste concurso se apresentaram apenas dois candidatos; a minha média geral foi 94 enquanto que a do primeiro colocado foi 95,8.

O que fez a diferença entre o primeiro e o segundo lugar no certame de 2010 se deu na prova de títulos. Dentre todos os quesitos, este é exatamente o mais objetivo e também o mais facilmente avaliado (e reavaliado) na medida em que existem métricas largamente aceitas e implementadas por agências de fomento científico e tecnológico brasileiras, além daquelas da própria UFMG. Apesar disso, essas métricas não foram levadas em consideração. A título de exemplo, tenho como diferencial em relação ao outro candidato, uma sólida carreira internacional com pós-doutorado em um dos institutos mais prestigiosos do mundo, o *National Institute of Standards and Technology*, Washington DC, EUA, a presidência de comitês técnicos de instituições como o *American Concrete Institute* (ACI) e a *American Society of Civil Engineers* (ASCE), publicações em periódicos internacionais de destaque, número de citações e comendas internacionais (*Fellow* of the *American Concrete Institute*).

Diante desta situação, não me coube outra alternativa a não ser buscar os meus direitos através de recurso impetrado junto à Congregação da EE-UFMG. Em recurso de 40 páginas, apresentei ampla fundamentação que justificava o meu pleito. Como fato maior mencionei inconsistência na pontuação a mim atribuída **na prova de títulos de 2010 (448, média 89,6), inferior àquela de 2006 (457, média 91,4).** Se tais resultados (91,4 versus 89,6) fossem referidos a um mesmo período, tais discrepâncias poderiam ser atribuídas a possíveis erros estatísticos na avaliação. Entretanto, considerando-se que estas médias correspondem a 2006 e 2010, respectivamente, isto seria equivalente **a dizer que eu tive um retrocesso em termos de títulos nos quatro anos seguintes (2006-2010)!** Isto não só não se verifica, como também estes 4 anos foram de intensa produção científica, culminando com a outorga da comenda *Fellow* of the *American Concrete Institute* (ACI). (Segundo Selmo Kupperman, ex-presidente do Instituto Brasileiro do Concreto "*Fellow* é uma pessoa que tenha contribuído de maneira excepcional para a produção ou uso de materiais, produtos e estruturas de concreto nas áreas de educação, pesquisa, desenvolvimento, projeto, construção ou gerenciamento". Este título honorífico foi criado em 1973 e, à época da outorga em 2009, havia 610 *Fellows* do ACI no mundo e apenas eu no Brasil. Tais fatos podem ser comprovados pelo meu currículo Lattes (lattes.cnpq.br/3233497819592258) e página do ACI (www.concrete.org/members/fellows.aspx).

A despeito do flagrante absurdo, tanto a Congregação da EE-UFMG quanto o Conselho Universitário da UFMG decidiram pelo indeferimento de meu recurso baseado na soberania da banca examinadora. Diante do exposto, coloca-se a questão "Quem avalia o avaliador?". Estariam as bancas examinadoras acima do bem e do mal, mesmo que sejam patentes as inconsistências nas avaliações? Voltarei a este tema mais à

frente.

4 – Manipulação de informações e o uso de recursos protelatórios

Em novembro de 2010, ofício da CPPD comunica a alocação de duas vagas para Professor Titular para o DEEs-UFMG que poderiam ter provimento a partir da contratação de candidatos aprovados em concurso ainda válido ou novos concursos. Em 26/11/2010 ocorreu a primeira parte da 287ª Reunião da Câmara Departamental do DEEs que decide sobre a utilização das vagas alocadas pela CPPD. A partir de "subsídios" apresentados pela então chefe do DEEs, a Câmara Departamental entende que a área do concurso realizado em maio de 2010 (concurso ainda válido), "Engenharia de Estruturas", não corresponde aos interesses do DEEs que apresenta demandas em "áreas específicas". Decide também que dois novos concursos seriam realizados em áreas a serem definidas apenas em março de 2011 (quando o meu concurso expirava em dezembro de 2010), usando claramente recurso protelatório para inviabilizar a minha contratação.

Em carta datada de 1º de dezembro de 2010 dirigida à Câmara Departamental do DEEs, observei que atuo em áreas prioritárias para o DEEs (**Estruturas de Concreto** e Confiabilidade Estrutural), e dentre os potenciais candidatos para Professor Titular do DEEs, era aquela que apresentava as melhores credenciais (fato comprovado pelos resultados de dois certames consecutivos para a mesma finalidade). Observei que se a decisão de alocação de vagas para Professor Titular é feita com base em áreas prioritárias, ficava claro que as áreas mais carentes eram *Estruturas em Concreto Armado/ Protendido* e *Estruturas em Madeira*. Mencionei também que a alocação de uma vaga para Professor Titular na área de *Estruturas em Concreto Armado/ Protendido* seria um fator adicional para justificar a minha contratação como Professor Titular em Engenharia de Estruturas com atuação nas áreas de *Estruturas em Concreto Armado/ Protendido* e *Confiabilidade Estrutural*.

A despeito da ampla argumentação por mim apresentada na carta de 01/12/2010 refutando cada um dos pontos apresentados pela Câmara do DEEs para a realização de dois novos concursos, em 02/12/2010 a segunda parte da 287ª Reunião decidiu pela manutenção da decisão anterior.

Assim, a decisão do DEEs causa estranheza pelos seguintes motivos: (1) o DEEs descarta a contratação de profissional da mais alta qualificação que demonstrou as suas credenciais em dois concursos consecutivos e recentes, (2) as ditas áreas específicas já eram conhecidas e incluia "Estruturas de Concreto" conforme comprovam atas do DEEs e ofício da chefia endereçado à Procuradoria Federal-UFMG em janeiro de 2011, e (3) este profissional tem comprovada atuação majoritária em área prioritária para o DEEs. Mais ainda, a então chefe do DEEs, em ofício endereçado à Procuradoria Federal-UFMG em janeiro de 2011 (OF. DEEs 001/2011), cuidadosamente omite as informações contidas em minha carta de 01/12/2010 sobre a minha atuação em "Estruturas de Concreto", dizendo que a minha atuação se restringia a Confiabilidade Estrutural! Segundo o Código Penal brasileiro tal procedimento é crime de falsidade ideológica! Com a disponibilização da Plataforma Somos UFMG, pode-se ver que a profissional de maior destaque da UFMG na área de "Estruturas de Concreto", sou eu, Profa. Sofia Maria Carrato Diniz (www.somos.ufmg.br).

O documento "Necessidade Estratégica de Vagas Docentes" e o edital para concurso para Professor Titular na área de "Estruturas de Aço ou Estruturas de Concreto ou Estruturas de Madeira" de abril de 2011 comprovam as minhas ponderações de dezembro de 2010. Indo além, por quê incluir dentre as áreas prioritárias para contratação de professor titular a "Estruturas de Aço", quando esta área teve contratação recente em agosto de 2010? Mais ainda, por quê apresentar três áreas distintas para uma única vaga, quando tal procedimento inviabilizaria a formação de uma banca examinadora não tendenciosa? **E de todos, o absurdo maior: como entender que Engenharia**

de Estruturas não é área de interesse em dezembro de 2010, quando, curiosamente em setembro de 2011 o DEEs, em documento formal à CPPD, solicita 6 (seis) vagas para professores em Engenharia de Estruturas? Em síntese, pode-se observar que todas as ações tomadas pelo DEEs tinham como objetivo impedir a minha contratação como Professora Titular.

A partir da insistência do DEEs pela minha não contratação, e pelo prazo exíguo para a tomada de providências, não houve outra solução a não ser a via judicial através de mandado de segurança. Este mandado de segurança, no qual o mérito de meu pleito é devidamente analisado, é DEFERIDO. Mediante decisão judicial, tomei posse como Professora Titular do DEEs em março de 2011. Seguem abaixo algumas considerações feitas pelo Sr. Juiz Paulo Alkmin Costa Júnior da 28ª. Vara Federal:

> *"...No caso dos autos, chama a atenção o fato de que a impetrante já participara de concurso público anterior para o mesmo cargo público de Professor Titular da Faculdade de Engenharia da UFMG. Naquele certame* [março de 2006]*, conforme narrado em documentação acostada, aparentemente a impetrante logrou obter pontuação na prova de títulos superior ao que obteve no concurso público cuja validade ora está por vencer. Em princípio, semelhante fato soa como contraditório, inclusive pelas considerações muito bem expostas pela impetrante em sua missiva datada de 01 de dezembro de 2010 (doc. acostado aos autos pela impretante), levando a perquirir se o elemento finalidade no ato administrativo praticado continha algum vício apto a caracterizar desvio de poder. A reflexão me parece pertinente na medida em que, em se entendendo que não é desejo da Administração Pública permitir especificamente a contratação da impetrante, restaria reforçada a argumentação de que a decisão de não nomeá-la, a despeito da existência de vaga aberta, não atende ao interesse público e ofende aos princípios da impessoalidade, moralidade, razoabilidade e proporcionalidade.*
>
> *Nesta linha, a estranha contradição acima mencionada, acerca da nota da impetrante na prova de títulos por ocasião do concurso público a que se submeteu, aliada a este fato de a situação pessoal da impetrante ter sido levada em conta na decisão de não nomear candidato aprovado em certame ainda válido, forjaram minha convicção de que o ato administrativo praticado extrapolou o âmbito da discricionariedade administrativa e merece reforma pelo Poder Judiciário, em ordem a fazer prevalecer o ideal de impessoalidade no trato do interesse público."* (grifo meu)

Nota: O texto acima corrobora a minha tese que havia amplas justificativas para que o meu recurso relativo ao resultado da prova de títulos do certame de maio de 2010 fosse acolhido.

5 – Visão míope e atos mesquinhos

Durante o II Seminário Contra o Assédio Moral, realizado em maio de 2011 promovido pela APUBH, SINDIFES e DCE-UFMG, tive a oportunidade de relatar para os participantes daquele evento a situação relativa à minha contratação como Professora Titular. Pude também relatar as pressões que passei a estar submetida desde a ação judicial por mim impetrada contra a então chefe do DEEs. A decisão judicial apresentada no ítem anterior foi destaque no Jornal da APUBH, Edição 30, julho de 2011, no setor Jurídico com o título "*Justiça Federal de Minas Gerais determina nomeação de Professora Titular, Aprovada em Segundo Lugar do Concurso Realizado pela UFMG*". A despeito da vitória inicial, passei a sofrer cerceamento às minhas atividades profissionais conforme descrevo a seguir.

> É sabido que uma das grandes metas atuais da UFMG é a sua internacionalização. Mas o que dizer quando uma de suas docentes mais ativas é impedida de participar em evento maior da normalização internacional na área de "Estruturas

de Concreto"? E quando esta participação se dá na qualidade de Chefe da Delegação Brasileira credenciada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)? Esta atividade, que deveria ser motivo de orgulho para a UFMG, é também de interesse de vários outros setores nacionais, a exemplo do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior! **E mais ainda que, -- para evitar a vergonha e o constrangimento que tal situação internacional viria a criar, a minha participação na *18th Plenary Meeting of ISO TC 71 – Concrete, Reinforced Concrete, and Prestressed Concrete*, Hong Kong, China --, tenha sido retribuída com uma sindicância punitiva** (Portaria nº 39/2012 de 11 de julho de 2012, publicada no Minas Gerais, 14 de julho de 2012) e "advertência". Detalhe: todos os custos relacionados a tal participação foram cobertos por recursos próprios!

Em 17 de maio de 2011 protocolei junto à Secretaria do DEEs pedido de afastamento do país para participação na *18th Plenary Meeting of ISO TC 71*, Hong Kong, no período de 16/06/2011 a 24/06/2011. O período de afastamento compreendendo 9 dias (5 dias de trânsito e 4 dias de realização da Reunião Plenária do ISO TC71 e de seus 7 subcomitês, ou seja o estritamento necessário), incluía 1 sábado, 1 domingo, 1 feriado e 1 recesso. Já com relação a dias letivos, este afastamento demandaria a minha substituição em apenas 2 dias letivos.

Nenhuma excepcionalidade existia em minha solicitação, seja em relação à atividade prevista (que já vinha sendo exercida com regularidade anual desde 2007), à duração do afastamento, afastamentos anteriores, número de afastamentos em um semestre letivo, substituição do professor, desenvolvimento do semestre letivo etc. No primeiro semestre de 2011 eu já havia me afastado por duas semanas para participação na *2011 ACI Spring Convention* em Tampa e no *2011 ASCE Structures Congress* em Las Vegas, EUA. Incluindo o afastamento para Hong Kong, o total de aulas dadas por outro professor corresponderia a 13 % da carga horária da disciplina; já o total absoluto, - total de aulas dadas por outro professor mais aulas repostas por mim-, correspondia a 17%, inferiores a 20 %, percentual aprovado pela CAPES para a substituição do professor por bolsista de pós-graduação.

A 295ª Reunião da Câmara Departamental do DEEs, realizada em 27 de maio de 2011, decidiu pelo indeferimento de minha solicitação de afastamento sob o pretexto de evitar prejuízos aos meus alunos, que eu já havia me afastado por 2 semanas naquele semestre, e que um novo afastamento não se justificaria. Este é o primeiro e único indeferimento que tive de um pedido de afastamento em toda a minha vida profissional junto à UFMG. Vale notar também que esta decisão foi tomada na primeira reunião da Câmara Departamental após meu envio de comunicação à lista eletrônica do DEEs na qual comunico a minha posse como Professora Titular e apresento o texto da decisão judicial que garantiu a minha posse.

Se a premissa é coibir supostos prejuízos aos alunos pelo afastamento durante período letivo, então como justificar a aprovação de afastamento de outro professor do DEEs, para congresso no período de 29 de agosto a 6 de setembro de 2011, seguido por férias dentro do período letivo? E que resultaram em afastamento das atividades letivas por 25 dias contíguos! Como entender que meus alunos possam mais prejudicados que os alunos daquele professor? Também como entender que férias dentro do período letivo possa ser atividade mais meritória do que representar o Brasil em missão técnico-científica no exterior? Tal prática demonstra claramente a violação do princípio da impessoalidade!

E por quê um novo afastamento não se justificaria? Tal decisão só pode ser entendida a partir da má fé de uns, aliada à desinformação de outros. Note-se por exemplo, que em praticamente todos os documentos referentes ao tema de minha

solicitação de afastamento aparece ISSO (e não ISO) TC 71, o que demonstra que nem sequer era compreendida a natureza da atividade em questão.

Conforme mencionado em meu recurso à Congregação da UFMG, sou *expert* da ABNT credenciada junto ao *ISO TC 71,* nível máximo da normalização internacional no setor de concreto, concreto armado e concreto protendido. (Nota: A sigla ISO se refere à *International Standardization Organization*, sediada em Genebra na Suíça.) Tenho participado ativamente das atividades do *ISO TC 71*, através: (i) do envolvimento direto em diversos grupos de trabalho para o desenvolvimento de normas técnicas, (ii) da emissão de pareceres sobre os diversos documentos desenvolvidos pelo *ISO TC 71*, como auxiliar à formulação do voto brasileiro, e (iii) da participação nas reuniões plenárias anuais deste comitê. Vale destacar que à época do indeferimento de meu afastamento já havia participado das reuniões plenárias de Salvador (2007), Los Angeles (EUA, 2008), Cairo (Egito, 2009) e Cartagena (Colômbia, 2010), tendo sido **Chefe da Delegação Brasileira** nestas duas últimas reuniões. Fui também Chefe da Delegação Brasileira nas reuniões de Hong Kong 2011 e San José, Costa Rica de 2012. Todos estes afastamentos, à exceção da reunião de Hong Kong, foram aprovados pela UFMG!

Conforme relatei em meu recurso à Congregação da EE-UFMG, a minha não participação na *18th Plenary Meeting of ISO TC 71*, e a consequente redução no número de delegados brasileiros para as diversas reuniões de trabalho de subcomitês do ISO TC 71, criaria problemas para a ABNT no que se refere à manutenção de seu status "*Participant member*", fazendo desaparecer as conquistas dificilmente alcançadas pelo Brasil desde 2007. Neste contexto, a decisão tomada pela Câmara Departamental do DEEs pelo indeferimento de meu afastamento poderia ser considerada, na melhor das hipóteses, como uma visão míope sobre o papel da universidade hoje no contexto do desenvolvimento tecnológico nacional e internacional. Infelizmente, conforme se discute a seguir, muito além de uma visão míope, estava iniciado um processo de retaliação incluindo difamação contra mim e práticas mesquinhas. E por quê? Por ter exposto as inconsistências e irregularidades das decisões que vinham sendo tomadas pelo DEEs!

6 – Em cena: mentiras e difamações

O direito à petição é garantido ao servidor público através da Lei 8.112, e também pelo Regimento Geral da UFMG. Entretanto, como garantir este direito, quando não é permitido ao interessado conhecer as bases que justificam a decisão administrativa? Como garantir a lisura no processo, quando é vedado ao interessado a participação nas discussões que nortearão o processo decisório? E sobretudo, como garantir este direito quando regras básicas tais como impedir a participação daqueles que estejam litigando judicialmente com o requerente são violadas? Neste aspecto, a discussão do meu recurso à Congregação da UFMG em junho de 2011 é um triste exemplo de toda uma gama de arbitrariedades.

Conforme ata da 1104ª Reunião da Congregação da EE-UFMG, o indeferimento de meu recurso é baseado em depoimento sensasionalista e absurdo da então chefe do DEEs, que omite, mente, distorce e manipula fatos relativos à minha atuação profissional junto à UFMG. Mas como aceitar aquele depoimento como moeda boa, quando a então chefe do DEEs omite a sua condição de litigante e não se abstem de participar do processo conforme requerido pelo Regimento Geral da UFMG?

Vale lembrar que a chefe do DEEs também tinha interesse direto na matéria. Conforme mencionado, o argumento maior do DEEs (e de sua chefe) para a minha não contratação como Professora Titular é que não atuo em área prioritária para aquele departamento. Já a minha atuação de destaque nacional (credenciamento pela ABNT) e internacional (expert credenciada junto ao ISO TC 71) na área de Estruturas de Concreto comprova o contrário! Fica claro que a "solução" para o impasse seria tentar anular as minhas atividades nesta área!

Considerada toda a sorte de ataques ao meu desempenho como docente e pesquisadora proferidos por aquela senhora, não causa espanto que meu recurso tenha sido indeferido. Uma análise detalhada do depoimento da então chefe do DEEs é apresentada em minha Denúncia de Assédio Moral feita à Comissão de Ética da UFMG. No depoimento dessa senhora é espantoso observar como a mesma não se inibe em até mesmo desqualificar todas as aprovações anteriores de meus afastamentos feitos por ela mesma, pela Câmara Departamental, ou pelo próprio Reitor, a quem em última instância compete a aprovação de afastamentos do país.

Também é triste observar como aquela senhora descontextualiza resultados de avaliações discentes para um período duríssimo de minha vida pessoal e profissional (incluindo o recurso contra resultado do certame de 2010, batalha judicial pela minha contratação como Professora Titular e problemas de saúde), na tentativa de me caracterizar como profissional inassídua e impontual. Como falar em inassiduidade no ano de 2010, quando toda a carga horária e todo o programa da disciplina por mim lecionada foram cumpridos? Como falar em inassiduidade quando as minhas "ausências" correspondem a atividades aprovadas pela própria UFMG e entendidas como de interesse para a instituição? Como falar em inassiduidade quando nestas "ausências" estão incluídas a minha participação em concurso para Professor Titular promovido pelo próprio DEEs e patologia grave que incluia risco de trombose, coberta por atestado médico? Como falar de inassiduidade quando em meu pós-operatório, em março de 2011, retornei 30 dias antes do que fazia juz para não prejudicar o bom andamento do semestre letivo?

Como entender também que aquela senhora possa ter tido a coragem de questionar o meu mérito profissional e retorno institucional, quando o mesmo já havia sido reconhecido em dois certames recentes para o mais alto nível da carreira universitária, tentando me fazer passar por profissional improdutiva, conforme se lê na ata da 1104ª Reunião da Congregação da EE-UFMG:

> *"Entretanto o retorno que as viagens da Profa. Sofia trouxeram ao departamento não têm sido proporcionais ao esforço despendido pela instituição, o que pode ser verificado na análise do currículo Lattes da professora, atualizado em 27 de maio de 2011, no que diz respeito a itens tais como o número de artigos publicados em periódicos internacionais indexados, número de orientações de alunos de pós-graduação e graduação, captação de recursos, geração de intercâmbios de professores e estudantes, estabelecimento de convênios, dentre outros."*

O meu currículo Lattes (http://lattes.cnpq.br/3233497819592258) comprova que não existe semelhança alguma entre a profissional descrita pela então chefe do DEEs e a minha real atuação! Como me criticar relativamente a captação de recursos quando no mesmo período a Pró-Reitoria de Pesquisa da UFMG congratulou-me por recursos captados? Como questionar as minhas cooperações internacionais, quando o próprio evento para o qual solicito afastamento é exemplo maior desta atividade? Ademais, esta não foi a única instância em que as minhas atividades profissionais foram distorcidas. Os relatórios INA do DEEs já vinham ocultando informações importantes a meu respeito, como por exemplo que tenho pós-doutorado.

7 – Sindicância surreal

A comunicação do indeferimento de meu recurso junto à Congregação via ofício estabelecia o prazo de dez dias para impetrar recurso desta decisão junto ao Conselho Universitário da UFMG, o que foi feito em 15/06/2011. No recurso apresentado ao Conselho Universitário, discuto, além da importância de minha participação no evento pelas razões supracitadas somadas ao interesse institucional da própria UFMG, o impedimento ao exercício do contraditório ocorrido ao longo de todo o processo de avaliação de minha solicitação. Ademais,

o Art. 109 do Estatuto do Servidor Público, LEI Nº 8.112, estabelece que "*O recurso poderá ser recebido com efeito suspensivo, a juízo da autoridade competente*", o que permitiria que meu recurso pudesse ser julgado pelo Conselho Universitário a despeito do prazo exíguo para tal.

Assim, considerando os graves prejuízos que seriam causados ao país, além da situação vexatória que resultaria para a própria UFMG, tomei a difícil decisão de participar da *18th Plenary Meeting of ISO TC 71*. Sendo o Direito a codificação do bom senso, e entendendo que o interesse comum é não prejudicar metas a beneficiar o país e a instituição UFMG, acreditei que, diante de tantas aprovações referentes ao meu histórico como professora, pesquisadora e profissional, meu bom senso seria entendido. Se tal não ocorreu, credito isto a distorções que levaram inclusive a que eu fosse comunicada pelo Magnífico Reitor, Prof. Clélio Campolina Diniz do arquivamento de meu recurso um ano após tê-lo protocolado junto ao Conselho Universitário!

A minha participação na *18th Plenary Meeting of ISO TC 71* resultou em sindicância punitiva (Portaria nº 39/2012 de 11 de julho de 2012, publicada no Minas Gerais, 14 de julho de 2012) e "advertência". Todo este processo pode ser classificado como no mínimo surreal. Como entender que alguém possa ser punido por ter desacatado uma decisão nociva aos interesses nacionais e da instituição, tomada a partir de premissas demonstradamente incorretas? (As avaliações discentes para o primeiro semestre de 2011 resultaram em nota 10/10 para o meu desempenho segundo critérios do próprio DEEs!) E que esta decisão não era final pois ainda cabia recurso o qual nunca foi avaliado? Então qual foi o meu crime?

Ademais, como se entender que uma comissão de sindicância punitiva seja constituída para se decidir única e exclusivamente se houve "desacato" à decisão da Congregação da EE-UFMG, sem que ao menos se questionasse seriamente a propriedade daquela decisão? Isto seria o mesmo que julgar um crime em que está envolvido legítima defesa, quando se investiga apenas se houve ou não um disparo para que o autor do mesmo possa ser punido!

8 - Fraude processual?

Tomei posse como Professora Titular do DEEs em 14 de março de 2011 via mandado de segurança, mas infelizmente esta estória ainda não teve um final feliz. Em 29/03/2012, ofício da 13ª Vara da Justiça Federal comunicou a extinção de meu processo sem avaliação do mérito. A decisão judicial se baseou na afirmativa da defesa da chefe do DEEs, conforme é reportado na decisão judicial:

> *"Em suas informações (fls.46/74), a Chefe do Departamento de Engenharia de Estruturas da Escola de Engenharia da UFMG – autoridade apontada como coatora -, alegou, preliminarmente, sua ilegitimidade passiva, porquanto o suposto ato ilegal, qual seja, a não nomeação da impetrante para ocupar uma das vagas de Professor Titular do DEEs, não poderia ter sido praticado por ela, mas sim pelo reitor da UFMG, visto ser dele a competência para nomeação de candidatos aprovados, sendo ele o responsável para homologar e divulgar, por meio do Diário Oficial da União, a relação dos candidatos aprovados nos concursos públicos realizados pela universidade."*
>
> *"Ainda, sustenta que o departamento indicado como autoridade coatora não nomeia nem contrata docentes, apenas propõe sua admissão,..."*

Sabendo-se que o Magnífico Sr. Reitor agiu dentro do que lhe compete, homologando o resultado do certame e a ele dando publicidade, não cabe atribuir qualquer culpa ao Sr. Reitor por omissões deliberadas de seus subordinados. Ademais, quando a Câmara do DEEs não propôs a minha admissão, conforme manifestação da representada, indago se caberia àquela senhora imputar culpa ao Sr. Reitor, em especial quando se sabe que o Estatuto da UFMG, em seu Art. 28º, inciso VI, estabelece que dentre as atribuições do Reitor está "*praticar, **por proposta fundamentada***

***pelos órgãos competentes**, os atos relativos a admissão, ... do pessoal docente e do técnico e administrativo da Universidade*." Indago ainda, se não seria este um caso de fraude processual ao "*inovar artificiosamente, na pendência de processo civil, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de induzir a erro o juiz*"?

9 – A dificuldade para se reconhecer absurdos

Com relação ao concurso de 2012, para provimento de duas vagas para Professor Titular do DEEs na área de "Estruturas de Aço ou Estruturas de Concreto ou Estruturas de Madeira", são observadas irregularidades na composição da banca examinadora daquele certame, em clara violação à Resolução 02/2010 da UFMG. Conforme registrado na ata da 301ª Reunião da Câmara do DEEs:

> "...*Houve consenso, ainda, de que as áreas de atuação de todos os membros da banca deveriam ser diferentes das áreas específicas do concurso (Estruturas de Aço ou Estruturas de concreto ou Estruturas de Madeira)...*". (grifo meu)

Considerando-se que não há como montar uma banca examinadora de 5 membros, -- e que não seja tendenciosa --, para julgar candidatos em três especialidades distintas, a decisão acima mais parece "um ajuste" para (i) camuflar a inviabilidade do concurso proposto, e/ou (ii) impedir a adequada avaliação do enquadramento do candidato à área do conhecimento constante do edital.

O resultado do concurso de 2012, com a aprovação em segundo lugar de profissional que não tem atuação majoritária em nenhuma das três especialidades do concurso (atuação majoritária em Biomecânica e Materiais Compostos!), gerou recursos impetrados pelos candidatos aprovados em terceiro, quarto e quinto lugares, por arguição de ilegalidade. Analisando-se os diversos pareceres emitidos na UFMG sobre o tema, é interessante observar como quase todos se esquivaram da questão óbvia de que o segundo colocado não satisfaz as especificações da "área do conhecimento". Dentre outros argumentos, para tal, invocava-se novamente a soberania da banca examinadora. A título de exemplo, será que é tão difícil reconhecer que caso seja especificado a compra de uma geladeira, é uma geladeira que deve ser entregue e não um televisor?

(Nota: o único parecer na UFMG que aborda esta questão foi aquele por mim emitido sobre o Plano de Trabalho Trienal do candidato aprovado em segundo lugar. Este parecer foi emitido no âmbito da Câmara do DEEs, no curto período em que estive como representante dos Professores Titulares. O mesmo foi rejeitado, e o Plano de Trabalho foi aprovado com apenas 3 votos favoráveis dentre 8 votantes!).

Para defender a bizarra composição da banca examinadora do certame de 2012, a então chefe do DEEs envia mensagem ao Sr. Reitor que, conforme relatado em parecer do Conselho Universitário, registra o seguinte:

> "*Reitera a decisão da Câmara de indicar para compor a Comissão Examinadora, especialistas de áreas diferentes das áreas do concurso e justifica que os nomes indicados pela Câmara Departamental eram da grande área das Engenharias. Explica que o entendimento da câmara foi o de que as áreas do concurso Estruturas de Aço ou Estruturas de Madeira ou Estruturas de Concreto estão contidas na subárea de Engenharia de Estruturas, que está contida na subárea Engenharia Civil, que pertence à grande área das Engenharias, de acordo com a classificação do CNPq. ...*" (grifo meu)

A "justificativa" da ex-chefe do DEEs, além de FALSA é também ABSURDA! É falsa, pois o entendimento da Câmara, reportado anteriormente, define áreas específicas; e absurda pois a mesma pode ser comparada à seguinte situação. Imagine-se que a busca por especialistas em "Cirurgia ortopédica" OU "Cirurgia oftalmológica" OU "Cirurgia cardiovascular", da sub-área "Cirurgia", da área "Medicina", e grande área "Ciências da Saúde", conforme Tabela

do CNPq, ficasse a cargo de renomados profissionais da "Dermatologia", "Psiquiatria", "Periodontia", "Dietética" e "Epidemiologia". Note-se que todas as especialidades citadas estão contidas na grande área Ciências da Saúde!!! Será que algum de nós se sentiria confortável em ser operado por um psiquiatra, quando o requerido é uma cirurgia cardiovascular?

Este absurdo também é notado pela Juíza Dayse Starling Lima Castro, 7ª Vara Federal, que em 28 de maio de 2013 anulou o certame de 2012:

> "*A vingar o raciocínio desenvolvido, chegaríamos à absurda hipótese de que qualquer concurso para professor titular da Escola de Engenharia da UFMG poderia ter a sua banca examinadora formada por engenheiros especialistas em outra subárea que não a específica do concurso, simplesmente porque são engenheiros.*"

O relatório da Juíza Dayse Castro, também apresenta outra observação de grande significado:

> "*...a maioria dos demais membros da banca não atende ao requisito de ser especialista com alta qualificação científica na área específica do concurso, qual seja, Engenharia de Estruturas.*" (grifo meu)

comprovando que a dita área do conhecimento "Estruturas de Aço ou Estruturas de Concreto ou Estruturas de Madeira", para efeito do concurso realizado em 2012, nada mais é do que a mesmíssima "Engenharia de Estruturas"! Assim, a alegação de "necessidades específicas" por parte da Câmara do DEEs em 2010 serviu apenas como engodo para inviabilizar a minha contratação como Professora Titular do DEEs na área de Engenharia de Estruturas!

10 – Pressões e intimidações (advertência verbal)

No dia 25/04/2012 compareci à convocação do Of. DEEs-0372012, quando recebi advertência verbal do então, chefe *pro tempore* do DEEs, sob a alegação de não cumprimento de tarefa designada pela Câmara (avaliação de relatórios INA 2011). A Ata da 308ª. Reunião da Câmara Departamental do DEEs reporta:

> "*...a Câmara do DEEs considerou que* ***a atitude da Profa. Sofia Maria Carrato Diniz constituiu-se em ato de indisciplina por não ter cumprido as tarefas que lhe foram atribuídas no âmbito da comissão instituída pela Portaria 04/2012*** *e deliberou de forma unânime pela aplicação da penalidade de advertência com base nos artigos 148 e 149 do Regimento Geral da UFMG. A Advertência deverá ser aplicada verbalmente pelo Chefe do DEEs...*" (grifo meu)

Conforme documentado em recurso à Congregação da EE-UFMG, esta advertência é improcedente. Devo esclarecer que em hora alguma houve um ato de indisciplina de minha parte, mas que problemas administrativos, funcionais e motivos de força maior me impediam de desenvolver as tarefas em questão dentro do prazo estabelecido. Dentre os motivos de força maior estavam exames preliminares e cirurgia angiológica para colocação de *stent* de minha mãe, senhora de 95 anos de idade; assim como consulta oftalmológica para tratar de meus problemas de visão, depois definidos como descolamento posterior do vítreo! Ademais, estas limitações foram prontamente comunicadas à chefia do DEEs para tomada de providências. Como nenhum outro questionamento foi feito por parte da chefia do DEEs, entendi que os meus argumentos tinham sido entendidos, em especial pela gravidade e veracidade dos fatos narrados. Enfatizo assim que informei ao DEEs, com a máxima agilidade possível, as minhas reais limitações para o cumprimento das tarefas a mim atribuídas, assim como não houve por parte do DEEs nehuma solicitação de explicações, seja por exemplo em relação à real condição de saúde de minha mãe ou à comprovação dos fatos por mim relatados, etc.

O absurdo da penalidade aplicada também é observado quando se nota que a advertência verbal não mais tem provimento tanto no Regimento Geral da UFMG (desde 2010), quanto no Estatuto do Servidor Público. Mais ainda, observa-

se que outra irregularidade foi cometida: a de se aplicar pena sem que ao menos fosse exercido o direito ao contraditório. Como justificar todos estes erros? Será mera coincidência que esta penalidade tenha sido aplicada no mesmo período em que envio mensagem eletrônica à lista do DEEs questionando o enquadramento do segundo colocado no certame de 2012?.

Apresentei recurso à Congregação da EE-UFMG sobre esta advertência verbal, apontando, dentre outras irregularidades, a irregularidade formal. Como resposta, fui informada que o mesmo havia perdido o seu objeto, pois a pena irregular havia sido invalidada. Mas pergunto, por quê as irregularidades reportadas em meu recurso (o absurdo da penalidade, as más práticas administrativas do DEEs, o cerceamento ao exercício do contraditório) não foram devidamente apuradas?

11 – O direito à petição e à revisão

A UFMG se estrutura a partir de órgãos colegiados: câmaras departamentais, congregações de unidades e Conselho Universitário. As atribuições destes órgãos são definidas pelo Estatuto da UFMG e pelo seu Regimento Geral, os quais claramente estabelecem o direito à petição e à revisão. Não há dúvida que esta estrutura é importante quando se pensa em uma instituição cujas decisões devem ser pautadas pelo mérito, ética, legalidade e transparência. Entretanto, muito além de uma estrutura idealizada, há que se pensar no funcionamento destes órgãos na prática.

Conforme relatado neste artigo, processos eivados de vícios iniciais não serão necessariamente corrigidos nas instâncias superiores, pois as mesmas se apresentam, em muitas situações, como meras instâncias homologatórias de decisões anteriores como se não lhes coubesse revisar possíveis equívocos e distorções, mesmo quando fartamente documentados. Exemplos? A decisão da Congregação da EE-UFMG em referendar a decisão do DEEs pela minha não contratação, enquanto que um juiz federal entende que há motivação falha do DEEs, e que a "*a decisão de não nomeá-la* [nomear-me], *a despeito da existência de vaga aberta, não atende ao interesse público e ofende aos princípios da impessoalidade, moralidade, razoabilidade e proporcionalidade.*"; a decisão do Conselho Universitário de indeferir os recursos impetrados por dois candidatos participantes do certame de 2012 por arguição de ilegalidade relativa à constituição de banca examinadora, quando uma juíza federal entende que tal constituição é absurda! Desta maneira, a impunidade pode gerar compadrios, patrocínio de interesses menores, pragas que sabemos ainda existirem na vida brasileira e à qual a vida universitária não está imune.

E o que dizer da Ouvidoria e da Comissão de Ética da UFMG? A despeito da atenção que as discussões sobre a ética na gestão pública vêm recebendo, e a tentativa de se fazer crer que o problema do assédio moral no ambiente de trabalho venha sendo devidamente tratado, a minha experiência tanto com a Ouvidoria quanto com a Comissão de Ética pode ser descrita no mínimo como frustrante. A despeito do acolhimento que tive com a então ouvidora da UFMG, ficou claro que tal setor não tem na prática voz alguma que possa corrigir um estado de abusos. Já em relação à Comissão de Ética, tive um excelente acolhimento inicial com incentivo à apresentação de denúncia formal por parte de sua então presidente.

A minha denúncia de assédio moral resultou em documento de 58 páginas de texto e 375 páginas de documentos comprobatórios. Vários outros documentos foram agregados em uma segunda fase após a aceitação da admissibilidade de minha denúncia e um novo presidente na Comissão de Ética. Entretanto, após as expectativas inicialmente criadas, para minha surpresa em 06/05/2013 fui comunicada do arquivamento de meu processo; como justificativa foi apresentada uma mera repetição dos fatos alegados pelos denunciados, a despeito de farta documentação contrária. É interessante observar que enquanto em 06/05/2013 a Comissão de Ética da UFMG não vê problema algum em minha não contratação pois estava "*de acordo com as demandas do DEEs, caracterizando-se*

por avaliações e julgamentos colegiados, de acordo com os procedimentos regimentais", a decisão judicial de 2010 já demonstrava as incorreções de tais julgamentos colegiados, e a decisão judicial de 28/05/2013 ressaltava o absurdo de decisões tomadas pelos mesmos órgãos colegiados!

10 - (In)conclusão

A APUBH, através de várias iniciativas, vem tratando de problemas de interesse não apenas da categoria por ela representada, mas também de toda uma problemática de interesse para a população brasileira. Nestas iniciativas diversos temas de relevo tais como o assédio moral no ambiente de trabalho, a luta por direitos, a internacionalização da UFMG e banalidade do mal vêm sendo discutidos. Ao longo deste trabalho, vários destes temas foram abordados a partir de minha trajetória pessoal na UFMG.

É por insistir em denunciar os absurdos descritos neste artigo que a partir de março de 2011, quando de minha posse via mandado de segurança como Professora Titular do DEEs, que minha atuação profissional passou a ser referida como irresponsável, inassídua, indisciplinada, irrelevante e de baixa produtividade em franco contraste à minha real atuação na UFMG e também de destaque nacional e internacional. À alegria inicial pelo deferimento de meu mandado de segurança impetrado contra a então chefe do DEEs, seguiu-se a extinção de meu processo sem a devida avaliação do mérito, e a consequente exoneração do cargo de Professor Titular. Retornei ao cargo anterior, Professor Associado 3, sem ao menos ter direito à progressão para Associado 4, a qual eu faria juz desde maio de 2012! Este é mais um triste episódio de completa inversão de valores nesta estória ainda não concluída.

Ao longo deste percurso, tenho experimentado momentos de muito sofrimento. Momentos difíceis, mas igualmente importantes quando se sabe que uma instituição não é algo abstrato, mas constituída por seres humanos. No caso de uma universidade, como a UFMG, a obrigação de quem a integra não é somente a de ser bom professor e bom pesquisador, mas de ser, igualmente, cidadão/cidadã exemplar no que se refere à conduta ética. Caso contrário, que referência a UFMG estará passando para a sociedade? Como a UFMG, através de seus integrantes, poderá questionar procedimentos inadequados na cena brasileira se ela os repete internamente? Por tudo isso, é urgente que a "primavera" chegue também à UFMG. E ela chegará, pois a história nos ensina que mentiras, manipulações, erros, difamações e absurdos não duram para sempre.

Luiz Oswaldo Carneiro Rodrigues





Professor Titular Aposentado
da UFMG

Há esperança fora das pistas? Sequelas da competição científica

Resumo

Não há igualdade de oportunidades. A ciência é uma construção histórica e a experiência de cada cientista determina sua inserção na comunidade acadêmica. A competição tem efeitos colaterais evidentes que superam os benefícios ideologicamente disseminados e supostos. Os recursos públicos para a ciência devem ser distribuídos de acordo com decisões políticas destinadas a diminuir as desigualdades históricas, por exemplo, entre homens e mulheres.

"A competição é um jogo,
no qual
todos perdem no final".[1]

1 Um dos versinhos que reuni para meu neto Antônio sob o nome de POEMIN, 2012.

Fotos e ilustrações: Arquivo Pessoal

Introdução

Depois de ler sobre a predominância dos homens como autores principais de trabalhos científicos (West, 2012) e ver um informe publicitário da FAPESP [1] mostrando os recursos investidos em pesquisa por aquela instituição, comentei com um colega:

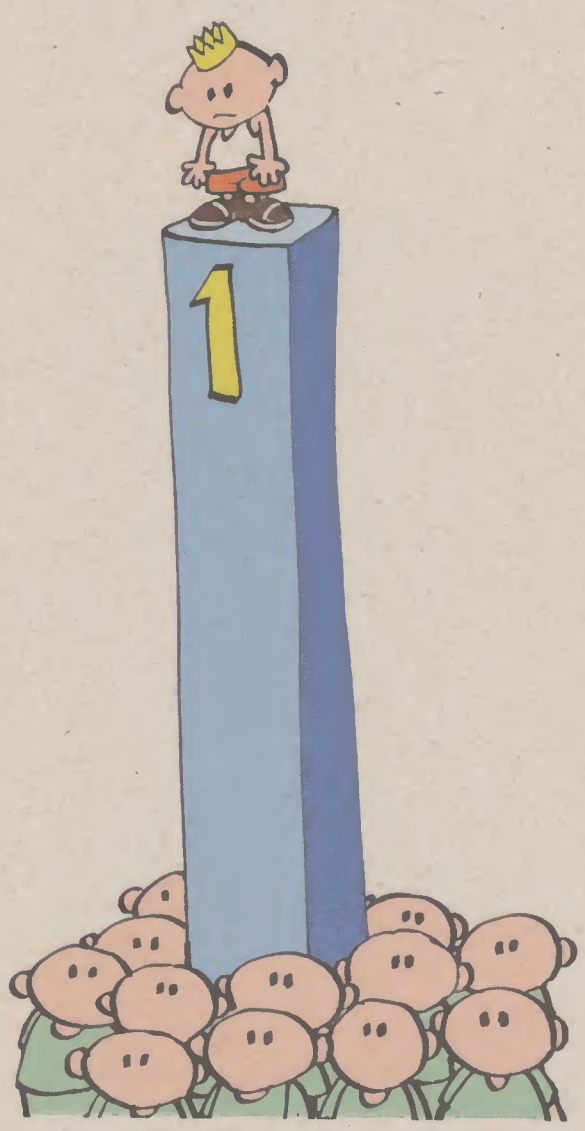
- "Se tivesse nascido mulher, eu teria cinco vezes menos chance de ser o principal autor de um artigo científico, mas se nascido fosse em São Paulo, e não em Minas Gerais, eu teria o dobro de financiamento para a pesquisa".

O colega argumentou:

-"Nascer mulher, sem dúvida, diminuiria sua oportunidade de se tornar cientista, porque na minha área da computação, por exemplo, apenas 20% são mulheres [2]. No entanto, quanto às verbas para pesquisa, em São Paulo você teria que disputar com muito mais pesquisadores do que em Minas: esta maior competição entre os pesquisadores paulistas é que explica a melhor qualidade da sua produção científica".

Pensemos um pouco sobre este diálogo.

Ele contém dois argumentos importantes: primeiro, que existem condições alheias ao nosso desejo de ser cientista e, segundo, que a competição é um bem em si.



Como nasce um cientista?

Comecemos imaginando quais as chances de duas crianças de se tornarem cientistas, sabendo que nasceram há 60 anos, por exemplo, em Nairóbi, no Quênia: uma menina e um menino – ele, branco, de uma família de classe média ou ela, negra, nascida numa favela? Imagino que intuitivamente diremos que seria o menino branco, pois a maioria de nós levará em consideração as oportunidades sociais desiguais resultantes das diferenças

---

1 FAPESP: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

2 "Mulheres são minoria em segmento que muda o mundo: a computação', diz professora. Beth Gardiner, reproduzido do New York Times, Londres - Folha de São Paulo 18/03/2013.

quanto ao sexo, à cor da pele e à classe social dos pais, ainda que a localização geográfica tenha sido a mesma para as duas crianças [3].

Sabe-se que o sexo, a família e o local de nascimento são algumas das condições que delimitam as histórias de vida. Embora o potencial humano genético seja semelhante ao nascimento, as circunstâncias do ambiente acabam por moldar a expressão das características individuais e por produzirem a variedade de comportamentos e aptidões exibidos pela humanidade, entre eles a atividade científica. No entanto, acredita-se amplamente que as pessoas têm igualdade de oportunidade e que podem ser tudo aquilo que o desejarem[4]. Se não o conseguem é porque não se esforçaram o bastante.

Há, de fato, uma quase igualdade de oportunidades, mas apenas por um breve momento: na fecundação, quando o novo ser humano compartilha razoável semelhança genética com seus bilhões de companheiros de espécie. Digo quase igualdade, porque, mesmo naquele instante podemos, **por acaso**, herdar ou sofrer variações no nosso genoma, decorrentes de mutações genéticas, as quais potencialmente seriam causadoras de variações funcionais ou, em determinados tipos, de algumas doenças ao longo da vida.

Daí para frente, tudo se torna mais diferente (inclusive entre gêmeos univitelinos), dependendo das condições intrauterinas de nutrição (ou desnutrição), da estrutura da família (ou ausência dela), da classe social (se já ou ainda for uma sociedade de classes), do país (se já ou ainda existirem países), da organização social em que se encontra a humanidade (se já ou ainda for uma das civilizações), enfim, de **onde e quando** está nascendo uma nova pessoa na história do Universo.

A nossa trajetória de vida, - córrego, ribeirão, rio, - resulta de duas forças: acaso e história. O acaso, - cometas, terremotos, mutações, - interferindo nas possibilidades; a história, - genética, cultural, planetária, - impondo as probabilidades. O possível, de tudo se pode imaginar: o provável, de tudo dependerá.

Apesar das evidências de que o contexto histórico determina as **probabilidades** de nossas vidas, agimos habitualmente de acordo com o princípio da **possibilidade** (tudo é possível) e do **livre arbítrio** (se o escolhermos e desejarmos). Esta maneira de ver o mundo é coerente com a ideologia dominante, segundo a qual, para justificar a acumulação de riqueza por uns poucos, reafirma-se permanentemente a existência de uma suposta igualdade de oportunidade no início da corrida simbólica entre todos. Nesta ilusão, por exemplo, somos convencidos de que devemos publicar os resultados de nossas pesquisas numa revista internacional de alto impacto (é possível), embora nossa história pessoal possa indicar que isto será difícil (pouco provável).

É possível aos brasileiros publicarem artigos científicos em revistas de "alto impacto", mas é preciso ir além da análise técnica para sabermos se o tema é relevante para o interesse das revistas internacionais. No final, o contexto histórico do autor é decisivo: sua habilidade em escrever em inglês (sem sotaque, se possível), seus recursos financeiros e sua universidade (infraestrutura), entre outros fatores.

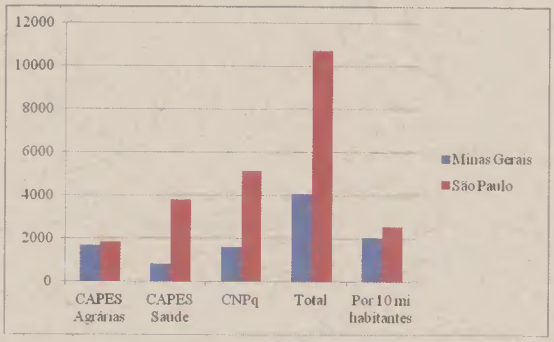
Retornemos, por exemplo, à situação dos dois cientistas, um em Minas Gerais e o outro em São Paulo. Ainda que disponhamos de informações quantitativas bem organizadas sobre a distribuição dos recursos brasileiros para a pesquisa (ver dados da CAPES e do CNPq em suas respectivas plataformas), os quais demonstram a tentativa de distribuição

3 Ver as histórias de Rute S., uma das muitas mulheres quenianas anônimas que foram esterilizadas à revelia por serem portadora do vírus HIV, e de Richard Dawkins, cientista britânico mundialmente conhecido e autor do livro "O Gene Egoísta" (1977).

4 Observe-se o hino da Disneyworld, que vem embalando tantas gerações em todo o mundo, quando a Fada Madrinha diz ao Pinóquio: "Se tens fé no coração, tudo, tudo então terás, pede um bem à tua estrela e alcançarás. Abre bem teu coração, vê o quanto a crença faz, pede um bem à tua estrela e alcançarás."

equitativa dos recursos públicos, é muito difícil comparar as facilidades e oportunidades "de competição" entre cientistas dos dois estados (Figura 1).

Figura 1 – Total de bolsas concedidas em



2011 pela CAPES e CNPq apenas nos estados de Minas Gerais e São Paulo. Observa-se que nas Ciências Agrárias, os dois estados têm aproximadamente o mesmo número de bolsistas, mas nas Ciências da Saúde, nas Bolsas do CNPq e no total de bolsas, o estado de São Paulo apresenta maior número do que Minas Gerais. Apesar de grandes diferenças na área da saúde e no total de bolsas, quando se considera a população dos dois estados, São Paulo apresenta apenas cerca de 20% a mais de bolsistas (Adaptado das plataformas www.capes.gov.br e www.cnpq.br)

A Figura 1 é apenas uma pequena amostra da grande complexidade de fatores que devem ser levados em consideração para podermos afirmar que as condições de competição seriam maiores em São Paulo do que em Minas Gerais. Inclusive, como lembra o professor Enio Pietra Pedroso, o estado de Minas Gerais abriga o maior complexo universitário público federal do Brasil, e isto deve ser considerado de alguma forma na balança da "competição" científica entre mineiros e paulistas. Na verdade, podemos concluir que cada estado (e cada região dentro deles, cada cidade, etc.) possui condições históricas específicas para o desenvolvimento científico, o que os torna desiguais como ponto de partida para uma carreira científica.

Exige certo treinamento mental contínuo para levarmos em conta a probabilidade histórica e não apenas a possibilidade dos nossos desejos se realizarem no cotidiano, enquanto a roda da história gira ao nosso redor em sua imensa complexidade. Assim, comportamo-nos como se a história não pertencesse ao nosso fazer científico. Por exemplo, durante uma palestra [1] motivada por duas publicações anteriores que discutiram o produtivismo científico (Rodrigues, 2007) e seu agravamento (Rodrigues & Rezende, 2010), pedi a todos os presentes que respondessem por escrito e anonimamente à pergunta: O que é a ciência e por que escolhemos a vida científica?

Observei que a maioria das respostas afirmou que a ciência é a atividade de **produzir**[2] conhecimentos (úteis) e a escolha pela vida científica é decorrente de razões pessoais (desejos variados, na primeira pessoa do singular). Apenas uma pessoa descreveu a ciência como um processo, no qual são construídas visões cada vez mais abrangentes, profundas, detalhadas e precisas do Universo, embora não tenha mencionado que este processo acontece de uma determinada maneira porque está inserido num contexto histórico.

No entanto, como diz Ana Carolina Vimieiro Gomes, "a ciência é construção histórica: a experiência de cada cientista determina sua inserção na comunidade acadêmica e as condições socioculturais influenciam os modos de produção de conhecimentos dessas comunidades". Ao desconsiderar a ciência como uma construção coletiva da humanidade, coerentemente, nenhuma das respostas ao meu questionário relacionou sua história pessoal com sua "escolha" pela vida científica.

---

5 Café com a Pós", uma atividade estimuladora do pensamento organizada pela Representação Discente do Programa de Pós Graduação em Saúde Pública da Universidade Federal de Minas Gerais, novembro de 2012.

6 Note-se que a expressão produzir (e não construir, desenvolver ou mesmo descobrir), presente na maioria das respostas, está em perfeita consonância com a ideologia produtivista dominante no meio científico.

Se toda pesquisa científica se dá num contexto histórico, é fundamental que nas teses de doutorado seja documentado o processo de construção da pergunta formulada. Neste sentido, é um equívoco dos colegiados de pós-graduação a substituição da defesa da redação em português da tese de doutorado por artigos publicados. Primeiro, porque desobriga o autor do registro histórico da construção do conhecimento na língua portuguesa, o que é uma perda de identidade cultural. Segundo, porque esta decisão transfere a principal responsabilidade dos colegiados (a formação dos novos doutores, os novos professores e pesquisadores) para o domínio dos revisores anônimos e editores dos periódicos, os quais, por sua vez, estão submetidos à lógica do mercado editorial científico e às pressões econômicas capitalistas. E qual é esta lógica? A lógica da competição.

Como vive um cientista?

Competindo: com os colegas da mesma área (pelos recursos locais), com cientistas de outras áreas (pelos recursos gerais) e, principalmente, consigo mesmo, pois somos levados a acreditar que competir é **um bem em si** e quanto mais vencermos as competições, melhores seremos. E esta corrida, aparentemente, não tem fim.

Somos levados a acreditar que a competição é um bem em si a partir das seguintes premissas:

a) Há igualdade de oportunidades;

b) A competição seleciona os melhores;

c) Os vencedores adquirem o direito a ter mais;

d) Mais é sempre melhor;

e) O verdadeiro progresso é feito por aqueles que têm mais;

f) O progresso atinge a todos e assim, todos ganham com a competição;

g) A competição é da natureza humana, pois faz parte da seleção natural.

Já comentei que o caráter histórico da ciência (da sociedade, senso lato) contradiz a existência de igualdade de oportunidades, o que desconstruiria toda a ética justificadora da competição. Para seguirmos adiante com as demais premissas, temos que esquecer temporariamente a história. Tentemos.

A competição seleciona os melhores? Imaginemos que uma ponte precisa ser construída e temos um determinado recurso financeiro para isso. Duas equipes de engenharia se apresentam com potencial para realizar o trabalho (se pudermos esquecer o histórico de cada equipe, é claro). O que é melhor para a comunidade? Uma competição entre quem apresenta o menor preço (à custa de que tipo de economia ele será obtido?) ou o projeto técnico mais moderno (avaliado pelo tamanho da comissão corruptora que o prefeito receberia?). Ou seria melhor (**para a comunidade que financia a obra**) que as duas equipes repartissem o recurso financeiro, unissem suas ideias num projeto e realizassem a obra na metade do tempo? Sinto-me como o personagem Cândido, de Voltaire, ao formular perguntas como esta.

Os vencedores adquirem o direito a ter mais? É interessante como o direito à propriedade pode ter dois pesos e duas medidas. Quando os portugueses chegaram ao Brasil, a posse da terra seria, por direito, dos índios, mas isto não impediu os conquistadores europeus de fincarem suas bandeiras no solo e na carne dos habitantes de Pindorama. A partir daí, no entanto, deste novo marco histórico arbitrário, a propriedade passou a ser sagrada para os colonizadores e passou a valer mais do que a vida de qualquer indígena que venha a ameaçá-la (ver o recente conflito entre Terenas e posseiros no Mato Grosso do Sul). Trazendo o direito de propriedade para o campo da ciência, a partir de qual momento um determinado conhecimento científico passa a ser de **minha propriedade**? Devo contar o tempo que eu estudei com recursos públicos e recebi financiamentos públicos para a pesquisa, ou, convenientemente, apenas do momento da publicação do artigo na revista especializada ou da patente registrada?

Mais é sempre melhor? Este é o pensamento dominante mais profundamente incrustado em nossa ideologia, porque ele é de fundamental importância para

a sobrevivência no sistema capitalista. Dois indivíduos possuem algum capital acumulado (esqueçamos novamente as origens históricas, mas poderiam ser heranças, por exemplo, de um parente traficante de escravos no Brasil colônia ou de um pirata inglês). Eles montam duas fábricas de sapatos e empregam trabalhadores, os quais fornecem a mais valia com sua transformação da matéria prima, o que resulta em mais capital acumulado. O capital acumulado impõe aos capitalistas a sua reaplicação e expansão (através da formação de mais lucro obtido com a ampliação da compra de trabalho humano). Apesar de toda a elegância dos discursos sobre os benefícios da livre concorrência, os dois capitalistas estarão permanentemente engajados na tentativa de destruição um do outro, para o vencedor estabelecer o monopólio da venda de sapatos. Então, a meta de toda e qualquer empresa capitalista é simplesmente MAIS.

Novamente, sinto-me como o Cândido, do Voltaire, mas desta vez em boa companhia, a de Danielle Mitterrand, socialista, viúva do presidente francês François Mitterrand e criadora do France Libertes[1], que dizia - "Como é possível pensar que podemos crescer sem limites, se vivemos num planeta com recursos finitos? ". Na ciência, apesar dos discursos elegantes da academia, estamos de fato empenhados em obter MAIS: maior quantidade de recursos para a produção científica, para garantir as publicações, as quais vão garantir os próximos recursos e assim por diante, até nos tornarmos um monopólio, quer dizer, **um Instituto de Excelência**.

O progresso é feito pelos Institutos de Excelência? Esta é versão científica da famosa ideia do "Efeito Cascata" de Margareth Thatcher e Ronald Reagan, que preconizavam que devemos des-regulamentar o estado, acabar com os direitos trabalhistas para deixar os ricos ficarem mais ricos, pois eles redistribuirão o capital e "as empresas conceberão formas de compartilhar com seus funcionários a riqueza criada por seu know-how" (Wheen, 2004). Mais ou menos, seria supor que o efeito da instalação de um supermercado Wall Mart numa pequena cidade traria progresso aos seus habitantes, quando, na verdade, a grande empresa destrói os concorrentes menores locais, acaba com os empregos e torna a cidade fantasma (Gereffi & Christian, 2009). Na ciência, quando um pesquisador de um Instituto de Excelência disputa uma bolsa de iniciação científica com os demais colegas mais pobres de seu departamento ele empobrece a diversidade científica na sua comunidade. **A maioria perde, naquilo que é fundamental: a pluralidade de ideias científicas**.

A competição seria da natureza humana? Não tenho dúvida de que o mecanismo da seleção natural depende das características genéticas (aleatórias) dos organismos envolvidos na disputa pelos recursos do ambiente (Lewontin, 1998), e que os genes mais se duplicam quanto mais (aleatoriamente) ajustados forem às condições do ambiente (Dawkins, 1977). Além disso, o mantra da competição como elemento natural parece muito evidente na corrida dos espermatozoides em direção ao óvulo (embora, na verdade são milhões de participantes para que um deles tenha chance razoável de fecundar e não necessariamente porque o que penetrar primeiro o óvulo é "o melhor" – se assim o fosse, não haveria doenças genéticas transmitidas pelos espermatozoides).

Apesar da disputa natural pelos recursos do ambiente, nas espécies sociais, como a humana, a característica fundamental que garante a sua existência é a cooperação entre os indivíduos da mesma espécie. Ainda que haja a persistência de mecanismos de seleção internos entre indivíduos de uma mesma espécie social (seleção sexual, por exemplo), **eles são menos importantes para a sobrevivência do grupo do que a cooperação.** Somente com a domesticação dos animais e desenvolvimento da agricultura, dando início à propriedade privada dos meios de produção, é que surgiram classes sociais dentro da nossa espécie, estas, sim, em competição desde então. Então, competir faz parte da estrutura social historicamente criada por nós e na qual atualmente vivemos, **mas não da natureza humana**,

7 http://www.france-libertes.org

pois passamos 95% da nossa existência vivendo em diversas formas primitivas de cooperação, como caçadores e coletores.

Finalmente, além do desgaste causado pela competição (de Meis, 2003) há efeitos colaterais que nos atingem a todos, entre eles a sedução exercida pelos caminhos tortuosos das fraudes científicas, que são, de tal forma crescentes, que o cientista Paulo Sérgio Lacerda Beirão[2] declarou ao jornal Estado de São Paulo em 24 de março de 2013: *"É uma coisa tão horrorosa e tão incômoda que, por muito tempo, preferimos acreditar que o problema não existia. Mas ele existe, e estamos lidando de frente com ele agora."* O fenômeno é tão grave que já existem serviços de reabilitação internacionais para cientistas fraudadores (Cressey, 2013). No entanto, contra a epidemia de resultados inválidos, distorcidos e falsificados, talvez as defesas da comunidade científica sejam fracas porque os mecanismos de controle estão focados na conduta dos pesquisadores e não no maior controle das publicações (Fanelli, 2013).

Estas preocupações com o aumento da falsidade científica em escala mundial motivaram a realização dos Congressos Mundiais sobre Integridade na Pesquisa [3] no Canadá, durante o qual algumas pr opostas devem ser discutidas:

α) Melhorar a orientação, supervisão e capacitação dos pesquisadores;

β) Incentivar a publicação de resultados negativos;

χ) Reduzir a pressão por publicação;

δ) Ensinar ética;

ε) Aumentar a punição aos fraudadores.

Mas voltemos ao comentário do meu colega: teria ele razão ao dizer que a maior competição tem resultado no crescimento científico do Brasil? Como medir este crescimento? Geralmente são usados dois indicadores: o total de artigos publicados e aqueles supostamente mais importantes (arbitrariamente definidos como o grupo formado pelo 1% mais citado). Rogério Meneghini[4] considerou recentemente este último índice, quando obtido no webofscience-ISI, como o indicador de maior validade para desempenho científico.

Usando-se dados com critérios semelhantes (Noorden, 2012), observa-se na Figura 2 uma comparação entre o número de artigos publicados em 2012 por alguns países que merecem uma atenção: Brasil (por ser nosso país e por ter sido o terceiro em crescimento de publicações), USA (maior número de publicações), China (maior crescimento em número de publicações), Arábia Saudita (segundo crescimento em publicações) e Suíça (maior número de citações).

Os cientistas brasileiros publicaram 29.924 artigos científicos em 2012, um aumento de 8,9% em relação a 2011, o terceiro crescimento mundial, atrás apenas de Arábia Saudita (+33,1%) e da China (+13,4%). No entanto, dentre os artigos brasileiros, apenas 0,43% deles estão entre aqueles 1% mais citados. Isto parece ser um desempenho pior do que da Suíça, que, de um total menor (21.796 artigos publicados) conseguiu colocar 1,91% entre os mais citados, ou também pior do que os Estados Unidos (1,19% mais citados em 311.975 publicados).

Figura 2 – Comparação entre o número de artigos publicados em 2012 pelos Estados Unidos (maior número de publicações, considerado referência para os demais = 100%), o Brasil (terceiro em crescimento de publicações), China (maior crescimento em número de publicações), Arábia Saudita (segundo crescimento em publicações) e Suíça (maior número de citações entre os

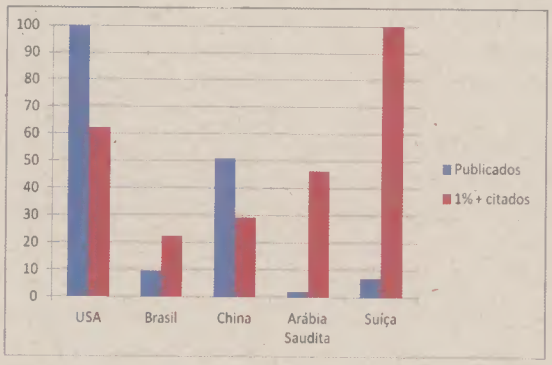
8 Presidente da Comissão de Integridade na Atividade Científica (Ciac) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), criada há um ano para lidar especificamente com esse assunto.

9 A terceira edição em maio de 2013, ver página do evento, wcri2013.org , no qual Paulo Beirão representa o Brasil.

10 Coordenador de Pesquisas do SciELO, Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde-BIREME-OPAS-OMS em comentário sobre o Ranking das Universidades no Jornal da Ciência, fevereiro de 2013.

1% mais citados, considerado referência para os demais = 100%) (Adaptado dos dados de Noorden, 2012).

Portanto, não parece ser a quantidade de



publicações de um país a suposta razão da sua qualidade, pois comparamo-nos à China em citações (0,56% entre os mais citados), embora a produção chinesa seja cinco vezes maior (159.121). Além disso, o maior índice de citações encontra-se na Suíça, país com menos publicações do que o Brasil.

Independentemente destas quantificações, a pergunta que devemos fazer é se este crescimento resultará em benefícios para a sociedade que nos financia, pois senão corremos o risco de nos tornarmos, por exemplo, como os Estados Unidos que, apesar de ainda ser a maior potência científica do mundo, apresenta indicadores de saúde piores do que os demais países de alta renda (Human Mortality Database, 2013).

Ou, em outras palavras, valorizar a competição científica e menosprezar a cooperação significa aumentar o isolamento dos cientistas e torná-los vulneráveis, por exemplo, à indústria sanitária[1], que canaliza dinheiro para pesquisas relacionadas a seus produtos e ninguém, aparentemente, pode (ou quer?) deter este processo (Seife, 2013).

Ilustração 2



11 A indústria sanitária - química fina, farmacêutica e de equipamentos médico hospitalares – representa o segundo complexo econômico financeiro do mundo (Enio Pietra Pedroso).

Como morre um cientista?

Há os cientistas que morrem de morte natural (suas ideias e palavras transformando-se em outras formas de vida na sociedade). Há os cientistas que são envenenados pela burocracia (de Meis, 2003). Mas creio que muitos de nós estamos a morrer de exaustão, numa competição insana, que consiste apenas em contar artigos publicados e multiplicá-los pelo fator de impacto, esquecendo-nos de repartir os dividendos com a comunidade que nos sustenta.

Mas, há esperança?

Enquanto preparava este texto, perguntei-me algumas vezes se eu acredito realmente que seja possível outra maneira de vivermos juntos, outra organização social mais humanizada, solidária e justa. Enfim, se há esperança fora das pistas de competição ideológica. Confesso que oscilei entre dois estados de ânimo.

Em alguns momentos, desiludido pelas evidências da contra revolução científica que se abateu sobre o mundo a partir da década de 80 (Wheen, 2004), desanimava-me diante de certos números sobre a atual sociedade humana: 98% acreditam em deuses, milhões de meninas continuam a ser sexualmente mutiladas por motivos religiosos, no século XX dezenas de milhões de pessoas foram exterminadas em guerras, cerca de um bilhão de pessoas vive na pobreza, a destruição do ambiente não parece ter fim... Para culminar, no Dia Internacional da Mulher de 2013, tomei conhecimento de que 92 mil mulheres foram assassinadas no Brasil entre 1980 a 2010 e 47 mil e setecentas destas mortes aconteceram na última década (Secretaria de Política para as Mulheres, 2012), ou seja, a violência contra a mulher está aumentando! Fiquei estarrecido. Nestes momentos de pessimismo, pensava que Yoshihiro Francis Fukuyama tinha razão: o capitalismo venceu, acabou a história.

Em outros momentos, inspirado pelas promessas da revolução científica da década de 60 (Snow, 1995), idealizava que ao conquistarmos a compreensão da nossa trágica existência individual fôssemos capazes de recuperar nossa identidade histórica como parte do grupo social ao qual deveríamos nos sentir pertencentes. De posse desta verdadeira identidade, poderíamos construir racionalmente, por meio da democracia, da liberdade e da ciência, uma sociedade menos violenta. Nestes momentos de otimismo, eu lembrava que há menos de 130 anos a escravidão era a norma social vigente em muitos países, as mulheres não votavam, não havia a Declaração dos Direitos Humanos e nem democracia no Brasil, portanto, estaríamos hoje algo melhor do que antes: a história parecia continuar.

Se escrevi este texto e o divulguei é porque, no final, alguma esperança prevaleceu. A esperança de mudarmos o que for possível para cada um. Por exemplo, diminuindo a competição, privilegiando o público sobre o privado, consumindo menos e pensando mais o planeta como a casa (finita e vulnerável) de todos os seres humanos. Para começar, vamos repartir os recursos financeiros para a pesquisa de acordo com políticas compensatórias (cotas) para as desigualdades históricas entre homens e mulheres?

Propostas

A primeira delas é que a competição entre nós deve ser abolida.

A competição acadêmica tem destruído a solidariedade, reduzido a humanização do ambiente de trabalho e, pasme, prejudicado o desenvolvimento científico!

A competição acadêmica gera fraudes, ansiedade, autoritarismo e pressa.

A pressa é inimiga da ética e justifica a violação do respeito às diferenças de opinião, de origem, de história pessoal, de gênero e desenvolvimento pessoal.

A competição acadêmica tem substituído o mérito acadêmico, ou seja, chegar à frente, ganhar muito e publicar mais tem sido considerado mais importante do que chegar junto, ganhar o necessário e publicar melhor.

A competição acadêmica tem sido justificada como sinônimo de qualidade, quando na verdade apenas justifica privilégios de divisões históricas, pois aquele que já tem muito, mais obtém com mais facilidades.

A competição acadêmica é parte da competição maior, base estrutural da ideologia dominante na sociedade que temos construído.

A competição acadêmica precisa ser abolida.

Pela Abolição da Competição, me parece uma boa ideia, portanto.

Como?

Duas medidas práticas podem ser defendidas (não estão ordenadas por importância):

1) Apenas **as cinco** publicações principais de toda a vida serão introduzidas e analisadas no Lattes para quaisquer finalidades (os artigos, capítulos, etc. permaneceriam disponíveis na íntegra, acompanhados de justificativa referente à sua relevância);

2) **Sorteio como norma**, onde houver algo a ser distribuído a um número maior de pretendentes do que de recursos disponíveis (vagas na universidade, vagas na pós-graduação, bolsas de iniciação científica, bolsas de produtividade, auxílios CNPq, FAPEMIG, etc.).

3) **Cotas associadas ao sorteio** para corrigir distorções de desigualdades históricas (gênero, etnia, classe social)

O fundamental **é abolirmos qualquer forma de competição entre nós**.

Leituras

Cressey D. "Rehab" helps errant researchers return to the lab. Nature 2013; 493:147-147.

Dawkins R. O gene egoísta. Edição Comemorativa dos 30 anos do The Selfish Gene. Companhia das Letras. São Paulo. 2007.

De Meis L e colaboradores. The growing competition in Brazilian science: rites of passage, stress and burnout. Brazilian Journal of Medical and Biological Research 2003; 36:1135-1141.

Fanelli D. Redefine misconduct as distorted reporting. Nature 2013; 494: 149-149.

France Libertes, 2013. **http://www.france-libertes.org**

Gereffi G, Christian M. The Impacts of Wal-Mart: The Rise and Consequences of the World's Dominant Retailer. Annual Review of Sociology 2009; 35: 573-591.

Human Mortality Database. Nature 2013; 493: 277-277.

Lewontin, R. A tripla hélice. Companhia das Letras. São Paulo. 1998.

Noorden RV. 366 days in science. Nature 2012; 492: 324- 327.

Rodrigues LO. Publicar mais ou melhor? O Tamanduá Olímpico. Revista Brasileira de Ciências do Esporte 2007; 29 :35-48.

Rodrigues LO & Rezende NA. O tamanduá olímpico a caminho da obesidade científica. Revista Médica de Minas Gerais 2010; 20:375-379.

Secretaria de Política para as Mulheres, Governo Brasileiro. 2012.

Seife C. A pesquisa sobre medicamentos é confiável? Scientific American Brasil 2013; 57-63.

Snow CP. As duas culturas e uma segunda leitura. Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

West J. Gender Bias in research. Nature 2012; 41: 13-13.

Wheen F. Como a picaretagem conquistou o mundo. Equívocos da modernidade. Editora Record. Rio de Janeiro. 2007.

Fernando Pimentel de Souza



Professor Titular de Neurofisiologia da UFMG

Membro Fundador da
Comissão Permanente de Pessoal Docente.

Explicações sobre "ansiedade e estresse" pela psicologia biológica

(Uma ajuda para se lidar com essas emoções e câncer)

A ansiedade e o estresse surgem em situação de perigo eminente persistente, real ou imaginário. Isto desencadeia várias emoções, como medo, pânico, fobia, preocupação, ira, baixa estima e mesmo melancolia. Há várias doenças ligadas ao ataque persistente ao organismo como hipertensão, ataques cardíacos, úlceras, dores de cabeça e lombar, doenças da pele e até câncer. Estas afecções estão se tornando comuns e ameaçando o homem moderno. Como prevenir-se?

Foto: Arquivo Apubh

I) O CONCEITO DE ESTRESSE (1,2,3,4)

Estresse quer dizer "pressão", portanto estar estressado quer dizer "estar sob pressão". Diferenciar "*estado breve de estresse*" e "*alarme de Cannon*", que é o alerta imediato acionado pelo sistema nervoso autônomo, quando há um estímulo mais curto de ameaça ao organismo. O estímulo estressor provoca várias respostas orgânicas, mentais, psicológicas e/ou comportamentais ligadas com mudança fisiológica, padrão estereotipada, que acaba resultando em hiperfunções das glândulas supra-renal e do sistema nervoso autônomo simpático, que preparam o organismo para "o ataque e a defesa" do indivíduo, gerada pelo estímulo estressor. O conjunto dessas reações num tempo bem maior é chamado *estresse*, relacionado com resposta de adaptação a uma agressão persistente, que é um estado em que o organismo fica reagindo num prazo mais longo (5,6).

Portanto, a diferença entre estresse e estado de "alarme de Cannon" é a duração, mais prolongada no primeiro caso e breve no segundo. Em ambos os casos há presença de um estímulo agressivo, que ameaça a integridade do organismo, dando uma série de respostas naturais do sistema nervoso simpático, para preparar o organismo para reação de defesa do tipo "fuga ou luta" (5,6). Em detalhe, isto significa reações do corpo através de mecanismos de aumentos: de circulação de sangue nos músculos esqueléticos, cardíacos e cerebrais devido à dilatação das artérias, que em contrapartida acarreta maiores riscos de acidentes vasculares; pela maior captação energética por todas as células, resultando em maiores aumentos: de energia nos músculos esqueléticos e cardíacos; de força e de freqüência de contração dos músculos esqueléticos e cardíacos; de capacidade de metabolismo de todas as células; de freqüência respiratória maior para manter o sangue carregado de oxigênio; de diâmetros dilatados das pupilas dos olhos para ampliar o campo de visão; de maior ativação da formação reticular, que excita todo o cérebro via neurônios, dando mais rapidez ao raciocínio e às decisões; de secreções maiores das glândulas supra-renais de noradrenalina no sangue, ativando neurônios via sinapse; do hormônio cortisol; de sudorese maior para eliminar o excesso de calor no corpo. De outro lado, pode ficar equilibrada a capacidade de defesa do organismo pela redução dos diâmetros dos vasos periféricos na pele e nos tecidos de cobertura interna, evitando gastos de energia e maior hemorragia em lesões, externa ou interna, abatendo eventual sangramento, movimentos peristálticos do estômago e do intestino, digestão, absorção de alimentos e sexo com genitália inibida (4).

No "alarme de Cannon" liberação do hormônio cortisol nas glândulas supra-renais produz efeito inflamatório, dando a reação tríplice na região lesionada: 1) dilatação das artérias com aumentos de circulação de sangue e volume nesta área melhorando cicatrização, 2) em conseqüência fica mais avermelhada e 3) mais sensível à dor devido à liberação de bradicinina e que serve para o indivíduo evitar contactos da área com outros objetos. *Isto contribui na cicatrização mais rápida da ferida, mas é perigoso porque potencializa, felizmente por tempo curto, o crescimento de tumores de câncer, cujas "sementes" estão difundidas pelo corpo. Por isso a pessoa com câncer ou para preveni-lo é melhor procurar viver com menos sobressaltos agressivos. Já no caso de estresse, o mesmo cortisol liberado por um período mais longo pelas glândulas supra-renais seria mais danoso se continuar a gerar tumores de câncer e muda de função produzindo efeito anti-inflamatório, prejudicando a cura mais rápida da ferida.* Mas, o aumento de cortisol tem outro efeito maléfico, pois diminui a resistência imunológica pela menor formação de glóbulos brancos, cujo déficit aumenta, porque a glândula "Timo" a partir da infância sofre atrofia normal.

O estresse é um grau de desgaste do corpo e da mente por estar forçando o organismo a se preparar para o "ataque e a defesa", dispondo mais energia nos músculos e excitação cerebral, por outro lado, poupa energia com menor gasto energético na digestão e na absorção. Mas o excesso de estresse pode atingir níveis degenerativos e dar impressão de estar nervoso, irritado, agitado, neurastênico, fadigado ou debilitado pela ativação cerebral excessiva, que são percepções de aspectos emocionais de estresse. Fica claro este excesso quando sentimos desgaste e cansaço crônico.

Estresse não implica sempre uma alteração mórbida: pois a vida normalmente também acarreta um desgaste mínimo na maquinaria do corpo, para manter sua atividade básica. Exemplos: a mãe que se preocupa com o filho, o jogador de futebol que luta por um gol, o torcedor que se agita na arquibancada, o aluno que enfrenta provas, os pequenos e médios comerciantes que tentam sobreviver em um mercado competitivo, o mendigo que perambula para matar a fome, a criança curiosa que se queima no fogo, o rapaz ousado que se fere numa briga, todos estão sob estresse, uns mais, outros menos. O estresse pode ter até valor terapêutico, como no caso do esporte e no trabalho, exercidos moderadamente, pois aumenta a vitalidade do corpo e do cérebro. Uma partida de tênis ou um beijo apaixonado podem produzir notável estresse sem causar danos. Curiosamente sucessos pessoais excepcionais são tidos como estressantes. Essas experiências, de aparência agradáveis, implicam em mudanças de hábitos, como nos relacionamos com as pessoas e em nossas auto-imagens. Mesmo sendo experiências positivas, podem exigir um grau profundo de introspecção para entendê-las, sob o risco de causar conflitos emocionais não solucionados. A causa principal do estresse é, portanto, a necessidade de adaptação à mudança na vida, seja positiva ou negativa.

O docente das IFES é sujeito a muito estresse e ansiedade, por ter excesso de cobrança sem ter condições de trabalho, sobretudo nas novas, pouco aparelhadas. Fatores de tensão são: carga didática semanal tem que ser de excelência com pontualidade em sala superior a 8 horas, ficando o docente mais dedicado em conflito entre a aprendizagem e a cobrança, mais tarde reconhecida necessária para alunos se esforçarem mais em aprender e sem dar chance do aluno participação ativa na aprendizagem, que o avaliam mais pela nota e é considerado pela universidade fator de desempenho, somado com exigência do MEC de um mínimo de 90% de aprovação; junto com obrigação de produção científica de qualidade, para contrato de 40 horas semanais, mas sem ter verbas para custeio e equipamentos ou estruturas adequadas; com cobranças recentes de serviço de extensão para repassar saber à sociedade e inovação tecnológica à indústria, sem apoio de parques tecnológicos universidade-empresa; com vencimentos incertos sempre reajustados abaixo da inflação nas últimas décadas apesar das greves desgastantes, vendo a carreira passar sem chance de executar muita contribuição devido a estreiteza de muitas IEFES em avaliar burocraticamente só produção científica numérica, sem considerar relevância da contribuição total, desconsiderando a qualidade da participação e criatividade na pesquisa, produção na WEB, inovações didáticas, na prestação de serviços e na administração. Além disso, os novos servidores estão sujeitos a aposentadoria precária, começando limitada a 2/3 de 10 salários mínimos invés do salário final, tendendo a piorar, num Fundo Complementar ameaçado de falir com taxa de administração inviável de 5% e não cobrindo a longevidade (14). Essas condições podem ser resolvidas de 2 formas: com o docente, como descreve esse artigo ou na estrutura, se forem incluídas como parte das metas do Reitorado, APUBH, APUB, ANDES, ANDIFES etc, buscando apoio do

MEC, MCT, Governos federal, estaduais e municipais, SBPC, ABC, Sociedades Científicas etc.

Estresse também varia de pessoa para pessoa. Cada um vai agir de uma forma diferente diante das mesmas situações. Fatores de natureza psicossocial podem baixar a resistência a um grande número de doenças infecciosas e cancerosas. Muitas pessoas não ficam doentes mesmo quando recebem grandes cargas de estresse. É necessário examinar a reação específica de cada pessoa ao fator estressante. A maneira como reagimos a tensões diárias origina-se de hábitos e é ditada pelas nossas convicções íntimas sobre quem somos, quem deveríamos ser e a maneira como o mundo e as outras pessoas deveriam ser. Assim, as diferentes posições das pessoas em relação à vida e a personalidade individual podem estar associadas a certas doenças.

O homem, quando se sente ameaçado ou em perigo, desenvolve uma série de reações cognitivas, sensório-perceptivas e neuro-viscerais como mecanismo de proteção, que o prepara para "a luta ou a fuga". O estresse neste caso é natural e, de certa forma, pode contribuir para a preservação da vida, se o equilíbrio for restaurado logo antes de ocorrer lesão. A lesão também pode ocorrer se a preparação de revitalização do corpo para a "luta ou fuga" não for desenvolvida normalmente, limitada por um bloqueio artificial, por exemplo, por efeito neuroquímico da nicotina do cigarro, que vai levar o organismo a um esforço excessivo pela constrição das artérias musculares. O suprimento de sangue não supre o consumo aumentado, agravando em condições de "ataque ou defesa". Pode-se chegar a uma gangrena da perna, do pé ou do braço, pois tem de fazer um esforço maior do que aquele órgão estava preparado. Por outro lado, na aparência a nicotina acalma o indivíduo por fazer desaparecer no momento os sintomas corporais desagradáveis de agressão, inibindo o sistema nervoso simpático. Por isso o vício, adquirido, é difícil se livrar dele devido a essa dependência. Isso incentiva o vício de fumar à curto prazo, com sérias sequelas a médio e longo prazos.

Novos estímulos de reações contraditórias aparecem frutos da mudança exagerada na sociedade ou de vícios, como usos de estimulação com drogas psicotrópicas e com cigarro e submissão a barulhos crescentes; a ocorrência de estímulos ameaçadores e punitivos, como a competição, a ameaça de desemprego, as buscas desenfreadas de produtividade e de inovação tecnológica e de aumento de violência, ultrapassando o limite do aceitável. Assim, o estado de estresse torna-se cada vez mais constante, aumentando sua intensidade e frequência, desgastando o corpo que vai procurar se revitalizar artificialmente; em consequência, o organismo pode se enfraquecer persistentemente, podendo até entrar em colapso. É a *cronificação do estresse*.

Para baixar o estresse devem-se controlar as emoções, porque se você ficar à mercê da raiva, que aumenta seu potencial de briga, competir e manter seu potencial de ataque. Emoções negativas devem ser exauridas logo, porque no mundo atual não faltarão ocasião delas aparecerem, pelo contrário elas ocorrem com muita frequência nos conflitos generalizados pela violência e descortesia da falta de educação, pelas cobranças do trabalho, de produtividade e de rapidez cobrada nas ações.

O estresse é conceituado na ciência como o grau de desgaste do corpo em função da adaptação necessária para reagir àquele meio. O conjunto de mudanças na estrutura e composição química do corpo denomina-se *síndrome de adaptação geral* (SAG) ou síndrome de estresse, termo de Selye, pioneiro que a estudou a fundo. Segundo ele o estresse se desenvolve em três fases de ação crescente. A reação de alarme evolui temporariamente na 1ª. etapa da reação de defesa do tipo "fuga ou

luta", mas com duração mais persistente do que de um estímulo passageiro. Na fase de resistência as reações benéficas são equilibradas pelas maléficas. Na fase de exaustão as reações maléficas sobrepujam as benéficas, persistindo a *cronificação de reação de defesa*, quando podem aparecer lesões (7). Logo, o estresse não deve ser demorado nem forte demais para não prejudicar o indivíduo.

II) O CONCEITO E ESTRUTURA DA ANSIEDADE (8)

Segundo o psicofarmacologista Malcoln Lader a ansiedade caracteriza-se por uma sensação de perigo eminente, sem que se possa identificar uma ameaça real, nem parece proporcional à magnitude da emoção. Logo, ansiedade é um estado patológico de medo exagerado de causa indefinida. Mas a ansiedade é subjetiva e tão próxima a estados como apreensão, medo, angústia, pavor e pânico, que às vezes não se diferenciam e se mesclam. Outros admitem a existência de uma ansiedade normal, necessária à boa função das atividades do dia-a-dia. Baseado nesse conceito a ansiedade é dita patológica, quando chega a prejudicar o desempenho e a memória, requerendo tratamento.

Em suma, a ansiedade é uma emoção ligada com o medo, que, por sua vez, designa um conjunto de reações, cognitivas, sensório-perceptivas, comportamentais, endócrinas, e neuro-viscerais, produzidas por estímulos ambientais, que sinalizam perigo de dano iminente à integridade ou à vida do organismo, por ensejar luta ou fuga. Essas reações, de evidente valor adaptativo, favorecem a sobrevivência do indivíduo e a da sua espécie. Assim, o medo é uma reação preventiva, que sinaliza perigo, que não pode estar ausente em nenhuma espécie animal, adquirida na evolução das espécies sob ameaça de sua extinção. Por isto mesmo, tem um poder vital tão grande que, ao ocorrer num indivíduo, obscurece outras motivações básicas, como a fome, o apetite sexual, o sono e a dor.

Para o psicólogo Jeffrey Gray a detecção de imprevistos ou situações de perigo ocorreria na rede septo-hipocampal, giro do cíngulo e a outras estruturas do "circuito de Papez". Tais condições ambientais acionariam as inervações serotoninérgica e noradrenérgica dos núcleos da rafe do mesencéfalo e do loco cerúleo, que seriam como "campainha de alarme", pondo o sistema, septo-hipocampal em emergência, que dispara a ansiedade, comanda a inibição comportamental com alerta, e dirige a atenção do homem para procurar os estímulos ameaçadores, mesmo que não estejam presentes.

Várias pesquisas sugerem que drogas ansiolíticas têm ação tranquilizante porque deprimem quimicamente a função de grupos neuronais do "sistema límbico" responsáveis pela integração de reações de defesa contra ameaças de dano, perda ou frustração, ou ainda evocadas por situações novas. Esse sistema é longitudinal no cérebro e integrado por substância cinzenta peri-aquedutal do mesencéfalo, hipotálamo medial e núcleos da amígdala, que comandam reações de defesa do tipo "fuga ou luta", descrita no conceito de estresse, bem como elabora a motivação aversiva. Entretanto, na psicopatologia há formas de ansiedade que não respondem aos ansiolíticos, como o chamado ataque de pânico, crise de ansiedade aguda de emergência incerta, em geral seguida de intensas reações neuro-vis-cerais, como palpitações, tremores e sudoreses. Aos poucos, o paciente sujeito a essas crises desenvolvem uma ansiedade antecipatória, isto é, medo de ser acometido por elas em situações inconvenientes ou em lugares públicos. Donald Klein verificou que os ataques de pânico não são alteráveis pelo tratamento com medicamentos ansiolíticos, mas diminui com a administração de drogas antidepressivas, isto é, aquelas que afetam primeiro o estado de ânimo ou humor, quando este se acha patologicamente alterado. Já a ansiedade antecipatória, que

se desenvolve em seguida aos ataques, atenua-se com o uso de ansiolíticos. Portanto o conceito de ansiedade abrange manifestações que sejam de fato diversas entre si, possuindo diferentes substratos neurais. Aliás, a análise fenomenológica distingue grande número de nuanças (ansiedade, apreensão, medo, pânico) sem que possamos sequer nominar seus correspondentes neurais, dada a insuficiência do nosso conhecimento do cérebro.

Em suma, a ansiedade como o estresse surgem numa situação de perigo eminente, persistente, real ou imaginário, que desencadeiam várias emoções, como preocupação, medo, pânico, fobia, ira, baixa estima e mesmo melancolia e várias reações orgânicas de preparação de defesa do organismo. Estas situações estão se tornando comuns na vida moderna, dado a frequência e a velocidade com que as coisas se sucedem freneticamente, que podem ser adaptadas, se não forem excessivas ou patológicas e se não produzirem perda de desempenho e memória. É preciso dosar o trabalho com horas de lazer, que propiciam desfocar aquela problemática, tranquilizando as emoções, tirando a sensibilidade aos poucos de seus efeitos maléficos, recuperando a confiança nas pessoas e mantendo relacionamento com aquelas, que o queiram bem e que a ajudem a afastar-se das más emoções.

A síndrome de pânico pode ser tratada fazendo a aproximação do paciente com uma pessoa de confiança, com a qual ele pode abrir-se gradualmente. Recomenda-se que se vá expondo ao mundo e às relações pessoais, pouco a pouco, com a ajuda dessa pessoa, que sempre transmite a intenção de ajudá-lo, até perder o medo. Estas recomendações foram passadas via internet para uma pessoa, de Rio Branco, Estado do Acre, que me pediu ajuda por reconhecer meu trabalho em Saúde Mental na Web. Para minha satisfação pouco tempo depois ele me agradeceu por se sentir curado.

III) RELAÇÃO ENTRE O ESTRESSE E O CÂNCER

Segundo Fritjof Capra (9) cada indivíduo tem sua própria participação na saúde ou na doença. Os doentes participam de sua própria recuperação. Essa forma de pensar não pretende desfazer de maneira alguma dos médicos; ela apenas ensina o que pode ser feito em conjunto, entre médico e paciente, para a recuperação da saúde.

Os Simontons (10) dirigiam o "Cancer Counseling and Research Center" em Dallas, Texas. Carl era médico rádio-terapeuta para tratamento de câncer. Stephanie, Psicóloga. Eles defendiam que as doenças víscero-corporais sofrem grande influência psicológica. Ao tratarem de vários doentes com câncer, eles observaram que a vontade de viver influenciava na expectativa de vida. Pacientes que, por algum motivo, achavam que teriam de viver mais tempo do que o previsto pelos médicos realmente o viviam, provando que tinham certa influência sobre o curso da sua própria doença. O casal Simonton partia da premissa de que uma doença não é só um fato físico, e diz respeito à pessoa como um todo: corpo, emoções e mente, que influenciam a suscetibilidade ao câncer e em sua recuperação.

O câncer poderia surgir como indicação de problemas em outras áreas da vida da pessoa, piorados por uma série de estresses que surgiam meses antes de surgir o câncer. Observou-se que essas pessoas reagiram a esses estresses com um sentimento de falta de esperança, de desespero, desistindo de lutar por uma vida melhor. Essa reação emocional dispararia reações fisiológicas que abaixariam as defesas naturais do corpo, tornando-o suscetível à produção de células anormais, devido a um profundo desequilíbrio mental, hormonal e psicológico. Pesquisadores da Universidade de Cambridge, Inglaterra, descobriram que ratos sujeitos a estresse mostravam lesões nas áreas da emoção

(11).

Admite-se a conexão de "doenças psicossomáticas" com pressão alta, ataques cardíacos, dor de cabeça e doenças da pele, pelas pesquisas da Universidade da Pensilvânia nos EUA (12), mas com o câncer, em geral, não. No entanto, hoje já foi comprovada uma ligação evidente entre estresse e câncer, ligação tão forte que se tornou possível estimar a probabilidade de advir a doença baseando-se na quantidade de estresse sofrida pelas pessoas ao longo da vida.

Pesquisas recentes foram valiosas para o paciente, sugerindo o estresse emocional pode deprimir o sistema imunológico, abalando as defesas naturais contra o câncer e outras doenças, propiciando sua aparição, atestam especialistas do câncer do Hospital Camargo de São Paulo. Há maiores chances que ocorram doenças após eventos muito estressantes. Quando uma pessoa sofre longamente de dissabores emocionais, há um aumento não só de doenças conhecidamente suscetíveis à influência emocional: úlceras, aumento da pressão sanguínea, doenças cardíacas, dores de cabeça, mas também de doenças infecciosas, dores lombares e até ocorrência de acidentes.

Há dez anos fui surpreso por Isa de Oliveira, de São Paulo, que me pediu autorização para transcrever no seu livro trechos sobre estresse, criados com alunos e citados aqui da minha Revista de Psicobiologia, ainda existente na Web, que a ajudou a se curar de câncer e a viver ainda vários anos depois de uma prognóstico arrasador. A mesma criou uma ONG para ajudar esses doentes (15).

Níveis altos de estresse emocional tornam pessoas suscetíveis a doenças. O estresse crônico pode inibir parte do sistema imunológico e cria maior suscetibilidade à doença, em especial o câncer, como citou também em "Anti-Câncer" o médico Servan Schreiber (16), neurologista da Universidade da Pensilvânia dos EUA que, combatendo o estresse, relaxando e se cuidando com alimentação adequada, se curou de câncer e viveu quase vinte anos após o prognóstico da medicina convencional de morte iminente. Professor Carson, da Universidade Estadual de Ohio, mostrou mulheres, incluídas em programa de relaxamento, dieta, exercício e apoiadas pela família e amigos, se curando de câncer de mama e tiveram 50% menos de chance de morrer e da doença voltar (16). Biólogos da Universidade de Cambridge viram que ratos com câncer, sujeitos a estresse de seus predadores, não se curavam com remédios anti-câncer, que curavam os sem estresse (18). O estresse emocional realimenta o desequilíbrio emocional, que pode aumentar a produção de células anormais, quando o corpo está menos capacitado a destruí-las e venham a desencadear a doença, diz pesquisa do Dr. Tian Xu da Universidade Yale, publicada na Nature. Se admitia que o câncer, que são de 5 a 10% dos casos, era causado por vários erros genéticos simultâneos numa mesma célula, que se repetem em gerações. Xu viu que o corpo humano produz mutações diferentes em células diferentes, resultando na doença, reforçadas por estresses, físico e emocional, infecções e inflamações (19).

No organismo sadio, as células com mutações cancerígenas são destruídas por ácidos ribonucléicos (RNA) que combatem os tumores. Na ausência dessa barreira natural, as células cancerosas multiplicam-se em velocidade assustadora, muito superior à do restante das células do organismo. Se nada for feito contra o avanço da doença, as células cancerosas criam uma rede de vasos sanguíneos para garantir sua própria nutrição. O tumor difunde-se num processo chamado de metástase. As células doentes espalham-se pelas veias e vasos linfáticos, contaminando órgãos e tecidos vizinhos. Fixam-se nos ossos e vísceras, como pulmões e fígado. Caso contrário, se as "sementes" dos tumores cancerígenos forem atrofiados por falta de irrigação

sanguínea, elas poderão estabilizar ou, por fim, regredir. Este é o processo de cura empregado na quimioterapia e que preventivamente ocorre nas pessoas e animais sem estresse. Assim, o fator genético sozinho não leva à doença, e precisa de outros fatores epigenéticos, provocadores, de raízes comportamental, orgânica, mental e emocional. Pesquisa da Universidade de Cambridge revelou que elementos cancerígenos adquiridos pela mãe podem ser passados para o filho, sem ser por herança genética (20).

Isolamento social pode produzir estresse, combatido pela socialização. Isto foi verificado especialmente em ratos, que são animais gregários e tem sempre um de sentinela para prevenir o grupo de perigo. Pesquisadores descobriram que ratos isolados têm risco 3,3 vezes maior de ter câncer do que os em grupo, e tinham aumento de 135% do número de tumores e um aumento de mais de 8.000 em tamanho dos tumores (21).

No câncer há um colapso da imunidade e resistência do organismo. O fato dos tumores crescerem ou não, está relacionado com a eficiência dos processos de imunidade. Assim, se o sistema imunológico encontra-se "desequilibrado", a chance do desenvolvimento da doença aumenta. Como o sistema imunológico é também controlado pelas emoções, podemos acreditar que o paciente com câncer apresenta todo um conjunto de reações psico-corporais.

Os Simontons e Creighton (10) constataram que o psicológico da doença é tão importante quanto o físico e o biológico. Schmale e Iker estudaram um grupo de quarenta mulheres sem sintomas, mas com teste de Papanicolaou com predisposição ao câncer. Tentaram prever as que teriam a doença com base em entrevistas e testes de personalidade. Previram que o câncer de útero iria ocorrer nas que detectaram fortes sentimentos de desesperança na vida e/ou reação a perdas recentes e significativas. Acertaram em 75% dos casos. Supõe-se que o câncer de mama tem a ver com a vivência pela mulher de relações conjugais empobrecidas e insatisfatórias. Silva (21) confirmou várias vezes clara relação entre eclosão do câncer e situações de perda, levando à depressão.

O perfil psicológico do paciente também é importante quando consideramos a evolução da doença. Muito daqueles que negam a importância do "psiquismo" no desencadear do câncer concordam que sua evolução seja influenciada pela personalidade do doente, sua maior ou menor resistência psíquica e ainda por sua maior ou menos disposição de lutar pela vida. Muitos daqueles que renunciaram e se entregam podem evoluir mal e morrer logo. Os que têm atitudes positivas, força de vontade e objetivos na vida evoluem melhor, vivem mais, podem até curar-se ou morrer de outra causa. Ou, mesmo que venham a óbito, o período entre o conhecimento da doença e sua morte não só é maior como também melhor, em termos de bem-estar e qualidade de vida.

O conservador Instituto Catalão de Oncologia admite que mais da metade dos pacientes superam o câncer com detecção precoce, anuindo ainda com influência do sobrepeso, sedentarismo, álcool, enquanto o Hospital Camargo de São Paulo inclui também tabaco, radiação solar, dieta, carne vermelha, não desmentindo estresse e emoções (13). O Professor Srougi Diretor do Instituto de Câncer, USP, dá-nos uma notícia alvissareira. Só 20% dos pacientes com câncer há 60 anos se curavam, hoje é maioria e chegam a 60%, incluindo personalidades no Brasil como a presidente Dilma, o ex Lula, a apresentadora de TV Ana Braga e atrizes Patrícia Pilar e Eliane Severo e a internacional Angelie Jolie. Geralmente os medicamentos suprimem os sintomas das afecções e para surgir cura é preciso influir dentro do cérebro por mudanças de comportamento, raciocínio e emoções.

IV) CONCEITUAÇÃO DAS DOENÇAS PSICOSSOMÁTICAS

Na medicina convencional "doença psicossomática" foi usado para referir-se a distúrbios sem base orgânica claramente diagnosticada; por isso, tais distúrbios sempre foram considerados mais imaginários ou "psicológicos" do que reais. A nova concepção do termo foi explicada por Capra em *O ponto de Mutação* (9) e trabalha com a interdependência corpo/mente em todos os estágios da doença e da saúde, que diz: "Afirmar que um distúrbio tem causas puramente psicológicas seria tão reducionista quanto acreditar que existam doenças puramente orgânicas sem quaisquer componentes psicológicos..."

Virtualmente todos os distúrbios são psico-corporais, pois envolvem uma interação contínua de corpo e mente em sua origem, desenvolvimento e cura. As reações variam em cada caso, dominando ora aspectos psicológicos, ora aspectos físicos. "Doenças mentais" envolvem sintomas físicos. Além do papel do ambiente social e cultural, devem ser considerados a família, os amigos, o trabalho e outros grupos sociais em sua interação com o indivíduo. Também aspectos do ambiente físico exigem do organismo, a todo instante, atos de adaptação e esforços adicionais ao que ele suporta normalmente.

Não podemos deixar de considerar o papel da personalidade, crucial na geração de muitas doenças. Personalidade e conflitos específicos estão associados a diferentes doenças psico-corporais. Por outro lado, há quem defenda que a ansiedade generalizada inespecífica é derivada de uma espécie de conflito, que pode levar a diferentes doenças. Para Capra, o elo mais persuasivo entre personalidade e doenças foi visto nas doenças cardíacas. O enfoque de interação corpo/mente terá de encarar a saúde a partir dessa visão ampla, exigindo que a medicina moderna não considere o corpo separado da mente, afirma o cientista português Damásio (23), Yale University, separação acentuada depois de Descarte. Dr. Servan Schreiber, depois de longa busca nos EUA, notou que a medicina convencional se isolava, pois concebia apenas 3 tratamentos para o seu câncer: quimioterapia, radiação e cirurgia (16). Isto também foi observado por mim em Belo Horizonte, tentando difundir o livro de Isa Oliveira (15). Mas, já é tempo de considerar-se melhor a relação corpo/mente como interdependente e encontrar o equilíbrio entre corpo, mente e emoções.

V) AS EMOÇÕES E O EQUILÍBRIO PSICOLÓGICO (4,15, 28)

A reação psicológica enfatiza a personalidade e os sintomas psicológicos do estresse, tais como alterações de bem-estar, nas emoções, no decurso das funções cognitivas e no comportamento. Os estímulos ambientais tornam-se estressores de acordo com sua agressividade, da avaliação subjetiva que a pessoa faz deles, atribuindo-lhes ou não importância. Alguns conselhos devem ser seguidos para evitar que esse mal abale profundamente o indivíduo.

Goleman (25) recomenda equilibrar e não eliminar as emoções, pois todo sentimento tem seu valor e sentido. Quando as emoções são abaladas demais, criam-se embotamento e afastamento, e se ficam descontroladas tornam-se patológicas, como na depressão, na ansiedade, na raiva e na agitação maníaca. É normal não mantermos o mesmo humor durante todo o dia, podemos comparar nosso bem-estar a uma montanha-russa, com várias subidas e descidas. O controle de emoções perturbadoras é a chave do bem-estar emocional. Podemos melhorar nosso estado de espírito, fazendo algo que nos dê prazer, como uma boa leitura, uma viagem, assistir à televisão, ou um bom passeio, segundo a vontade de cada um. Temos pouco ou nenhum controle quando somos tomados por emoção de grande intensidade, mas caso sejamos arrebatados por uma emoção causadora

de transtornos no nosso humor, devemos procurar um ambiente tranquilizador, porque geralmente esses estados passam com o tempo e com um pouco de paciência.

V.1) A IRA E SEU GATILHO. PREOCUPAÇÃO, ANSIEDADE, FOBIAS E INSÔNIA (26)

A ira é um exemplo de emoção intensa. Existem vários tipos diferentes de ira. É o estado de espírito mais difícil de controlar e de longe a mais sedutora das emoções negativas, por ser um estímulo punitivo ao adversário, podendo ser desencadeada por agressão, violência e vingança, que ativam reações das vísceras e do cérebro para se preparar para a defesa. Se o pensamento furioso que alimenta a ira for evitado, não desencadeará tal emoção negativa. Uma maneira de desarmá-la é analisá-la e contestar as ideias que disparam o seu surto. Outra é a distração: sair, caminhar, relaxar, exercitar um "hobby" etc, que também é um poderoso artifício moderador do estado de espírito.

A preocupação é o núcleo de toda ansiedade, pois põe em dúvida certa realização. Uma imagem catastrófica que tenha sido memorizada dispara o ciclo de preocupação. A função de preocupação é manter um alerta sobre os perigos da vida, procurando soluções antecipadas, prevendo-se antes que surjam. Tornam-se graves quando as preocupações são crônicas, repetitivas, daquelas que se reciclam sempre e jamais se aproximam de uma solução positiva. Quando esse ciclo de preocupações aumenta, pode gerar obsessões, fobias, compulsões e ataques de pânico.

A ansiedade devido as preocupações pode gerar insônia, comer demais, ou o contrário, comer muito pouco. Duas formas de reações se destacam na preocupação: uma cognitiva, com idéias preocupantes, e outra corporal, como sintomas de suor, coração disparado e tensão muscular. As preocupações podem ser detidas desviando-se a atenção delas, ajudando assim ao retorno do sono e das atividades diárias equilibrados. Como no caso da ira, a ansiedade pode ser evitada através de relaxamento, distração, tomando consciência da improcedência desse vício quando pode relaxar etc. Em casos extremos usam-se meios mais fortes para controlá-las como medicação, sob orientação médica, até viabilizar terapia psicológica para atingir o autocontrole.

V.2) MELANCOLIA, ESTRESSE E VELHICE *versus* ADAPTAÇÃO À VIDA (3)

A melancolia é sintoma de baixa auto-estima e introduz idéias ou emoções perturbadoras, como a ansiedade em nosso estado de espírito. Ela ocorre em geral após uma perda afetiva e tem um lado positivo, já que impõe uma espécie de retiro reflexivo nas atividades da vida. É comparada ao luto e à depressão, em que a vida fica paralisada. A doença se manifesta em senso de inutilidade, ausência de alegria, confusão e lapsos de memória. Aparecem também sintomas como insônia, apatia, agitação nervosa, perda do prazer de comer, desesperança, desespero, descrita como uma dor tão grande que pode levar ao suicídio. A melancolia não escolhe idade, pode atingir crianças e idosos. Como em outros casos, a distração é a solução, lembrando que tal emoção passa com o tempo. De outro lado, o estressado fica com o sistema de defesa do organismo debilitado, portanto mais propenso a sofrer melancolia. Cuidar da alimentação e das emoções mantem certo equilíbrio na nossa saúde, física e mental. Praticar esportes ajuda a deixar os problemas do trabalho no próprio local, assim como evitar situações que nos deixem nervosos e cultivar o hábito de ter tempo para si mesmo.

O fato de não o vermos não torna o estresse menos real. É a soma de todo desgaste causado por qualquer tipo de reação vital, através do corpo, a todo momento. O maior ou menor envelhecimento fisiológico é determinado pelo desgaste a que o corpo tem sido exposto pelo estresse. O homem

pode ser muito mais senil aos quarenta anos, física e mentalmente, do que aos sessenta. Isso dependerá do seu grau de desgaste, ou doença ou inatividade. Uma pessoa ainda jovem, depois que adquiriu câncer, reconheceu o quanto o estresse provocou envelhecimento e desesperança prematuros, que tomaram conta de sua vida, mostrado no seu desabafo: "Pena que tenha envelhecido tão moça e morrido tão cedo" (15). A vida não é um processo que aos poucos se perde, a partir de certa energia de adaptação, que herdamos. Nem a vitalidade é como se fosse um tipo especial de depósito bancário, cujo único controle sobre essa fortuna é o ritmo com que você faz as retiradas. Atividades físicas e mentais podem revitalizar as pessoas a partir do cérebro, sem contar com as recuperações genéticas de certas doenças, que se prenunciam como no Alzheimer, no Parkinson etc. Em suma, se todas essas medidas saudáveis fossem adotadas poderiam levar o homem a viver mais de duzentos anos, pois sem elas a longevidade do brasileiro já está aumentando 3 anos por década e poderá alcançar 97 anos em 50 anos (27).

As experiências de atividade que resultam em grande estresse deixam cicatrizes que podem não se apagar, se as melhoras de adaptabilidade não se restabelecerem, O repouso não repõe essas demandas, a não ser quando se trata de uma fadiga aguda. Após experiências exaustivas, os constantes períodos de estresse e repouso, por toda a vida, acarretam pequenos defeitos de adaptação que vão acumulando desgaste dia a dia. Uma proporção sem precedente de seres humanos é vítima das chamadas doenças de desgaste, que são basicamente originadas pelo estresse.

Em suma, o homem quase nunca morre de velhice quando todos os órgãos do corpo são gastos por igual por terem sido usadas por muito tempo. A maioria morre porque uma parte vital do corpo foi gasta antes em relação ao resto do corpo. Segundo Selye (7) devemos então equalizar o estresse em todo o ser, não onerando partes do corpo, mas fazer constante troca do ônus de uma parte para outra.

O indivíduo tem certa bagagem genética, porém as demandas feitas pelo meio externo exercem forte influência, especialmente as resultantes do estresse ao qual sua adaptação é sujeita durante a vida. As demandas da vida atual impõem sempre: tensões mentais, frustrações, sentimentos de insegurança e muitas vezes a falta de objetivos. Estes fatores estão entre as maiores causas de estresse. É necessário uma maior compreensão social a respeito de formas de conduta que possam melhorar a vida dos indivíduos. A vida é então um constante dar e vir, e como Selye nos afirmava (7): é um processo especial de adaptação às circunstâncias em que sobrevivemos. Os segredos da saúde e da felicidade residem no ajuste e na participação bem-sucedida às condições deste mundo, sempre em modificação.

VI) UMA VISÃO FUTURA DA VIDA COM EMOÇÕES CONTROLADAS

Consideremos que as pessoas queiram controlar suas ansiedades e estresse ao mínimo necessário às atividades básicas do organismo, diminuindo o desgaste da máquina corporal para seus comportamentos habituais. É necessário que as pessoas tenham garantido seu sustento econômico no presente para levar uma vida material confortável e uma situação financeira que garanta essas condições na velhice, quando estarão aposentadas. Isto depende da política econômico-social do país, que crie essas condições para a maioria das pessoas, que se encontram na classe média, média ou alta, e que evite que as pessoas ricas acumulem excedentes, que prejudiquem a elevação social dos mais pobres. É a condição encontrada hoje nos países escandinavos e que a maioria dos países não garantem, especialmente na situação de crise da União Europeia ou em país imaturo como o Brasil (14).

É preciso que em paralelo as pessoas da classe média acima referida tenham conhecimento de como desfrutar a vida com menos ansiedade e estresse e que não sejam estimuladas a acumular excedentes, que os possam mudar para a classe alta. Aí mais uma vez mostra-se o valor da educação equilibrada para permitir as classes mais pobres mudem para o nível de classe média e não o contrário, nivelar a classe média para baixo, como muitos países de concepção socialista fizeram e que ocorre no Brasil atualmente, pois só piora a situação. Também é fato que o capitalismo radical prejudica essa harmonia social, quando incentivam as pessoas a se tornarem abusivamente ricas.

VII) REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

1) Pimentel de Souza F. et al, 1997. O Estresse e as doenças psicossomáticas. Internet: www.icb.ufmg.br/lpf. Revista de Psicofisiologia, vol 1(1).

2) Pimentel de Souza F. et al, 1999. O Estresse forte e o desgaste geral. Internet: www.icb.ufmg.br/lpf. Revista de Psicofisiologia, vol. 3(1).

3) Pimentel de Souza F. et al, 1997. Estresse, aspectos sociais e biopsicológicos. Internet: www.icb.ufmg.br/lpf. Revista de Psicofisiologia, vol 3(4).

4) Pimentel de Souza F. et al, 1998. Reações autônomas e hormonais das perturbações psicossomáticas. Internet: www.icb.ufmg.br/lpf. Revista de Psicofisiologia, vol. 2(2).

5) Guyton AC, 1986. Descarga maciça do sistema simpático versus características discretas dos reflexos parassimpáticos. In tratado de Fisiologia Médica: 622-623.

6) Cortez- Maghelly, 1991. O estresse e suas implicações fisiológicas. Folha Médica, 103 (4), 175-181.

7) Selye H, 1965, Estresse, a tensão da vida. São Paulo, IBRASA, pp 351.

8) Graeff, FG, 1985. Ansiedade e os ansiolíticos, Ciência Hoje, 4(20), 65-72.

9) Capra J, 1993. O ponto de mutação. Cultrix, São Paulo.

10) Simonton OC, Mattews-Simonton S and Creighton JL, 1987. Com a vida de novo. Summus SP.

11) Coutinho S, jornalista no Programa da Globonews em pauta de 04/02/2013.

12) Coutinho S, jornalista no Programa da Globonews em pauta de 04/02/2013.

13) volpisantos.blog.com.br/2013/02/sim-o-cancer-tem-cura-html.

14) Pimentel Souza F, 2012. A aposentadoria do futuro servidor público. Rev Caminhos, APUBH.

15) Oliveira I, 2001. Elogio à Loucura. Razão Cultural, Rio de Janeiro.

16) Servan Schreiber D, 2008. Anticâncer, Objetiva, São Paulo.

17) Voices.yahoo.com/does-emotional-stress-cause-cancer-8009510.html.

18) Coutinho S, jornalista no Programa da Globonews em pauta de 04/02/2013.

19) News,Yale,Edu/20/01/2010, estresse desencadeia formação tumor, 2010/01/13.

20) Coutinho S, jornalista no Programa da Globonews em pauta de 04/02/2013.

21)News,uchicago.edu/article/2009/12/07/isolation-stress-identified-contributing-breast-cancer-risk.

22) Silva MAD, 1994. Quem ama não adoece. Ed. Best Seller, São Paulo.

23) Damásio A, 1998. O erro de Descartes. Cia das Letras, São Paulo.

24) Rodrigues e Gasparini, 1992. Uma perspectiva psicossocial em Psicossomáticas. In Filho e Cols (ed), Psicossomática hoje, Porto Alegre, Artes Médicas, PP 385.

25) Goleman D, 1995. Inteligência Emocional. Objetiva, Rio de Janeiro.

26) Funkestein, 1969. A Fisiologia do Medo e da Raiva. In Scientific American, Psicobiologia. P25

ELIAS ANTÔNIO JORGE



Professor aposentado do DCC/ICEX/UFMG

Licenciado em Matemática, Física e Desenho pela FAFI-BH (atual UNIBH)
Mestre em Ciência da Computação pelo DCC/UFMG
Doutor em Educação pela USP

O NOVO PLANO DE CARREIRA E A ODIOSA DISCRIMINAÇÃO DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

Que Fazer?

O autor relembra neste texto o processo de construção pelo Movimento Docente da Lei de Isonomia 7596/87 e do Plano Único decreto 94664/87, que consagrou a titulação, como inerente ao vencimento básico dos docentes federais demonstra que a exclusão da parcela remuneratória da titulação prejudica mais os professores mais antigos e mais titulados. Destaca que as Emendas nº 80 e 84 (Dep. Newton Lima PT – SP) e, 81 e 83 (Dep. Mauro Nazir – PSB – RO) à MP nº 568 nº 11 de maio de 2012, substitutiva do PL 2203/2011, podem restaurar a natureza remuneratória da titulação (vencimento básico) vigente de 1/09/1987 a 31/01/2009 e agredida arbitrariamente a partir de 1/02/2009. Conclui lembrando que um mau acordo é melhor que uma boa demanda.

Foto: Arquivo Apubh

SINOPSE

O autor deste texto participou da Comissão Nacional de Negociação Salarial nas greves de 1987, 1989 e 1991, na qualidade de Delegado da APUBH junto ao Comando Nacional de Greve da ANDES.

Ao fim da greve de 1987, foi designado representante do Magistério Superior na comissão que negociou com o MEC a elaboração do PUCRCE, expresso através do Decreto n° 94.664 de 23/07/1987, com efeitos financeiros a partir de 1°/04/1987.

Em 1989/1990, representou a ANDES na Coordenação Nacional dos Servidores Públicos Federais, participando das negociações da Greve Nacional dos Servidores Federais e das negociações que deram origem à Lei n° 8.112/90 – o Regime Jurídico Único (estatutário) – RJU.

Neste texto, o autor retoma questões tratadas no artigo "A retribuição por titulação (RT) é vencimento básico (VB) de Professores Pós-Graduados (PPG) desde 1º/04/1987" da Revista Caminhos, n° 29, a partir da comparação do Plano de Carreira elaborado em 1987 com o novo Plano de Carreira de Magistério Superior instituído pela Lei n° 12.772, de 28/12/2012, com efeitos financeiros a partir de 1°/03/2013.

O autor apresenta os principais passos na **CONSTRUÇÃO** do PUCRCE, os principais elementos da **DESCONSTRUÇÃO**, e propõe uma agenda de médio prazo (**RECONSTRUÇÃO** de direitos e vantagens), e uma agenda de curtíssimo prazo, com base na proposta de carreira aprovada pela Assembleia Geral dos Professores durante a greve de 2012.

Esta agenda de curtíssimo prazo (alterações no novo Plano de Carreiras) está sintetizada nas emendas n° 71 a n° 76, apresentadas pela liderança do PSB ao Projeto de Lei, durante sua tramitação em 2012 no Congresso Nacional.

ESTAS EMENDAS FORAM REAPRESENTADAS COM OS NÚMEROS 00021 A 00028 TAMBÉM ATRAVÉS DA LIDERANÇA DO PSB, PELO DEP. ANTÔNIO BALHMANN – PSB/CE, À MEDIDA PROVISÓRIA 614/2013 DE 15/05/2013.

A EMENDA Nº 00022 SINTETIZA O CONJUNTO DE SOLUÇÕES URGENTES E NECESSÁRIAS.

Tais emendas fundamentam-se nos princípios constitucionais da isonomia e da razoabilidade e em dispositivos legais do Decreto n° 94.664/87, da Lei n° 8.112/90, da Lei n° 11.784/2008 e até da Lei n° 12.772/2012, flagrantemente descumpridos.

O autor sugere 4 frentes de atuação do movimento docente da UFMG.

- Administrativa, junto à Reitoria da UFMG, junto ao MEC (SESU), junto ao MPOG (SRH) e junto à Câmara de Conciliação da AGU;
- Legislativa, junto ao Congresso Nacional, especialmente nas Comissões de Trabalho e de Educação da Câmara e do Senado;
- Judicial, analisando a possibilidade e pertinência de ingresso na justiça para fazer cumprir os dispositivos legais e constitucionais agredidos;
- De discussão política e de mobilização interna dos professores, especialmente dos aposentados, sem o que as demais frentes perdem eficiência, eficácia e efetividade.

Neste sentido, foi realizada em 11/03/2013 reunião na sede da APUBH com a presença de 45 aposentados que constituíram comissão de trabalho. A comissão solicitou através da direção da APUBH dados relativos ao conjunto dos professores, bem como uma audiência com o Reitor, prevista para o dia 12/04/2013, às 14 horas.

Consideramos que os elementos trazidos

à luz neste texto são relevantes para as reflexões e para as ações dos aposentados e pensionistas, para os aposentandos e os aposentáveis; ou seja, para todos os professores.

I - INTRODUÇÃO

A partir de 1° de março de 2013 entrou em vigor o novo Plano de Carreiras do Magistério Federal a partir da Lei n° 12.772, de 28/12/2012.

Este novo plano substitui para o Magistério Superior o Decreto n° 94.664, de 23/07/1987, que definiu a Carreira de Magistério Superior com efeitos financeiros a partir de 1°/04/1987.

Este texto se destina aos aposentados e pensionistas, aos aposentandos e aos aposentáveis.

Vale dizer, se destina aos colegas professores como contribuição para reflexões sobre a nova carreira (Lei n° 12.772, de 28/12/2012, com vigência a partir de 1°/03/2013) à luz da carreira que o movimento docente construiu na década de 1980 e que se formalizou em 23/07/1987, através do Decreto n° 94.664/87 – PUCRCE – com efeitos financeiros a partir de 1°/04/1987.

Vamos re-memorar o processo de construção, a desconstrução, notadamente a partir de 1995 e propor uma agenda de médio prazo (re-conquista de direitos e vantagens) e uma agenda de curtíssimo prazo (alterações no atual plano) a partir do cumprimento de dispositivos constitucionais e legais flagrantemente agredidos.

Propõe-se ainda que na agenda de curtíssimo prazo figurem as questões relativas ao descumprimento do artigo 192, da Lei n° 8.112/90, e ao pagamento da GED integral aos aposentados e pensionistas, ambas questões já judicializadas.

II - CONSTRUÇÃO

A Carreira de Magistério Superior que vigorou a partir de 1°/04/1987 até 28/02/2013 foi fruto de uma construção do Movimento Docente, coordenado pela ANDES, que, por sua vez, se constituiu a partir da greve nacional de 1980.

Sucederam-se as greves de 1981 e 1982 (pelo reajuste semestral), de 1984 (contra a transformação em Fundações), de 1985 (pela isonomia entre as universidades fundacionais) e de 1987 que resultou na Lei de Isonomia n° 7.596/87 (Isonomia entre Autarquias e Fundações).

A Lei n° 7.596/87 determinou que deveria existir isonomia salarial entre Autarquias e Fundações, obrigando o Executivo (no caso o MEC) a negociar com as entidades representativas dos Professores de Magistério Superior, do Magistério de 1° e 2° graus, e dos Servidores Técnico-Administrativos **UM** Plano Único de Carreiras Retribuições Cargos e Empregos – PUCRCE.

Estas negociações duraram do fim da greve de 1987, em abril até julho, quando foi acordado o Decreto n° 94.664/87 e publicado em 23/07/1987, com efeitos financeiros retroativos a 1°/04/1987.

Além de uma carreira estruturada com parâmetros explícitos (artigo 31 do Decreto); para a construção das tabelas salarias de 20 horas, 40 horas e Dedicação Exclusiva existia um **SALÁRIO-GERADOR DA TABELA** (no caso do Magistério Superior era gerador da tabela o salário do Professor Auxiliar I em regime de 20 horas).

A TÍTULO DE REGISTRO, ESTE SALÁRIO-GERADOR ERA DE CZ$ 7.600,00, QUE EQUIVALIA EM 1°/04/1987 A 5,56 SALÁRIOS MÍNIMOS.

A mudança de nível na mesma classe gerava um **ACRÉSCIMO NO VENCIMENTO** de 4% e a mudança de último nível de uma classe para o 1° nível

da classe seguinte era de 10%. Do Adjunto IV para o Titular nível único o **ACRÉSCIMO NO VENCIMENTO** era de 25%.

O vencimento de 40 horas era o dobro do vencimento de 20 horas, e o **ACRÉSCIMO NO VENCIMENTO** de Dedicação Exclusiva era de 40% sobre o vencimento de 40 horas.

O ACRÉSCIMO NO VENCIMENTO BÁSICO (dos estatutários) ou no Salário Básico (dos professores CLT) era de 15% para Mestrado e de 25% para Doutorado.

Pelos parâmetros explicitados no artigo 31 do Decreto n° 94.664/87 – PUCRCE:

- O **VB** do Professor Titular, Graduado, em 20 horas **era de 11,96 salários mínimos**;
- O **VB** do Professor Titular, Doutor, em 20 horas **era de 14,95 salários mínimos**;
- O **VB** do Professor Titular, Doutor, em Dedicação Exclusiva – DE – **era de 41,86 salários mínimos**.

O VENCIMENTO BÁSICO OU SALÁRIO-BÁSICO ERA DETERMINADO PELA TITULAÇÃO, PELA CLASSE, PELO NÍVEL E PELO REGIME DE TRABALHO.

Isso significava que a Retribuição Pecuniária por Titulação (RT) integrava o Vencimento Básico (VB) dos Professores Pós-graduados (PPG). **[RT é VB de PPG]**. (artigo 10 e 31 do PUCRCE).

Esta condição foi integralmente respeitada de 1°/04/1987 até 31/01/2009, quando arbitrariamente (a meu juízo de modo ilegal – ver artigo da revista Caminhos, n°29) foi excluída do Vencimento Básico o pagamento da Retribuição por Titulação.

II.1 – ESTRUTURA DA CARREIRA E EVOLUÇÃO DA TABELA SALARIAL DE VENCIMENTOS-BÁSICOS.

A carreira:

- tinha 5 níveis para Doutores (Adjunto I a Adjunto IV e Titular nível único);
- tinha 9 níveis para Mestres (4 de Assistente, 4 de Adjunto e 1 de Titular);
- tinha 13 níveis para Professores com Graduação, Aperfeiçoamento e Especialização (4 de Auxiliar, 4 de Assistente, 4 de Adjunto e 1 de Titular).

Na greve de 1989 o acréscimo por mudança de nível passou de 4% para 5% e a Dedicação Exclusiva passou de 40% para 50% sobre o Vencimento de 40 horas ou ainda passou a ser o triplo do Vencimento de 20 horas.

A Amplitude da Carreira, distância entre o Titular e o Professor Auxiliar I Graduado passou para: $1{,}05^3 \times 1{,}10 \times 1{,}05^3 \times 1{,}10 \times 1{,}05^3 \times 1{,}25 =$ **2,3464**.

O Leque no Regime (20 horas, 40 horas ou Dedicação Exclusiva) variação entre o Titular Doutor e o Professor Auxiliar I Graduado era de $1{,}05^3 \times 1{,}10 \times 1{,}05^3 \times 1{,}10 \times 1{,}05^3 \times 1{,}25 \times 1{,}25 =$ **2,9330**.

O Leque Total da Carreira, variação entre o Titular Doutor em Dedicação Exclusiva (maior Vencimento Básico) e o Auxiliar Graduado 20 horas (menor Vencimento Básico) era de $1{,}05^3 \times 1{,}10 \times 1{,}05^3 \times 1{,}10 \times 1{,}05^3 \times 1{,}25 \times 1{,}25 \times [2{,}00 \times 1{,}50] =$ **8,7989**.

Sendo:

- 1,05 ou 5% para cada Nível;
- 1,10 ou 10% para cada Classe;
- 1,25 ou 25% de Adjunto IV para Titular;
- 1,25 ou 25% pelo Doutorado;
- 2,00 ou 100% por 40 horas; e
- 1,50 ou 50% pela Dedicação Exclusiva.

Aí foi introduzido, em 1990, um abono fixo para todos os servidores que desestruturou

a tabela de Vencimentos Básicos.

Entretanto, **NA GREVE DE 1991** foi incorporado o abono ao Vencimento Básico do Professor Auxiliar I em regime de 20 horas e foi reestruturada a tabela com os seguintes parâmetros **(ACRÉSCIMOS DO VENCIMENTO BÁSICO)**:

- 5% para mudança de nível;
- 10% para mudança de classe;
- 25% do Adjunto IV para o Titular Único;
- 5% para aperfeiçoamento;
- 10% para especialização;
- 25% para Mestrado;
- 40% para Doutorado, 100% para 40 horas e 55% para Dedicação Exclusiva.

A Amplitude da Carreira voltou a ser = 2,3464 (Titular Graduado dividido por Auxiliar Graduado).

O Leque nos Regimes de 20 horas, 40 horas ou Dedicação Exclusiva passou a ser $1,05^3 \times 1,10 \times 1,05^3 \times 1,10 \times 1,05^3 \times 1,25 \times 1,40 = 3,2849$ (Titular Doutor dividido por Auxiliar I Graduado).

O Leque Geral da Carreira passou a ser $1,05^3 \times 1,10 \times 1,05^3 \times 1,10 \times 1,05^3 \times 1,25 \times 1,40 \times [2,00 \times 1,55] = 10,1833$ (Titular Doutor em Dedicação Exclusiva dividido por Auxiliar I Graduado em 20 horas).

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

II.2 – A GAE – GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DO EXECUTIVO.

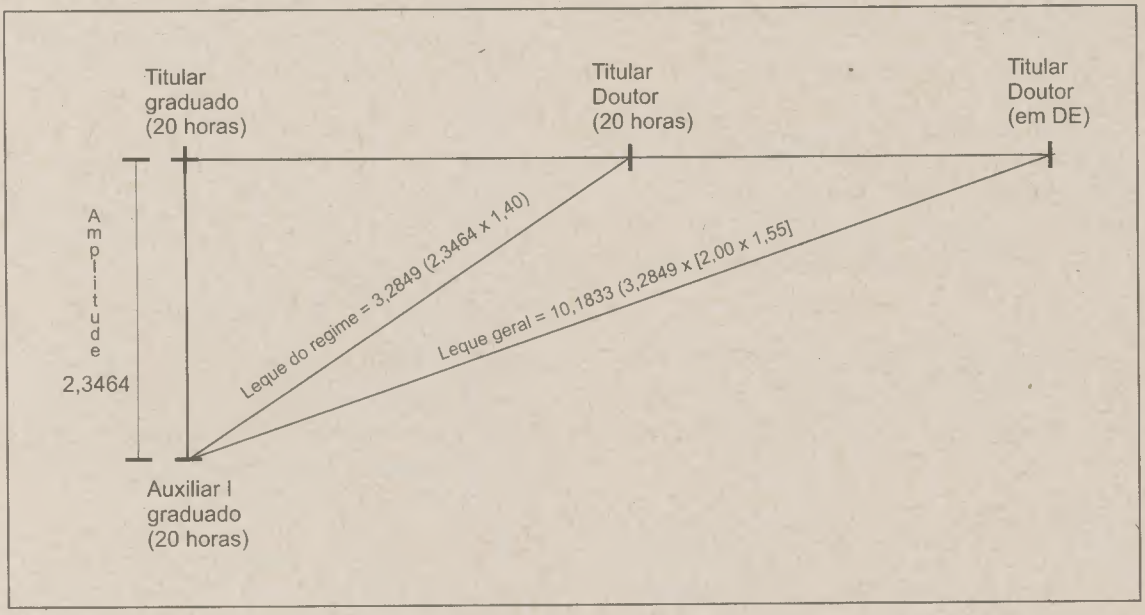
Criada no governo Sarney, através da Lei Delegada n° 13 foi de 30%, 50%, 80%, 100%, 120%, 140% e por fim 160%.

A GAE sempre incidiu sobre o Vencimento Básico (Titulação, Classe, Nível e Regime de Trabalho) qualquer que fosse o percentual em vigor. Portanto, a GAE não alterava nem a Amplitude nem o Leque da Carreira.

Em 2008, a GAE foi extinta por incorporação ao Vencimento (Vencimento Básico), conforme determinado pelo artigo 21 da Lei n° 11.784/2008.

Para que tal dispositivo se cumprisse, o novo Vencimento Básico (a vigorar em 1°/02/2009) deveria ser maior ou igual ao Vencimento Básico anterior, acrescido de 160%, para todos os professores.

Para os Professores Pós-Graduados, este



dispositivo vem sendo descumprido desde 1°/02/2009, com prejuízos **CALCULÁVEIS** e gigantescos.

Por que isso aconteceu? Porque o MPOG excluiu do pagamento do Vencimento Básico dos Professores Pós-Graduados a parcela Remuneratória da Titulação (RT), afrontando os artigos 10 e 31 do Decreto n° 94.664/87, os artigos 40, 41, 49 e 61 da Lei n° 8.112/90 e o artigo 21 da Lei n° 11.784/2008.

O MPOG poderia, como fez, mudar a forma de cálculo da Retribuição por Titulação (RT), mas **NÃO PODERIA MUDAR A NATUREZA DA MESMA** (parcela do Vencimento Básico dos Professores Pós-Graduados) sem alterar os dispositivos legais que asseguravam que a "**RT INTEGRA O VB**" dos **PPG** (Professores Pós-Graduados).

Esta retrospectiva faz-se necessária para comparar as condições remuneratórias que foram sendo sucessivamente agredidas até o estabelecimento da Tabela Salarial que entrou em vigor em 1°/03/2013, **CUJO ÚNICO CRITÉRIO EXPLÍCITO É A TOTAL FALTA DE CRITÉRIO E DE PARÂMETROS**.

A ÚNICA CATEGORIA EM QUE 40 HORAS NÃO É O DOBRO DE 20 HORAS É O MAGISTÉRIO FEDERAL.

II.3 – A ESTRUTURA DO PUCRCE.

Além de uma Tabela Salarial estruturada, o Plano de Carreira de 1987 tinha normas claras relativas a:

- Ingresso e Permanência na Carreira;
- Progressão por Avaliação de Desempenho;
- Promoção e Progressão por Titulação;
- Limites para Dedicação Exclusiva;
- Normatização para afastamentos e avaliação;
- Licença Sabática para atualização e estudos;
- Licença Prêmio por Assiduidade;
- Adicional por Tempo de Serviço (5% a cada 5 anos);
- Etc...

II.4 – A LACUNA DA APOSENTADORIA INTEGRAL E PARITÁRIA COM OS DA ATIVA.

A questão principal não resolvida pelo Plano de 1987 foi a diferença de aposentadoria para os estatutários (regidos pela Lei n° 1.711/52) que era paritária com os da ativa e os professores regidos pela CLT que tinham FGTS (8% sobre o salário), mas se aposentavam (pelo INSS) sem paridade com os da ativa.

Esta lacuna na isonomia salarial foi resolvida em 1990 com a Lei n° 8.112/90 que estabeleceu o Regime Jurídico Único – RJU – previsto na Constituição de 05/10/1988.

II.5 – O REGIME JURÍDICO ÚNICO – LEI N° 8.112/90.

A Lei n° 8.112/90 definiu como regime único o estatutário e assim os professores regidos pela CLT deixaram de receber depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – mas passaram a ter aposentadoria paritária com os professores da ativa.

Além disso, o adicional por tempo de serviço passou de 5% por quinquênio para 1% para anuênio e a licença prêmio por assiduidade passou de 6 meses a cada 10 anos para 3 meses a cada 5 anos.

O dispositivo do artigo 184 da Lei n° 1.711/52 que assegurava aos aposentados em tempo integral a remuneração da classe imediatamente posterior foi introduzido na Lei n° 8.112/90 no artigo 192.

O artigo 40 definiu Vencimento (ou Vencimento Básico), o artigo 41 definiu Remuneração. O artigo 49 as vantagens

além do Vencimento (Indenização, Gratificação e Adicionais).

A RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO (RT), NÃO SENDO INDENIZAÇÃO, GRATIFICAÇÃO, NEM ADICIONAL, FOI RECEPCIONADA PELA LEI 8112/90 COMO VENCIMENTO (VENCIMENTO BÁSICO) DOS PROFESSORES PÓS-GRADUADOS.

CONTINUOU SENDO PAGA COMO VENCIMENTO BÁSICO CONFORME ESTABELECIDO DESDE 1º /04/ 1987 ATÉ 31/01/2009.

EM 1º/02/2009 DE MODO ARBITRÁRIO E ILEGAL TEVE O SEU PAGAMENTO, COMO VENCIMENTO BÁSICO SUSPENSO.

É NECESSÁRIO E URGENTE QUE A PARCELA REMUNERATÓRIA DA TITULAÇÃO TENHA SUA CONDIÇÃO E NATUREZA DE VENCIMENTO BÁSICO RESTAURADA E PASSE A SER PAGA COMO TAL CESSANDO OS PREJUÍZOS IMPOSTOS DESDE 1º/02/2009.

III – DES-CONSTRUÇÃO

A partir de 1995 inicia-se um processo de desconstrução das condições remuneratórias atingindo os professores em atividade e especialmente os professores aposentados (tratados como "vagabundos privilegiados"). Senão, vejamos:

- Implantou-se a política de reajuste 0%, 1%, 0,1%, cuja resultante mais notável foi que passamos a ter professores em regime de 40 horas com vencimento igual a professores em regime de 20 horas, pois ambos estavam inferiores ao salário mínimo o que era vedado pela Lei n° 8.112/90 (artigo 40, Parágrafo Único);
- Instituiu-se a cobrança de contribuição dos aposentados para aposentadoria, que embora derrotada por 11 a 0 no STF, finalmente se impôs a partir de 1°/04/2004;
- Introduziu-se a GED – Gratificação de Estímulo à Docência – para quebrar a paridade entre ativos e aposentados e pensionistas;
- Acabou o adicional por tempo de serviço;
- Acabou a licença prêmio por assiduidade;
- Não se sabe o que ocorreu com a licença sabática;
- Quebrou-se a paridade para pensionistas;
- Quebrou-se a paridade para aposentados;
- Revogou-se o artigo 192 da Lei n° 8.112/90;
- Criou-se a Classe de Associado, em 2006, afastando todas as remunerações do topo da carreira em 4 níveis. Bloqueou-se o acesso a todos ativos sem doutorado e a todos os aposentados, inclusive os detentores de título de Doutor.
- Descumpriu-se a Lei n° 11.784 em seu artigo 21 não incorporando ao Vencimento Básico dos Professores Pós-graduados a GAE como determinado pelo referido dispositivo. Isso ocorreu porque excluiu-se a parcela Remuneratória da Titulação **(RT)** do Vencimento Básico **(VB)** dos Professores Pós-Graduados **(PPG)** como foi corretamente pago de 1°/04/1987 a 31/01/2009;
- Criou-se o FUNPRESP, explicitando e decretando o fim da paridade entre ativos e aposentados e pensionistas;
- Criou-se o Plano de Carreiras do Magistério Federal Lei n° 12.772 de 28/12/2012 em cumprimento a determinação de Lei de Isonomia,

n° 7.596/87 com alguns pontos positivos que listarei a seguir, mas com graves questões que considero urgentes serem **ACLARADAS** e **RESOLVIDAS**, inclusive quebra da isonomia salarial (artigo 41, § 4° da Lei n° 8.112/90).

IV – QUE FAZER?

IV.1 – RECONHECER OS PONTOS POSITIVOS DA LEI N° 12.772/2012.

- Reposição parcial das perdas salariais, ainda que através de tabelas caóticas;
- Acesso a classe de titular sem necessidade de concurso público, porém com processo que mantem todas as exibilidades anteriores, Doutorado, Memorial, Banca Externa, etc.;
- Recrutamento amplo, através de concurso público, para professor Titular de candidatos não pertencentes à carreira;
- Retorno da carreira a 13 níveis conforme definido desde 1987 e alterado em 2006;
- Reconhecimento, na Tabela Salarial, das habilidades profissionais especiais, extra titulação acadêmica formal;
- Tabela Salarial Unificada (ainda que caótica) para EBTT e Magistério Superior;
- Ausência de restrições a progressão por avaliação de desempenho e/ou titulação até o nível 12 da carreira de EBTT (artigos 14 e 15) - Ver anexo II;
- Reenquadramento salarial dos aposentados de EBTT que garante que os níveis 9 a 12 não sejam desertos (artigo 32) - Ver anexo II;
- Garantia de extensão a aposentados e pensionistas das novas condições previstas no Plano (artigo 7°) e permanência no RJU – Lei n° 8.112/90 (artigo 1°, parágrafo 4º).

IV.2 – RECONHECER A NECESSIDADE DE UMA AGENDA DE RECONSTRUÇÃO DA CARREIRA DE MÉDIO PRAZO, CONFORME PROPOSTO E APROVADO POR ASSEMBLEIA GERAL DE GREVE EM 2012.

- Tabela salarial estruturada a partir de salário-gerador da mesma, com parâmetros explícitos e que garanta reposição integral da inflação;
- Eliminação das denominações artificiais de classes, definindo as classes a partir da titulação acadêmica – graduado – aperfeiçoado – especialista – mestre e doutor, em 13 níveis sendo que o 13° nível o de Titular, para cujo ingresso se exigirá Doutorado;
- Progressão vertical de níveis sucessivos do 1 ao 12 por avaliação de desempenho, através da aprovação dos relatórios de atividades do plano anual de trabalho, a cada dois anos;
- Progressão horizontal de uma classe para outra por titulação preservado o nível em que se encontra e a contagem do interstício para nova progressão por avaliação de desempenho;
- Restabelecimento do adicional por tempo de serviço de 1% ao ano deferido em função da aprovação do relatório de atividades do Plano Anual de Trabalho em ensino, pesquisa, extensão e administração;
- Restabelecimento da licença prêmio por assiduidade de 3 meses a cada 5 anos sem faltas;

- Restabelecimento de licença sabática a cada 7 anos de atividade para atualização das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

- Restabelecimento das aposentadorias e pensões com paridade aos docentes em atividade.

IV.3 – RECONHECER A NECESSIDADE DE UMA AGENDA DE CURTÍSSIMO PRAZO PARA EVITAR QUE SITUAÇÕES ABERRANTES DE AGRESSÃO AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ISONOMIA E DA RAZOABILIDADE SE CRISTALIZEM.

- Exigir no âmbito administrativo interno à universidade e com interlocução junto ao MEC, MPOG e AGU que se cumpram os dispositivos legais do artigo 21 da Lei n° 11.784/2008 e do artigo 41, parágrafo 4°, da Lei n° 8.112/90, garantindo tratamento isonômico entre as carreiras de EBTT e de Magistério Superior quanto a:

    1. Progressão e Promoção na carreira (artigos 12 a 15);

    2. Enquadramento salarial de aposentados (artigo 32);

    3. Aplicabilidade no que couber do Decreto n° 94.664/87 aos docentes de Magistério Superior (artigo 37);

    4. Respeito à legislação e as características da carreira mantendo a parcela Remuneratória da Titulação como Vencimento Básico dos Professores Pós-graduados (RT é VB de PPG) – artigo 17.

Para tanto, a APUBH encaminhou através da liderança do PSB as emendas de n° 71 a n° 76, ver anexo I, que continuam atualíssimas como necessidades urgentes e imediatas.

- Encaminhar as questões tratadas nas referidas emendas a parlamentares que possam apresentá-las como correções de ilegalidades flagrantes à legislação em vigor;

- Analisar o cabimento de acionamento judicial para que se cumpram os dispositivos da Lei n° 8.112/90, da Lei n° 11.784/2008 e da Lei n° 12.772/2012.

IV.4 – ILEGALIDADES FLAGRANTES.

Apresento a seguir os dispositivos que considero abertamente descumpridos.

IV.4.1 – O parágrafo 4°, do artigo 41 da Lei n° 8.112/90.

"É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder, ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho."

Conforme se observa está assegurada isonomia salarial entre cargos de atribuições assemelhadas.

ORA, NÃO SÓ SÃO ASSEMELHADAS AS ATRIBUIÇÕES COMO A TABELA SALARIAL É UNIFICADA PARA EBTT E MAGISTÉRIO SUPERIOR.

Portanto, não é legal que o Professor Especialista de EBTT vá para o nível 3 e o Magistério Superior seja enquadrado no nível 1. Analogamente o Mestre de EBTT vai para o nível 5 e o do Magistério Superior fica no nível 3.

Também não é legal que o professor de EBTT possa ir do nível 9 ao nível 12, sem restrições de titulação mínima e ao professor de Magistério Superior seja exigido Doutorado, o que torna o nível 9 a 12 deserto para graduados aperfeiçoados, especialistas e mestres.

Basta ver a matriz da força de trabalho da

carreira de EBTT e a matriz de Magistério Superior (ver anexo II) para se explicitar a agressão aos princípios constitucionais da razoabilidade e da isonomia, que estão expressos no parágrafo 4° do artigo 41.

As emendas apresentadas quando da tramitação do projeto de Lei no Congresso Nacional visavam evitar que estas ilegalidades prosperassem.

[CABE PORTANTO, INSISTIR NAS MESMAS].

IV.4.2 – O artigo 21 da Lei n° 11.784/2008.

Art. 21. A partir de 1º de fevereiro de 2009, os integrantes da Carreira do Magistério Superior de que trata a Lei n° 7.596, de 10 de abril de 1987, não farão jus à percepção das seguintes gratificações e vantagens:

I - Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata a Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003;

II - Gratificação de Atividade Executiva - GAE, de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992;

III - Gratificação Temporária para o Magistério Superior - GTMS a que se refere o art. 18 desta Lei; e

IV - o acréscimo de percentual de que trata o art. 6° da Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006.

Parágrafo Único. A partir de 1º de fevereiro de 2009, o valor referente GAE fica incorporado Tabela de Vencimento Básico dos servidores integrantes da Carreira do Magistério Superior de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987,conforme valores estabelecidos na Tabela constante do Anexo XVII desta Lei.

A incorporação da GAE ao Vencimento (não é à remuneração) pressupõe que o novo Vencimento Básico será maior ou igual ao antigo Vencimento Básico acrescido de 160% que era o valor da GAE. Este dispositivo só se cumpriria caso a Retribuição por Titulação continuasse a ser paga como parcela do Vencimento Básico.

Esta natureza da Retribuição por Titulação está consolidada desde 1º/04/1987 e foi recepcionada quando do advento do RJU, pela definição de Vencimento (ou Vencimento Básico) constante no artigo 40 da Lei nº 8.112/90.

O MPOG pode mudar a forma de cálculo da parcela da Titulação, nenhuma ilegalidade nisso, mudou de percentual do Vencimento Básico do Professor apenas graduado para uma tabela à parte, aleatória.

O QUE NÃO PODE É MUDAR A NATUREZA DA PARCELA REMUNERATÓRIA EXCLUINDO-A DO VENCIMENTO BÁSICO DO PROFESSOR PÓS-GRADUADO.

Não pode porque quando fez isso (suspensão do pagamento) estava em pleno vigor o Decreto n° 94.664/87 (que só deixou de ser aplicável a partir de 1°/03/2013); o artigo 21 da Lei n° 11.784/2008 e os artigos 40, 41, 49 e 61 do RJU que continuam em vigor.

IV.4.3 – O artigo 32 da Lei n° 12.772/2012.

"Art. 32. O art. 137 da Lei nº 11.784, de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

> *Art. 137.O posicionamento dos aposentados e dos pensionistas nas tabelas remuneratórias constantes dos Anexos LXXVII, LXXVIII, LXXIX, LXXXIII, LXXXIV, LXXXV, LXXVII-A, LXXXIII-A, LXXIX-A e LXXXV-A desta Lei, respectivamente, será referenciado situação em que o servidor se encontrava na data da aposentadoria ou em que se originou a pensão, respeitadas as alterações relativas a posicionamentos decorrentes de legislação específica.(NR)*

Já que estamos falando de razoabilidade e de isonomia entre atribuições de cargos assemelhados, cabe observar que o novo artigo 32 da Lei n° 12.772/2012, reproduz dispositivo da Lei n° 11.784/2008 que assegurou o **REPOSICIONAMENTO NA**

TABELA SALARIAL para aposentados e pensionistas de EBTT.

Pergunta-se: Por que excluir os professores da carreira de Magistério Superior? Pode? É legal? É legítimo? Por que, mais essa, odiosa discriminação?

IV.4.4 – O artigo 192 da Lei n° 8.112/90 (vigente até 13/10/1996).

"O servidor que contar tempo de serviço para aposentadoria com provento integral será aposentado:

I – com a remuneração do padrão da classe imediatamente superior àquela em que se encontra posicionado;

II – quando ocupante da última classe da carreira, com a remuneração do padrão correspondente, acrescida da diferença entre esse e o padrão da classe imediatamente anterior."

O artigo garante aos professores que se aposentaram até 13/10/1996 a **REMUNERAÇÃO** do Padrão (mesmo Nível) da Classe imediatamente posterior.

As únicas dúvidas razoáveis em relação ao cumprimento do artigo 192 são:

a) Como fica a situação daqueles que se aposentaram de 12/12/1990 a 18/04/1991, período em que o dispositivo esteve vetado? O veto foi derrubado pelo Congresso Nacional em 19/04/1991.

b) Como fica a situação daqueles que cumpriram todas as exigências para aposentadoria integral até 13/10/1996 e só requereram a aposentadoria em data posterior?

c) Qual a diferença a ser acrescida ao provento do Professor Titular? A diferença para Adjunto IV? Ou a diferença para Adjunto I (mais vantajosa)?

Cabe observar que os 4 Níveis de Titular existentes anteriormente foram unificados em um nível único.

As outras questões de descumprimento do artigo 192 são abusivas e não resistem a análise clara e objetiva do dispositivo. Senão, vejamos:

a) A redação é clara e se refere a Remuneração (definida no artigo 41 da mesma Lei n° 8.112/90). Portanto, excluir as diferenças das **PARCELAS DA REMUNERAÇÃO** referentes à GED, GTMS e GEMAS é absolutamente inaceitável. Em agosto de 2009, o MPOG reconheceu o erro e o corrigiu (a partir de contatos certos com pessoas certas na hora certa).

   Entretanto, não pagou os valores anteriores relativos à GED, à GTMS e, até mesmo, à GEMAS.

b) **O artigo esteve em vigor até 13/10/1996; portanto, os Professores Adjuntos se aposentaram como Adjuntos, mas com proventos de Professor Titular que era a classe imediatamente superior.**

   Que fez o MPOG? Decorridos 10 anos desta situação juridicamente consolidada, criou Classe de Professor Associado (em 1°/05/2006), exclusiva para Doutores, **e passou a pagar a diferença em relação a esta classe (criada em 2006), que não existia quando da aposentadoria (até 1996).**

Já existe decisão em Primeira Instância, com Tutela Antecipada (depósito em juízo) desde 2008 definindo o direito ao pagamento correto, como Titular.

Entretanto, até o depósito em juízo esta sendo feito de modo incorreto (sem levar em conta as alterações salariais posteriores a fevereiro de 2008).

Existem também decisões em Primeira Instância favoráveis ao pagamento da GED integral aos aposentados e pensionistas (sem Tutela Antecipada – depósito em juízo) a partir de 1°/05/2004.

Neste caso, há decisões do Supremo Tribunal Federal – STF – em Recursos Especiais – RE – para outras categorias definindo o pagamento paritário entre ativos e inativos.

Há também decisão da AGU – Advocacia Geral da União – através da Câmara de Conciliação de determinar o pagamento via administrativa para a Administração Direta.

Por isso, proponho incluir estes dois temas na agenda de curtíssimo prazo. Caso nada seja feito, quando sair a decisão final poderemos estar todos mortos.

Como se vê, são abusos recursivos. Se nada for feito, eles vão se consolidar, se cristalizar e se aprofundar.

Proponho à Direção da APUBH e ao Movimento Docente da UFMG, especialmente aos aposentados, a ruptura com a atual funesta letargia, a ruptura do isolamento e uma ação articulada junto à administração da UFMG, junto ao Poder Executivo (MEC, MPOG e AGU), junto ao Congresso Nacional (Câmara e Senado) e se possível junto à Justiça para reverte esta situação, minimizar perdas e vislumbrar re-conquistas.

À GUISA DE CONCLUSÃO

"Estava triste por que não tinha sapatos, até que encontrei alguém que não tinha pés." OOOh!!!

"Nos abraçamos, nos emocionamos, choramos, nos deprimimos até que vimos a coleção de 3.487 pares de sapatos da 1ª Dama das Filipinas – Imelda (?) Marcos. Ficamos perplexos e estarrecidos, as lágrimas secaram, nos indignamos e saímos à cata de pés e sapatos."

E você?

Belo Horizonte, abril de 2013.

ANEXO 1: Emendas 71 a 76

ANEXO 2: Força de Trabalho Magistério Superior e EBTT (Disponível na página da Apubh, www.apubh.org.br).

ANEXO 3: Emendas a MP 614 de 15 de maio de 2013 (Disponíveis na página da Apubh).

ANEXO 01

Emendas essenciais ao PL 4368/2012 transformado na Lei 12772/2012

1ª emenda:

tipo: aditiva – acrescentar ao artigo 7º o seguinte parágrafo único:

"Os aposentados e instituidores de pensão, de Magistério Superior, que completaram os pré-requisitos para aposentadoria até 30 de abril de 2006 terão seu posicionamento nas tabelas remuneratórias, referenciado na equidistância de níveis ao professor titular em que se encontravam na data que completaram os pré-requisitos para aposentadoria".

Justificativa: manter coerência, consistência e equivalência com o artigo 32 deste PL.

2ª emenda: ao artigo 12

tipo: supressiva

Suprimir a letra "a" do parágrafo 13º, Inciso III do artigo 12; o texto da letra "b" passa a completar o Inciso III tal como no Inciso III do artigo 14.

Justificativa: manter coerência, consistência e equivalência com o Inciso III do parágrafo 3º do artigo 14.

3ª emenda: artigo 13

tipo: modificativa

No Inciso I substituir mestre por especialista;

No Inciso II substituir doutor por mestre ou doutor.

Justificativa: manter coerência, consistência e equivalência com os Incisos I e II do artigo 15.

4ª emenda: artigo 17 no caput

tipo: modificativa

artigo 17: Fica instituída a RT, **como parcela integrante e complementar do Vencimento Básico dos professores pós-graduados,** devida ao docente integrante do Plano de Carreiras e Cargos **de Magistério Federal** em conformidade com a carreira, cargo, classe, nível e titulação comprovada, nos valores em vigência estabelecidos no anexo 4.

Justificativa: na redação original a RT só seria paga ao docente de Magistério Superior. A correção do texto faz-se necessária para assegurar que a RT permaneça como parcela remuneratória de todas as carreiras e continue integrando o Vencimento Básico dos professores pós-graduados, conforme dispositivos legais em vigor desde 1987.

5ª emenda: parágrafo 2º do artigo 17

tipo: modificativa

parágrafo 2º: Os valores referentes a RT que não serão recebidos cumulativamente para diferentes titulações integram e complementam o vencimento básico dos professores pós-graduados.

Justificativa: na redação original a RT só seria paga ao docente de Magistério Superior. A correção do texto faz-se necessária para assegurar que a RT permaneça como parcela remuneratória de todas as carreiras e continue integrando o Vencimento Básico dos professores pós-graduados, conforme dispositivos legais em vigor desde 1987.

6ª emenda: artigo 37

tipo: modificativa

Substituir a expressão "não se aplicam" pela expressão "se aplicam no que couber"

.

Justificativa: Existem direitos e vantagens que embora não alcancem os novos docentes configuram-se como direitos adquiridos pelos docentes regidos pelo Decreto 94664/87, portanto, é necessário que esses direitos e vantagens sejam preservados.

Observação: Estas emendas mantém coerência com a proposta de Plano de Carreira aprovada pelos professores da UFMG.

Maria Regina Emery Quites
Leandro Gonçalves de Rezende
Fábio Mendes Zarattini



Maria Regina Emery Quites
Professora do Curso de Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis/ Departamento de Artes Plásticas/ Cecor Escola de Belas Artes/ UFMG

Leandro Gonçalves de Rezende
Mestrando em História Social da Cultura na UFMG e Bolsista CAPES/Reuni no Curso de Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis da UFMG

Fábio Mendes Zarattini
Graduando em Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis na UFMG

Portfólio acadêmico no Curso de Conservação - Restauração de Bens Culturais Móveis da UFMG: estudo de caso

Resumo:

O curso de Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis da UFMG, de caráter interdisciplinar e regido pelo conceito da flexibilização curricular, orienta os alunos a fazerem o portfólio acadêmico no primeiro período, dando continuidade ao mesmo no decorrer de sua formação. O portfólio consiste numa reflexão contínua do aluno sobre o seu desempenho, avaliando-se o processo de ensino-aprendizagem com o objetivo de levar o mesmo a responder com responsabilidade e autonomia por seu currículo e sua formação. Nessa oportunidade, apresentamos de forma sistemática a experiência adquirida com a disciplina Portfólio de 2009 a 2013, exemplificando-a com o estudo de caso do aluno Fábio Mendes Zarattini, que deu continuidade ao seu portfólio ao longo do curso.

Palavras-Chave: portfólio; formação do Conservador-Restaurador; interdisciplinaridade.

Abstract:

The course Conservation-Restoration of Cultural Good from UFMG, which is interdisciplinary and governed by the concept of curricular flexibility, guides students to do the academic portfolio in the first period, continuing to do the same during their training. The portfolio consists of a continuous reflection on the student's performance, evaluating the teaching-learning process in order to make the student respond with responsibility and autonomy in their curriculum and their training. On this occasion, we present, in a systematic way, the experience adquired with the discipline "Portfolio", from 2009 to 2013, illustrating it with a case study of the student Fabio Mendes Zarattini, which continued to his portfolio throughout the course.

Keyword: portfolio; formation of Conservator-Restorer; interdisciplinarity.

Foto: Arquivo Pessoal

Introdução

O Curso de Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG foi aprovado e implantado em 2008, pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), cujo objetivo era ampliar o acesso e a permanência na educação superior. A Pró-reitoria de Graduação – Prograd, através da Rede de Desenvolvimento de Práticas de Ensino Superior – GIZ, convidou o curso para participar do projeto dos portfólios pedagógicos.

O portfólio foi implantado oficialmente na turma de 2009, como uma disciplina optativa do primeiro período e consiste numa reflexão contínua do aluno sobre o seu desempenho, avaliando-se o processo de ensino-aprendizagem, os esforços, as dificuldades e os progressos, com o objetivo de transitar pelo currículo com responsabilidade e autonomia.

O bacharelado em Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis utiliza o portfólio acadêmico como uma ferramenta pedagógica. Assim, ao completar cinco anos com esta disciplina, o presente artigo visa apresentar a experiência adquirida, refletindo sobre suas vantagens e possibilidades enquanto instrumento de ensino e de autoavaliação, tanto dos alunos quanto dos professores e do curso. Dos alunos, na medida em que eles refletem sobre seu próprio fazer acadêmico, significando o processo educativo; e do professor, na medida em que a disciplina representa um *feedback* dos processos, necessidades e das atividades desenvolvidas ao longo do semestre, avaliando-se com isso o próprio curso. Nesse sentido, a disciplina corrobora uma das funções da universidade, que é promover o desenvolvimento consciente e autônomo do indivíduo.

Metodologicamente o texto é dividido em duas partes: a primeira mostrando algumas considerações sobre as turmas ingressas na Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis e a segunda avaliando a disciplina de portfólio, tendo em vista os dados recolhidos ao longo do tempo, especialmente os dados da turma de 2013. Por fim, exemplificar-se-á o portfólio acadêmico através do estudo de caso do aluno Fábio Zarattini, estudante do curso desde 2010, que deu continuidade ao seu portfólio, registrando suas observações e análises críticas sobre as disciplinas cursadas e atividades desenvolvidas, fazendo um registro fotográfico e documental criativo e inovador de suas vivências enquanto graduando.

As turmas de Conservação-Restauração da UFMG

O curso de Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis da Escola de Belas Artes começou a funcionar em 2008, dentro dos princípios da flexibilização curricular aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2011). Pioneiro no Brasil em bacharelado, o curso de Conservação-Restauração da UFMG preenche uma lacuna na formação profissional na área da conservação no Brasil. Até então, a UFMG contava apenas com um curso de Especialização em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis, criado em 1978 e posteriormente com o CECOR, criado em 1980, para dar apoio a esse curso no ensino, pesquisa e extensão. Cabe frisar que a graduação em Conservação-Restauração surgiu do desenvolvimento acadêmico do antigo curso de Especialização em Conservação-Restauração, que, ao se tornar um referencial na formação de muitos restauradores, ampliou suas demandas e vocações. Por conseguinte, a experiência de 30 anos e a infraestrutura adquiridas ao longo desse tempo foram fundamentais para implementação do bacharelado em Conservação-Restauração.

O ingresso no curso acontece por meio

do vestibular e anualmente são oferecidas 30 vagas, sendo o curso diurno. Desde o início, as turmas mostraram-se bem diversificadas, com múltiplos interesses, gostos e habilidades. Tomando por base a turma de 2013, podemos salientar algumas características comuns entre os alunos: as turmas são de maioria feminina (Gráfico 1); compostas principalmente por alunos procedentes de Minas Gerais (Gráfico 2); sendo comum alunos já graduados, principalmente em História e Artes Visuais, que buscam uma nova graduação (Gráfico 3). De forma geral, são alunos com perfil interdisciplinar, o que está de acordo com as exigências da área e com a proposta do curso.

O curso de Conservação-Restauração tem por objetivo "preparar profissionais para atuarem na conservação-restauração de bens culturais móveis, orientando-os para que sejam capazes de identificar, discutir e resolver problemas nesse campo de trabalho, desenvolvendo-lhes o espírito crítico e a iniciativa". A formação é interdisciplinar buscando, em diversas áreas do conhecimento, saberes indispensáveis à atuação profissional. Com isso ultrapassa-se o conceito do restaurador como um detentor de conhecimentos técnicos e práticos, que são importantes, mas não devem ser exclusivos. O aluno é incentivado a caminhar com responsabilidade e segurança no ensino, pesquisa e extensão, aplicando-as em sua vivência acadêmica, de modo a produzir um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consistente e criterioso.

A experiência do portfólio

O curso orienta que os alunos façam o portfólio acadêmico no primeiro período, dando continuidade ao mesmo no decorrer de sua formação. Esse consiste numa reflexão contínua do aluno sobre o seu desempenho, avaliando-se o processo de ensino-aprendizagem, os esforços, as dificuldades e os progressos, com o objetivo de transitar pelo currículo com responsabilidade e autonomia, visando uma formação de excelência, resultado dos ganhos educacionais obtidos no processo de desenvolvimento acadêmico. De acordo com Villas Boas, o portfólio é "uma coleção proposital do trabalho do aluno que conta a história dos seus esforços, progressos ou desempenho em uma determinada área, seu processo inclui a reflexão e acompanhamento constante da produção." (VILLAS BOAS, 2008, p.36). Logo, trata-se de uma seleção que evidencia e registra o percurso trilhado pelo aluno.

Para trilhar esse caminho o aluno precisa conhecê-lo, ou ter ferramentas de informação para sua busca, assim a disciplina APL 096 - Tópicos em Conservação-Restauração: Portfólio apresenta para o aluno a sua grade curricular interdisciplinar e bastante flexível, na qual ele pode obter créditos com formação complementar, estágios, vivência profissional, formação livre, iniciação científica, projetos de extensão, etc, bem como o instrui sobre o projeto pedagógico do curso de Conservação-Restauração, orientando-o de forma tutorial. O objetivo final da disciplina é confeccionar um portfólio acadêmico, trançando o caminho percorrido neste período inicial da graduação, refletindo sobre as disciplinas cursadas e concluindo com a socialização dos portfólios. Devido à flexibilidade e interdisciplinaridade da estrutura curricular, os alunos transitam por diversas áreas do conhecimento, optando por percursos diferenciados. Pedagogicamente, o ganho educacional é inegável. Logo, o portfólio é uma ferramenta de orientação que ajuda o estudante a traçar metas, a contornar desafios e a fazer opções, tendo em vista uma formação consciente, embasada no espírito crítico, aliando teoria, prática e habilidades específicas do conservador-restaurador.

A disciplina Portfólio tem 15 horas-aula, correspondendo a 1 crédito. Os encontros

acontecem semanalmente e têm duração de 1 hora. Inicialmente o professor motiva os alunos a refletir sobre suas escolhas a partir de três perguntas: "Quem sou eu?", "Por que escolhi o curso?" e "Quais são minhas expectativas?" Trata-se de perguntas de cunho pessoal, todavia muito interessantes, para começar uma análise do processo de ensino-aprendizagem, pois ao elaborar sua resposta, o aluno seleciona e registra fatos importantes da sua vida, ou seja, da sua história pessoal, que são formadores da sua identidade e que consequentemente foram fundamentais em suas escolhas até chegar ao curso de Conservação-Restauração. Essa etapa caracteriza-se por um pequeno memorial, que enfatiza gostos, preferências e oportunidades anteriores à atual graduação.

Para a pergunta "Quem sou eu?" as respostas foram diversificadas, particulares, constituídas por nome, procedência, formação, atuação profis-sional, características pessoais e aptidões. Para a pergunta "Por que escolhi o curso?" as respostas foram as seguintes: interesse pela área das artes em geral; contato com o meio artístico, tanto na família quanto nos ciclos de amizade; curiosidade; experiências prévias na área da conservação adquiridas em outros estudos afins e por fim, habilidades específicas. É comum nos relatos dos alunos as frases "escolhi o curso, pois gosto de arte, biologia e história" ou "história, arte e química", enfatizando-se um interesse prévio pela interdisciplinaridade, característica fundamental do curso.

Para a pergunta "Quais são minhas expectativas?" encontramos boas expectativas no que se refere ao ensino (ressaltando a qualidade da UFMG e a pesquisa na *Internet* sobre a qualificação dos docentes) e ao trabalho (ressaltando as múltiplas possibilidades do mesmo). Os alunos têm como perspectiva ampliar os conhecimentos, buscando uma boa formação, de modo a aliar as possibilidades do mercado de trabalho do conservador-restaurador com a satisfação pessoal.

Após esse exercício de reconhecimento pessoal o aluno, com o auxilio do professor, começa a conhecer a estrutura curricular do bacharelado em Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis, analisando as disciplinas obrigatórias, optativas e observando os possíveis percursos que ele poderá seguir ao longo da sua trajetória acadêmica na UFMG. Uma das grandes contribuições que os alunos avaliam nessa disciplina consiste nessa apresentação do curso, incluindo possíveis caminhos a serem seguidos. Trata-se de alunos do primeiro período, que muitas vezes ainda não têm contato com a vida acadêmica, ou se já o têm, não estão acostumados com um curso interdisciplinar e flexível, tal qual se apresenta atualmente na UFMG. São muitas as possibilidades de percursos, incluindo-se Formação Livre, Atividades Complementares e Formação Complementar em diferentes áreas afins ao curso. Como observado entre os alunos, a disciplina os norteia, orientando as atividades previstas para cada período letivo.

Por fim, cada aluno socializa seu portfólio apresentando dados pessoais e sua vida acadêmica, com ideias e reflexões sobre as disciplinas em curso ao longo do semestre. A socialização do portfólio é uma oportunidade única para os alunos conhecerem os colegas e formarem vínculos com a turma. Cabe ressaltar que essa etapa estimula uma autoavaliação do processo de ensino aprendizagem, contornando as dificuldades e potencializando as habilidades, de modo a conquistar autonomia e responsabilidade, que serão cobradas ao longo da formação. Nas palavras de Gil a função da escola, e porque não dizer da universidade, é "fornecer aos alunos os conhecimentos e as habilidades necessárias para viverem de forma eficiente numa sociedade complexa" (GIL, 2011, p.107). Dessa forma, o portfólio cumpre essa função completando-a na

medida em que desenvolve nos alunos o senso crítico e reflexivo, essencial em qualquer profissão. Além disso, o portfólio acadêmico quando levado a cabo até o final da graduação transforma-se em um importante instrumento profissional, na medida em que registra todo o processo formativo e as experiências adquiridas.

Nesse sentido, um caso exemplar é o portfólio do estudante Fábio Mendes Zarattini, aluno da turma de 2010, que deu continuidade ao mesmo ao longo de sua formação. De forma sistematizada, organizada e bastante criativa o estudante registrou sua trajetória acadêmica analisando criticamente as disciplinas cursadas, apontando pontos fortes e dificuldades encontradas e propondo sugestões sobre cada conteúdo programático, além de armazenar os trabalhos, provas e atividades feitas em cada período letivo (ver FIG.1). Também foram registrados a participação em eventos, os estágios e as atividades extracurriculares desenvolvidos. Por fim, o aluno tinha à sua disposição toda a estrutura curricular do curso de Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis, pontuada e analisada, podendo retornar a mesma e refletir sobre sua formação, a qualquer momento, de forma rápida e prática, auxiliando-o em seus possíveis percursos até a finalização de seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). A metodologia desenvolvida na construção desse portfólio acadêmico foi a mesma indicada na Disciplina APL096 (Portfólio) cursada no primeiro período da graduação, utilizando o programa X-Mind com registro fotográfico e documental de vivências enquanto estudante, diagramas e mapeamento de disciplinas e suas perspectivas de percurso (ver FIG.2 e 3).

Segundo Fábio, "através do portfólio, pretende-se deixar os processos pessoais de escolha, durante a graduação, mais conscientes e seguros. O portfólio pode também contribuir para a documentação de vivências e conhecimentos", bem como na "divulgação do curso em suas potencialidades de atuação, além de troca de conhecimentos interdisciplinares na área de atividade entre os colegas de graduação e profissão". Desenvolvido de forma integral o portfólio apresenta reflexões, planejamentos, atividades, resumos, fotos, arquivos memoriais entre outras informações. Dados estes que descrevem processos pessoais de escolha de percursos, interesses, disciplinas e atividades extracurriculares. Logo, corroborando nossas ideias, o portfólio transforma-se em uma ferramenta profissional eficaz, em um cartão de visita prático e útil, construído a partir da vivência discente, resultado natural de um processo de auto avaliação, que parte das considerações levantadas, o material pesquisado e recebido, a qualidade e quantidade de informações aprendidas, o tipo de produção realizada e a segurança nos processos de decisão, sendo todas essas características muitos caras e procuradas pelo mercado profissional.

Considerações Finais

Tendo em vista os cinco anos de experiência com a disciplina de Portfólio, concluímos que a mesma é importante para os alunos, pois ela facilita o ensino-aprendizagem, uma vez que permite ao aluno uma reflexão continua através da sua autoavaliação. O portfólio é uma ferramenta conscientizadora do processo enquanto ele ainda acontece, permitindo retomadas, avaliações das metas e das dificuldades. Outra função para alunos que dão continuidade ao processo nos períodos seguintes é a confecção do portfólio profissional, que se torna um cartão-postal para se candidatar a um emprego. Para os alunos mais organizados ele transforma-se em um fólio de documentos por período e por área, o qual poderá ser consultado quando necessário se transformando num banco de dados do curso.

Além disso, ao orientar os alunos nos percursos possíveis o portfólio cumpre

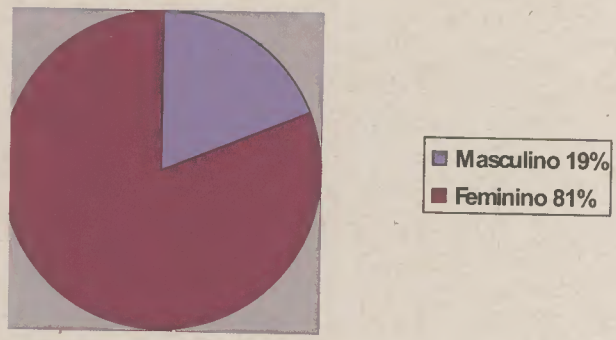
uma função pedagógica incomum, pois, quando o aluno sabe o que o espera durante seu percurso acadêmico, poderá planejar e propor estratégias para melhor aproveitar o que a universidade pode oferecer, ainda mais em se tratando de um curso interdisciplinar, amplo em descobertas e interesses. Dessa forma, a disciplina justifica-se no primeiro período, pois acolhe os alunos ingressos e ajuda-os a se situarem e a entender o curso. Refletindo desde o primeiro período, ele pode, com consciência, planejar, a longo prazo, o seu TCC para o oitavo período.

Assim sendo, o saldo dos cinco anos da disciplina é positivo quando consideremos o portfólio um instrumento compartilhado que dá aos alunos um embasamento consciente, visando autonomia e amadurecimento na formação dos futuros conservadores-restauradores.Porfim,cabe frisar que o portfólio acadêmico também é uma interessante forma de produção e de divulgação de conhecimento e como tal deve ser mantida e incentivada entre os alunos. Além disso, é um instrumento de socialização da turma, permitindo que um aluno de primeira graduação conheça a história de vida de alguém que tem a experiência de um segundo curso e vice-versa. Há casos de alunos jovens que interagem com alunos mais experientes ajudando-se mutuamente. Finalmente, o portfólio nos trouxe uma grata surpresa, com algumas publicações nas redes sociais, ajudando candidatos a enfrentar o vestibular, bem como a divulgar o curso[1].

Anexos

Gráfico 1

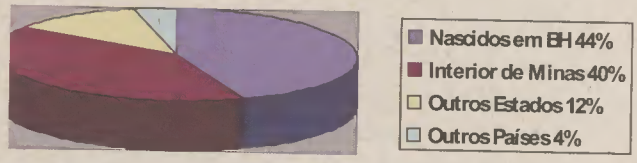
Alunos Turma de 2013 por sexo



Fonte: Moodle

Gráfico 2

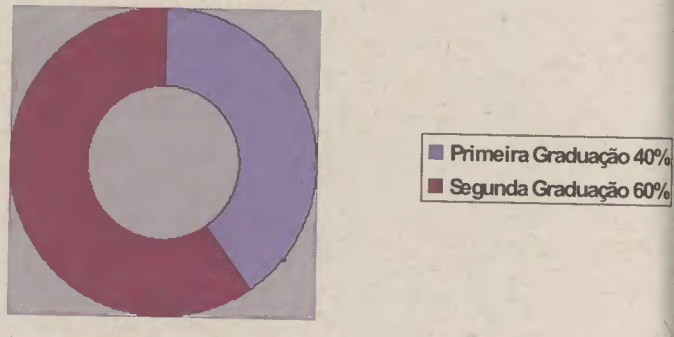
Alunos Turma de 2013 por procedência



Fonte: Aula de 12/03/2013

Gráfico 3

Alunos Turma de 2013 por estudos



Fonte: Aula de 12/03/13



FIG. 1 – Página do portfólio desenvolvido pelo aluno Fábio Mendes Zarattini no ano de 2011 (segundo período). Foto: Fábio Mendes Zarattini

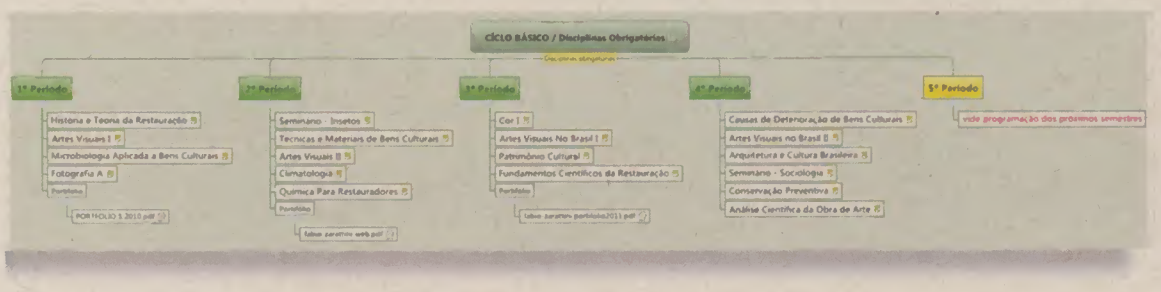


FIG. 2 – Página do portfólio indicando a programação a partir do 5 período.

Foto: Fábio Mendes Zarattini.

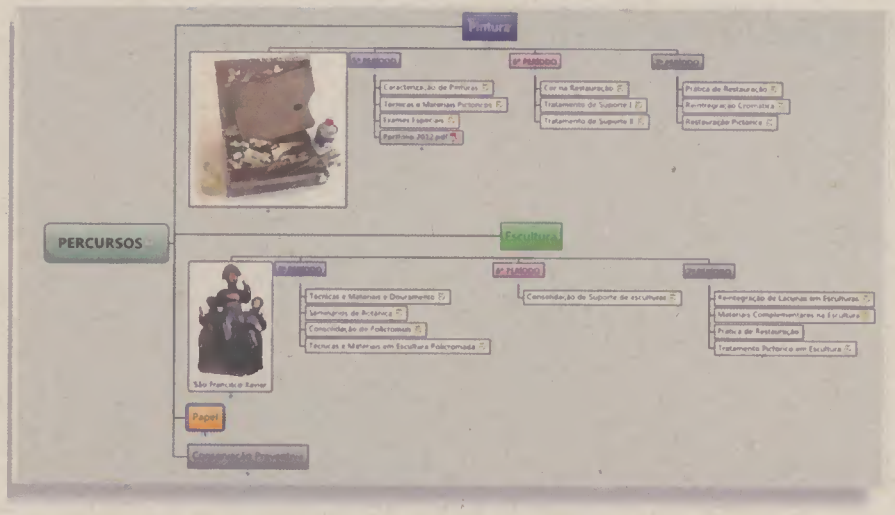


FIG. 3 – Página do portfólio indicando as áreas e disciplinas escolhidas nos 5º, 6º e 7º períodos. Foto: Fábio Mendes Zarattini.



FIG. 3 – Alunos da disciplina Portfolio 2010, bolsistas de pós graduação CAPES-REUNI e equipe GIZ/PROGRAD.

Foto: Regina Emery

Agradecimentos

Agradecemos a toda equipe do GIZ/ PROGRAD/UFMG, aos discentes, docentes e bolsistas CAPES – REUNI que participaram deste processo nestes 5 anos de experiência no Curso de Conservação Restauração de Bens Culturais Móveis.

Referências

GIL, Antônio Carlos. *Metodologia do Ensino Superior.* São Paulo: Atlas, 2011.

LIMA, Maria de Lourdes Rocha de. Avaliação da aprendizagem: um compromisso do professor e do aluno com o diálogo. In: TEIXEIRA, Adla Betsaida Martins (org). *Temas atuais em didática.* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010, p.195-213.

MASETTO, Marcos Tarcísio. *Competência pedagógica do professor universitário.* São Paulo: Summus, 2003.

PERRENOUD, Philippe. *Avaliação:* da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.

SHORES, Elizabeth e GRACE, Cathy. *Manual de Portfólio:* um guia passo a passo para o professor. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

UNIVERDIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Projeto Pedagógico do Curso de Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis, v.1. Belo Horizonte: 2011.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. *Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico.* Campinas: Papirus, 2008.z

http://www.eba.ufmg.br/graduacao/conservacao/indexconservacao.html

Humberto Coelho de Carvalho



Professor Aposentado do
Departamento de Biologia Geral
do ICB/UFMG

PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA

Nota: A matéria entre aspas (item 1 a 4) a seguir, destinava-se inicialmente, apenas aos presentes no Café com Memória, reunião promovida com o fito de colaborar na correta identificação de fotos, textos e outros documentos encontrados nos acervos da APUBH. Consultados, um membro do Setor Jornalístico e outro da Diretoria Executiva sobre a validade desta demanda, opinaram ambos favoravelmente, sugerindo ainda que seu acesso se estendesse, via Rev. Caminhos, aos demais filiados de nossa Associação. Dada a peculiaridade do texto em questão, seu envio ao Conselho Editorial condicionar-se-ia ao acréscimo de um parágrafo introdutório (este ora em curso) e dos itens complementares: 5. Falhas de memória, 6. Lembrete necessário e 7. Agradecimentos. Estando, ambas as partes de acordo, cabe agora ao leitor a decisão de participar da intimidade de uns poucos.

Foto: Lucas Daian

1. Começo de conversa.

Uma madura senhora ao dar balanço nos seus 35 anos de existência, nem sempre pacatos, surpreende-se acometida de indesejáveis lapsos. Quem são algumas dessas compenetradas e estranhas criaturas presentes nos seu guardados? Onde estavam, que faziam? Essas tocantes palavras impressas ou gravadas, de quem são e para que ou a quem foram proferidas?

Meritória a iniciativa da citada senhora, mais conhecida pela sigla APUBH, de promover um *Café com Memória* para identificar, catalogar, organizar e eventualmente montar *um setor de documentação histórico-museológico,* a partir de vultoso material iconográfico (fotos, documentos, gravações, textos etc, etc.). Tudo isso, anonimamente se deteriorando. Inevitável essa nossa generalizada tendência de olvidar que tenhamos sido um dia mais atuantes, mais generosos, mais sonhadores ... ou talvez mais crédulos?

Que parte nos toca na construção e condução deste questionável mundo novo que está aí e que estamos passando para nossos sucessores?

2. Flashes da reunião.

Ao lado da grata emoção do reencontro pessoal, evidenciaram-se dificuldades no reconhecimento de pessoas ou de situações na documentação amarelecida ou esgarçada pelo tempo.

2.1. Identificação fenotípica.

Alguns não reconheceram-se nem a si próprios em contextos tão diversos (passeatas, assembleias, mesas redondas, ou mesmo, em textos apócrifos...). *Já não somos mais hoje, quem fomos outrora*, murmura alguém. Dois senhores quase totalmente calvos indagam, para um terceiro: - Quem são essas ultra-pilosas criaturas tão inquisitorialmente postadas? Tiveram que recorrer a um quarto para constatarem serem eles mesmos em algum evento do início da década de 80.

Alguns dos identificados (entre outros, Tostão, José Maurício, Pompeu e Bicalho) já se foram, merecendo serem relembrados pelos que ficam.

2.2. Um outro, um tando suspiroso confidencia: - Aquelas duas senhoras ali conversando animadamente, uma nos seus 40 e muitos, a outra nos seus 70 e poucos – não perderam a postura e a graça de antigamente...

2.3. Apartes memoráveis.

- A passagem a seguir, é uma versão ligeiramente modificada de um aparte, proferido numa dessas Assembleias Gerais, caracterizada pela monótona repetividade do mesmo tema, pelos oradores anteriormente inscritos. – *Bendito seja aquele que não tendo nada para dizer, não demonstra isso com palavras.* Seu proponente??

- Foi o mesmo que nos comparou a *ararinhas azuis*, então em vias de extinção? – indaga alguém.

- E aqueles referentes à identidade do *Ipê Vermelho* e à sustentação de uma empacada Greve , com visíveis sinais de dissolvência? – ambos estão contemplados nos itens 2.4 e 2.5 a seguir.

2.4. Questões taxonômicas.

Essa foto documenta o plantio de uma muda do famoso *Ipê Vermelho* na frente da Reitoria, do qual fizemos um belo cartaz, reproduzido e distribuído *urbi et orbi*...

Curiosidade: Na 1ª Assembleia Geral, após esse evento, um sistemata do Departamento de Botânica do ICB, no meio de acalourada discussão acerca da continuidade da greve acima referida, declaro: aquela muda plantada ali, não é de **Ipê** nem produzirá flores vermelhas. Ele não é nossa árvore símbolo. Oficialmente, esta é o Pau-Brasil (Lei nº 6607).

Obs.: Vinte anos depois, nossa muda tornou-se em frondosa árvore, com todo jeito de Ipê, mas, até agora, timidamente

(?), não mostrou a cor de suas *pétalas* – um reconhecido ornamento de sua sexualidade. Recomendável consultar o Departamento de Botânica do ICB. Lá, provavelmente, nos dirão: trata-se de um exemplar da família *Bignoniaceae* e do gênero *Tabebuia*. Quanto à *espécie*, talvez peçam tempo: será uma variedade de *T. avellanedae*? Um mutante raro? Com a palavra os taxonomistas.

A competência técnica do doador da mudinha, o discreto Eng.Agrônomo, Dr. D'Araújo Couto reforça a expectativa para breve de uma esplendorosa explosão em vermelho, a encantar mentes e corações .

2.5. Mudar é preciso?

Noutro momento, quando se discutia a pertinência de se suspender ou manter uma longa G*reve Geral* , centrada na temática *carga de trabalho e remuneração salarial,* um Professor recém-chegado de Doutorado na Alemanha, vigorosamente condena a validade da sua manutenção – *lá trabalhara mais de 10 horas diárias, inclusive sábados e às vezes até domingo, estando pronto para dar continuidade similar ao seu mister, agora, na mineira terra.*

Após um pequeno silêncio constrangedor, mas que pareceu enorme, um membro do auditório retruca, em castíssimo *tedesco*, as assertivas do orador.

Diante do pasmo geral, o habilidoso Presidente da Mesa, suspende a reunião, garantindo que réplicas e tréplicas sobre aquele *affair* ficariam transferidas para a próxima Assembleia, já agendada para daí a 2 dias.

Na data e hora marcadas, atingido o quorum mínimo, dá-se a abertura dos trabalhos: 1º inscrito , o jovem recém-chegado Doutor – *estive refletindo sobre o ocorrido no final da Assembleia de anteontem. Entre outras constatações, verifiquei que o valor de minha bolsa de estudo era* maior *do que o meu agora salário de Professor Assistente de Tempo Integral na UFMG. Ante isso e outros motivos, proponho continuarmos em greve geral, só retornando quando nossa situação tiver um nível de decência mais aceitável.*

"Frente essa declaração e o já discutido anteriormente, o mais pertinente é enviá-la agora ao nosso *Comando de Greve*, constituído de pelo menos dois representantes de cada Unidade, para que opine sobre o assunto", propõe o Presidente da Mesa (Prof. Elias??) – e assim se fez.

Era considerável a frequência de *indecisos* entre os participantes das Assembleias docentes, diante de questionamentos de discutíveis diretrizes políticas governamentais. Mineira sabedoria! Dizíamos então:

- Um ilustre Faficheiro:

"Parte de nossas (in)efinições poderia ser atribuída a vivências pedagógicas mal fundamentadas ou à necessidade de questionamentos maiores... É, na cotidianidade de professores, alunos e funcionários que a Universidade se constrói".

- Um destacado Biólogo, atuante na área da Licenciatura:

"... a não valorização do profissional da educação, salários aviltantes, precárias condições de trabalho e falta de um plano de carreira são problemas fulcrais que nos afetam."

- Um Professor Aposentado do ICB, na mesma linha dos dois anteriores, alerta:

"Para se ter o que nunca se teve, deve-se fazer o que nunca se fez."

Tônica dessa trinca: Podemos nos ajudar mutuamente na interpretação do dilema de nossos predecessores, conciliar melhor interesses públicos e privados e ampliar possibilidades de construirmos um mundo mais solidário e mais feliz, para nós e os que nos sucederem.

- Desconfio agora: As Assembleias, com todos os seus

percalços nos ajudaram a nos tornar em cidadãos menos omissos.

2.6. Término 1º encontro do Café com Memória.

Pouco antes do encerramento dessa primeira reunião, o autor da presente resenha teve de retirar-se. No momento, o Prof. Elias lia para os demais partícipes, distribuídos em 4 ou 5 mesas uma epígrafe constante de um dos textos – *APUBH, 20 anos,* 1988. p.243.

"A APUBH tem essa dura realidade: terá de abrigar sob o mesmo teto, progressistas, conservadores, anarquistas, oportunistas e alienados de todos os naipes – as duas últimas categorias, dizem, em franca expansão..." Intriga!!

3. Considerações finais.

3.1. Nessa primeira reunião, a meta principal seria identificarem-se situações e/ou pessoas captadas em fotos de diferentes épocas e situações. Cumpriu-se apenas parcialmente tal tarefa.

Num segundo momento, será necessário estendê-la às publicações (Boletins, Informativos, Mosquitinhos e à Revista *Caminhos.*). Através delas, poderemos dar maior significado as nossas ações do passado, pondo-as a serviço da Justiça, da Solidariedade e do Bem Comum. Todas elas, com seus méritos e deméritos poderiam nortear melhor nosso atual quefazer.

O material impresso melhor conservado parece ser o relativo à Revista *Caminhos.* Conferi!! – com exceção do nº13, os demais números de 1 a 29 estavam lá, enfileiradinhos!!

Em geral, a inexistência de qualquer catalogação (cronológica ou de conteúdo) afugenta o eventual interessado em consultar nossos arquivos.

3.2. Melhores momentos. – Que tal editar DVDs ou suportes similares, a partir de fitas, vídeos, etc com os melhores momentos de Assembleias, Atos, Lançamentos, etc ?

3.3. Incentivo à produção. - Estimular a produção de publicações (monografias, artigos, etc, etc) a partir de material dos arquivos da APUBH.

3.4. Publicar a *História Oral do movimento docente – APUBH, 35.* A exemplo do que se fez quando completamos 20 anos. Por falar nisso, que destino foi dado às entrevistas concedidas pelos professores Pedro P. Bessa, Paulo Camargos, Virgílio Baião, Celina C. Oliveira, Beatriz Alvarenga e Hugo Mari?

3.5. Propor uma Comissão Especial para tratar da recuperação do material gravado e filmado.

3.6. Em tempo. - Necessário destacarmos aqui a pertinente intervenção da Profa. Ana Soares, acerca da importância, de não só se identificar e se conservar o material fotografado e gravado, mas também a de determinar-se a autoria deles. São procedentes suas apreensões no relativo ao reconhecimento da paternidade ou maternidade do nosso acervo. Há um direito autoral a ser respeitado.

3.7. Docência e militância política. - A autoridade acadêmica não se transmuta automaticamente em autoridade política e vice-versa. O sucesso de parcela fundamental de altos quadros políticos da administração universitária é, em grande parte, fruto de sua militância nos movimentos discente e/ou docente. Parte substancial da desconfiança dos defensores da pureza acadêmica, em relação aos colegas politicamente engajados, parece ter-se atenuado. Hoje, acadêmicos *essencialmente cientistas* e acadêmicos *essencialmente gestores* começam a ser percebidos não como aberrações, mas como componentes desejáveis da democracia universitária contemporânea.

Uma *razoável gerência* de entidades como a APUBH (e mesmo de setores mais elevados da hierarquia universitária) exigiria um mínimo de conhecimento técnico (digamos, 50 a 70%?), o restante seria *feeling* e jogo de cintura. Um especialista fora de sua especialidade

seria, para alguns, tão ou menos digno de crédito, quanto a maioria de seus contemporâneos. Uns poucos mais céticos desconfiam que não somente a qualidade ou natureza de nossos dirigentes, mas também a de todos nós, está mais para *rapiens* do que para *sapiens*. A conferir?

4. Postscriptums.

4.1. Parece que para os fotografados e gravados de 30 e 20 anos atrás, "eram as palavras que os definia, mas eram sonhos que os alimentava". Que dirão essas fotos e gravações para os que chegam agora? Que incendiários de ontem tornaram-se os conservadores de hoje? Transparece dessa documentação empoeirada, estarem seus personagens ligados por algum traço comum – o do compartilhamento numa grande aventura que daria um sentido mais verdadeiro às suas vidas?

4.2. Magnitude e *Sex-Ratio* da Presidência e das Diretorias.

No período 1977/1999, passaram pela APUBH 12 Diretorias – compostas de 8 a 11 componentes, sendo 9 a frequência mais comum. Desse total, 9 foram presididas por professores do sexo masculino e apenas 3 do feminino. No período 2000/2013, foram 6 as Diretorias – a de 2008/2010, com 6 componentes e as restantes com 9. Com exceção da de 2001, as demais foram presididas por professores do sexo masculino. No total geral, o *sexo ratio* de nossas Diretorias foi até agora 95:66 (sexo masculino / feminino) e o das nossas Presidências, 14:4 (sexo masculino / feminino) - Nossa primeira *Dilma* (Ivana) é de 1985. Surpreendentemente, três Presidências seguidas (período 1995/2001) tiveram assento feminino (Dirlene, Laura e Beatriz). De lá para cá – meninas, *no more*. A que atribuir essa *masculinização* na gerência de nossa entidade? Com a palavra sociólogos, psicólogos e geneticistas – os temos bons na UFMG – para nos explicar quanto de biológico ou de cultural estará envolvido na manutenção desse perfil.

Obs.: À semelhança do discurso dos especialistas do século XIX, de que *braquicéfalos* (cabeças chatas) seriam menos inteligentes do que *dolicocéfalos,* o de que a gestão de entidades para-acadêmicas deva ter predomínio masculino, estaria hoje também totalmente desacreditado.

A questão não é se mais professoras devam ser incorporadas à Direção da APUBH, mas qual a melhor maneira de fazê-lo.

4.3. Que tal discutir o perfil da *razão de sexo* no próximo *APUBH – 35* com seu oportuno similar *APUBH – 20*?

Nota: Na atual Diretoria, Presidente, 1º e 2º Vice-Presidente, Diretor e Vice-Diretor de Finanças e 1º Suplente são do sexo masculino. São do feminino: Secretário Geral, Vice-Secretário Geral e 2º Suplente. O número total de componentes é o da *moda* 06:03 (sexo masculino / feminino). Não mudaram nem o Natal nem a Moda. Por enquanto?

4.4. Durante a reunião, objeto da presente comunicação, o autor fez alguns rápidos comentários sobre o recém-lançado nº 29 de *Caminhos.* Converter, noutra oportunidade, esse *falado* por algo *escrito*, com alto risco de não ser lido?

4.5. Os textos costumam ter um findo. O deste fica a escolha do leitor:

- à mineira, como Drummond:

"... a coleção de retratos, também alguns livros,

cartas, costumes, jeito de olhar, feitio de cabeça,

antipatias e inclinação infalíveis: uma família..."

"... ó Carlito, meu e nosso amigo, teus sapatos e teu bigode caminham numa estrada de pó e esperança..."

- nordestinamente, à la Bandeira:

"O sol é grande. Ó coisas

Todas vâs, todas *mudaves?*

Como esse *mudaves*

Que hoje é mudáveis

E já não rima mais com aves."

- ou à la ENEM:

Alguma dessas alternativas é verdadeira?"

5. Falhas de memória.

Um leitor que teve acesso à edição preliminar deste texto questionou a ausência de uma melhor conceituação dos tópicos abordados: Lapsos de memória? Propositura? Ou Ignorância mesmo? – Concordando triplamente com ele, tentaremos atendê-lo minimamente, ciente de estar aumentando a taxa de tortura do desavisado ou estóico leitor, até aqui chegado.

Memória *é a aquisição, a formação, a conservação e a evocação da informação*. O abordado neste texto está essencialmente centrado nos dois últimos componentes. Literalmente, somos aquilo que recordamos ou lembramos.

O acervo de nossas memórias (e também de nossos esquecimentos) faz-nos ser quem somos e quem poderemos ser – nos converte em *indivíduos*. É por não sabermos viver satisfatoriamente em isolamento que nos enturmamos. A necessidade de interação leva-nos a construir instrumentos de comunicação, necessários ao nosso bem estar e sobrevivência. Sentimo-nos mais confortáveis se nos imaginarmos aprovados por outras pessoas, e, mais ainda se com elas compartilharmos memórias e estórias comuns.

A identidade de povos, países e civilizações provêm de suas memórias comuns, de suas estórias. Minas é Minas porque nos lembramos de seres ou coisas mineiras: Tiradentes, Silvério dos Reis, Inconfidência, Aleijadinho, Drummond, Juscelino, etc, etc... Marília de Dirceu, Henriqueta Lisboa, Transferência da sede do Governo Mineiro para BH, Nhá Chica do Baependi, Bárbara Heliodora... as Três Mulheres do Sabonete Araxá... etc, etc.

A UFMG é a UFMG por causa da atuação de seus Dirigentes (Reitores, Diretores, Chefes de Departamento...), de seus Professorado e Alunado, de seu Corpo Administrativo e também de suas Associações Docente, Discente e de Servidores. Esse conjunto, além de outras forças, moldaram nosso perfil nesse piscar de tempo – um quase nada no que já foi e no que ainda será.

Estamos aqui a relembrar acontecimentos. A lembrança, porém, não é igual à realidade. A memória do perfume duma rosa, não a traz de volta; a do emocionante discurso do saudoso companheiro fixado nesta foto, também não. Costumamos traduzir imagens, conhecimentos e pessoas em palavras. Estas, com o passar do tempo, acabam também se esmaecendo ou igualmente se perdendo. Nossa compreensão do percurso:

Realidade da experiência > Formação da memória > Evocação

é muito precária. Há algo de prestidigitação na arte de *construir memórias*, de *transformá-las*, de *conservá-las* e de *revertê-las* ao mundo real. Há também algo de magia na, às vezes nobre, arte do esquecimento.

Por que nossa reverência por essas fotos e essas palavras escritas ou faladas? Talvez, no íntimo acreditemos elas nos inspirem a fazer melhores escolhas, inclusive na tentativa de construir futuros alternativos mais decentes.

- Valeu a pena viver esses momentos, estarão alguns a dizer.
- Deixemos as palavras dormirem seu merecido sono em estado de dicionário, retrucam outros.
- Louvável a iniciativa do registro das suas memórias, ora empreendida pela APUBH, concordamos todos.

6. Lembrete necessário?

Vergonhoso nosso *esquecimento* dos frequentemente mal cuidados

remanescentes da nossa flora e faunas urbanas! Os papéis que poderiam ser desempenhados, por exemplo, pelos chamados *lotes ou espaços ainda vagos* (captação de CO_2, produção de O_2, regulação de temperatura, de águas pluviais ou de outras formas de vida, etc, etc...) torna-os merecedores de tratamento mais condizente.

A opção de neles, apenas se erguerem grandes prédios (*verticalização*) , está gerando indesejáveis subprodutos (desorganização do trânsito, aumento das poluições sonora, térmica e visual, alagamentos e enchentes, além de outras mazelas), num processo que já criou, inclusive, neologismos – *buritização* é um deles. Diagnóstico possível dos portadores dessa síndrome: predomínio de mentalidades asfálticas e de cérebros ou corações de concreto no entrevero *cavalcantis versus cavalgados*.

A decisão de verticalizar-se tem um componente ético e político. A que mentalidades e interesses essa maneira estreita de encarar a vida pode estar a serviço? Alguma discussão sobre o impacto que, mais cedo ou mais tarde, essas intervenções trarão ao bem estar do bairro ou da cidade? Relacionado a este item, nos acena a próxima cobrança do IPTU – 2013. Os otimistas festejam as chances de *estagnação*, os demais deploram as possibilidades de *mais retrocessos*.

Finalmente, entre muitas, duas proféticas pérolas garimpadas nos guardados da APUBH:

> "A Serra do Curral tinha um horizonte belo.
>
> Os homens acharam que horizonte é palavra bonita.
>
> E multinacionalmente levaram o substantivo e a Serra."
>
> "E o destino da nossa Pampulha
>
> Será o de Copacabana, entretanto sem o mar..."

Para uma discussão mais ampliada deste item, vide CARVALHO, ou simplesmente exclamar como um daqueles dos anos 70: *Pluft, Plaft, Zoom , desse jeito não chegaremos a lugar nenhum.*

7. Agradecimentos e desculpas.

Um inaceitável, mas explicável, lapso de memória levou o autor a não creditar devidamente os generosos préstimos:

- ao tolerante Setor de Jornalismo da APUBH, principalmente à D. Simone Melo ;
- à digitadora Flávia Herlanin, virtuose convertora do calígrafo e do falado para o eletrônico;
- ao percuciente apontar de imprecisões e lapsos pelo Prof. Elias Jorge;
- à Lucas Daian , pela gentileza da cessão de foto enriquecedora deste texto;
- à *Digital Fotos & Impressões,* pela recepção e envio das mensagens de um desajeitado *analfabyte* ;
- A todos nossos sinceros agradecimentos.

"As lembranças são assim mesmo: saem pelas metades, quebradas, doídas, confusas...", ansiosas por abrir as portas da memória, nos alerta um nosso amigo.

> "Daqui prá frente
>
> Tudo poderá ser diferente..."

Que BH e adjacências produzam mais e melhores frutos e freiem-se a criação de crateras e espigões.

Felizes Natal e Ano Novo, que estão aí, batendo à porta.

Posologia – Considere o Leitor, este texto um Brinde de Natal. Dependendo do seu grau de tolerância, tome-o:

- na dosagem inicialmente prevista (leitura de apenas os itens de 1 a 4);
- na sua totalidade;
- ou melhor ainda, simplesmente concordando com as recomendações

do 1º parágrafo do item 2.3.

Atenção: ele contém pequenas doses de açúcar e de veneno, devendo ser usado com cautela por leitores mais sensíveis.

Belo Horizonte, novembro 2012.

PS. do Leitor – Alguém, com acesso ao texto acima, declarando-se da categoria *sensível*, solicita alguma consideração biológica, acerca, não só da escolha de dirigentes e moradias, mas também do *verticalista compulsivo*. Tentaremos: Somos produtos do mesmo processo evolutivo que permitiu a permanência dos demais seres vivos na face da Terra. Fomos selecionados para viver em grupos de 40 a 80 membros, acompanhando o ciclo do sol e aspirando a obter alimento e procriação mais eficazmente. Mudaram-se os tempos. Agora são contas a pagar, e imagem, e carreira a manterem-se: tornamo-nos mais sedentários e mais obedientes ao *timing* dos relógios que ao do sol. Resultado: aumento das taxas de depressão e de doenças cardiovasculares, entre outras.

A estrutura social e hierarquizada, por nós desenvolvida, possibilitou-nos explorar de modos mais eficientes o desenvolvimento da *cooperação*, principalmente para a aquisição de alimentos e de abrigos confiáveis. Um subproduto desse processo foi nos tornarmos mais hierarquizados, mais competitivos e mais egoístas, em relação aos outros seres vivos, inclusive os da nossa própria espécie. O exemplo dos Maias e dos habitantes da Ilha da Pascoa adverte-nos para a confiabilidade das soluções implementadas pelos seus *inspirados* gestores. Alguns deles, verdadeiros sociopatas, eram incapazes de expressar quaisquer sentimentos mais amistosos em relação aos seus súditos ou vizinhos .

Ao nos envolvemos no mundo da gestão pública e dos grandes negócios podemos ascender meteoricamente, porém frequentemente à custa de condenáveis distorções. É discutível o papel dos gens e da educação no desenvolvimento deste comportamento. Para alguns, a hipótese de que uma fração substantiva da população seja geneticamente predisposta a envolver-se em coisas como *verticalização compulsiva*, a uma espécie de *nostalgia pela perda de arbóreas copas*, não está de todo descartada. Para outros, tratar-se-ia de uma *nova mutação* – uma das muitas, "cada vez mais frequente neste nosso planeta poluído e carcinogênico".

- Ah! Quanto ao *verticalista compulsivo e não confiável...* Talvez ele seja assim, em parte devido aos seus gens e em parte a fatores culturais. O mesmo acontece conosco, em relação a qualquer outra característica, como *ser reacionário ou liberal, cordial ou enfezado*, por exemplo.

A disposição para cometer atos antissociais (*mentir, roubar, torturar, degradar, depredar o meio ambiente*, entre outras) é parcialmente hereditária, sendo porém preferencialmente expressa em certas circunstâncias. Em alguns casos, comportamentos atípicos podem ser produtos de lesões cerebrais ocorridas na infância. Nem sempre podemos culpar os pais, a Escola ou a Sociedade por eventualmente termos um *coração de trevas*.

Para estudantes e professores, uma boa dose de Genética, Evolução , Ecologia e Psicologia nos seus currículos os ajudariam a compreender melhor o que são e o que poderiam ser.

Como minimizar essa má praxe, posta a serviço de interesses discutíveis de políticos e empresários *insensíveis?* O remédio, até agora melhor encontrado, para corrigir estas distorções chama-se *Democracia,* de uso ainda muito precário em nosso meio. Tudo se passa como se radicais defensores da verticalização obliquamente se comportassem, indiferentes à possibilidade da ocorrência de algo longitudinal...

Estávamos, inicialmente, falando mesmo de que? De algo não merecedor de evocação ou necessitado de outra versão?

Dois pitaquinhos sobre decisões coletivas.

As culturas acadêmicas não são barreiras inexpugnáveis. Elas são permeáveis, evoluindo sob a pressão de grupos concorrentes. Lembramos aos alérgicos de Assembleias Gerais que decisões coletivas, apesar de todas suas imperfeições, costumam ser mais facilmente implementadas do que as advindas de um iluminado recluso. Um conjunto de mentes interconectadas tem mais força do que a de uma só, isolada. Acordos coletivos nos ajudam, sem conflitos maiores a lidar com os imprevistos. As Assembleias Gerais podem ser consideradas à luz de duas metáforas:

- a *epidemiológica*, as vê como *veículos de contaminação* – novas ideias costumam disseminarem-se à maneira de doenças contagiosas, como gripe ou sarampo;
- a *evolucionista*, considera o aceite de inovações como adaptações às vicissitudes da geografia e da ecologia.

...Os eurasianos conquistaram o mundo não porque fossem mais inteligentes ou melhor assessorados pelos deuses, mas por aproveitarem mais sabiamente o princípio de que "muitas cabeças pensam melhor do que uma só". A cultura da Grã-Bretanha, por exemplo, é uma coletânea de invenções reunidas ao longo de milhares de quilômetros e anos: cereais e escrita alfabética proveniente do Oriente Médio; pólvora e papel da China; cavalos domesticados da Ucrânia etc , etc... As culturas isoladas da Austrália, da África e das Américas tiveram de se virar com o disponível localmente. Resultado: não foram páreo para seus conquistadores pluralistas.

O papel desempenhado pelas Assembleias Gerais na APUBH, em particular, ou na UFMG, como um todo, no período 1977-1997, é discutido em várias passagens de Maia & Menezes. O que o tempo fez e faz com a gente? É possível deslanchar uma revolução politica pacifista com consumistas , exploradores e idealistas convivendo harmonicamente? A parceria da APUBH com a TV BH NEWS, canais 09 (NET) e 29 (UHF), atreves do Programa Interconexão Brasil, idealizado pelo Prof. Domingos Giroletti é uma das respostas possíveis a esta questão. Maiores detalhes: *Jornal da APUBH* . Ed. 33, 07/2013, p.17-19.

Uma palavrinha final aos:

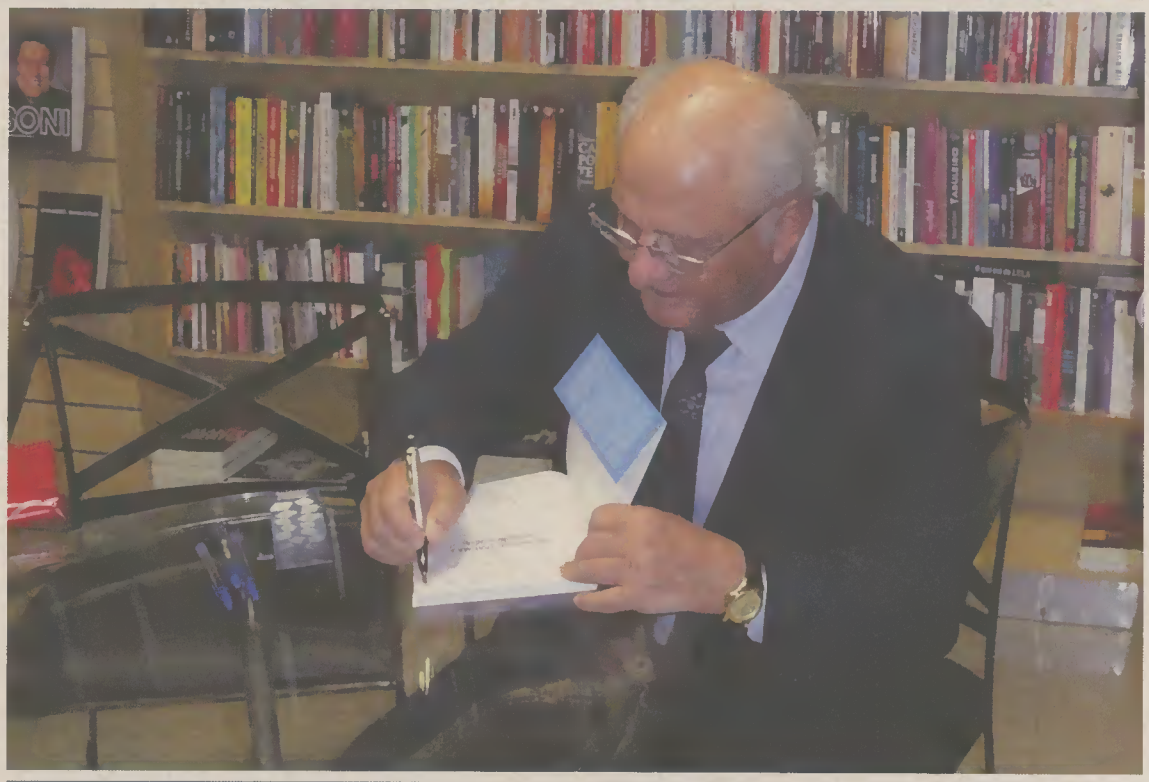
- chamados *vândalos*: indignemo-nos , mas sem perder a ternura !
- dirigentes políticos: deixem de matar nossas esperanças de melhorias na educação , na saúde e na habitação!

Esperamos que a estória abordada no presente texto contribua para outras estórias ou histórias que ainda estão por vir. Tem razão o Maestro Soberano:

Fundamental é mesmo o amor

É impossível ser feliz sozinho.

Sebastião Abrão Salim



Professor Convidado do
Departamento de Assistência
Mental da Faculdade de Medicina da
Universidade de Minas Gerais

Psicanalista da Sociedade Psicanalítica do
Rio de Janeiro e do Grupo de Estudos
Psicanalíticos de Minas Gerais
Ex-Presidente da Sociedade Brasileira de Médicos
Escritores – MG (2007–2008)
Membro Titular da Associação
Brasileira de Psiquiatria.

O perfil psicológico de João Guimarães Rosa e sua obra literária

"... A gente nunca deve declarar que aceita por inteiro o alheio – essa que é a regra do rei!".

Guimarães Rosa, Grande Sertão: Veredas[1] p.23.

Foto: Arquivo Pessoal

Introdução

Escrever sobre o perfil psicológico de João Guimarães Rosa, e relacioná-lo à sua obra literária requer conhecimento de sua pessoa, história pessoal, assim como conhecimentos de Psiquiatria e Psicanálise.

Penso ter reunido estes conhecimentos para esboçar uma tentativa para relacionar sua escrita ímpar, quanto ao estilo literário e conteúdo, e seu perfil pessoal. Não fez ciência com as letras e as palavras, fez arte, arte pura e ímpar, ao narrar com beleza e originalidade a vida de pessoas com costumes, hábitos e linguagem primitivos.

Certamente, haverá discordâncias. Ainda bem que é assim, porque elas darão oportunidade para questionamentos que alongarão os meus.

Reconheço que é uma tentativa ousada navegar nesse oceano vasculhado pela pena de especialistas jubilados. Impele-me meu jeito curioso de buscar unir Psicanálise e Literatura e meu especial arrebatamento pelo imenso mistério que envolve o universo de Rosa, flutuando no místico, no fabuloso e no fantástico. Desfila em sua obra, de forma livre, uma fascinante imaginação exercitada desde a infância e o faz com originalidade ímpar. Desvencilha-se de paradigmas e utiliza a regrada intuição imaginária para saltar em busca de novo estilo literário, deixando marcas pessoais para além do universo convencional da Literatura.

Vou tentar me abeirar de sua pessoa com discrição e respeito, hoje quase mito, tão enigmático, de acordo com Andrade[2], outro poeta maior. Este poetizou:

Um chamado João

"João era fabulista?

Fabuloso?

Fabula?

...

Um estranho chamado João

para disfarçar, para farçar

o que não ousamos compreender?

...

João era tudo?

tudo escondido, florindo

como flor é flor, mesmo não semeada?

...

Por que João sorria

se lhe perguntavam

que mistério é esse?

...

Ficamos sem saber o que era João

e se João existiu

de se pegar.

Silva[3] escreveu: "João Guimarães Rosa, bardo do Brasil, inventor de mundos, a nossa *Paidéia*, o nosso Homero. Curiosamente, ao mesmo tempo eu o conhecia e não conhecia. Um pensamento rápido aumentou aquela visão singular: Deve ser alguém que acabou de descer de um disco voador". (p.59)

Esse é Rosa. Indefinível, indescritível, estranho. Muitos leitores sentem dificuldade de adentrar sua obra ao primeiro contato, do mesmo modo como se sentem diante de uma criança especial que tem o olhar desviado e maneirismos atípicos, os quais tornam difícil o entendimento da comunicação. Alegam dificuldade para entender a escrita diferente, mesclada de palavras desconhecidas, neologismos e do relato da vida burra dos deserdados da sorte, que compõe o conteúdo dos contos: os pobres, os loucos, as prostitutas, os analfabetos, os alcoólatras e outros.

Muitos se vão, deixando-o para trás. Parecem justificados, sejam adolescentes, jovens, adultos e senis.

No livro **Cadernos de Literatura Brasileira: Instituto Moreira Sales**[3],

há uma citação do próprio Rosa sobre seu conhecimento da dificuldade desses leitores: "Os livros saíram-se necessariamente desabusados, 'no peito e na raça', e involuntariamente polêmicos. A respeito deles, tenho tido motivos de alegria, e não de queixa. Tiveram sorte. (...) (Bem, às vezes, também, acho que eles são um pouquinho ilegíveis ou incompreensíveis, isto é verdade (...). De qualquer modo, porém, trata-se de uma obra... – como diremos? – crespa, rumorosa, incomoda". (p.87)

Por outro lado, há os leitores afinados com sua obra, como me considero hoje, depois de compreendê-lo melhor como pessoa. Detectam a narrativa recheada de poesia, de cultura, de sabedoria, de reflexão existencial, de humor, de esperança, de realismo da vida dos personagens - vivida na desigualdade da força e do poder, da riqueza e da miséria, da vulnerabilidade à morte devido à carência de recursos médicos, da entrega à religião e ao místico, que escraviza, das diferenças do convívio entre homens brutos em meio à delicadeza do amor entre Riobaldo e Diadorim.

A essência de sua obra clama pelo sensório, por olhos e por ouvidos abertos, atentos para a sonoridade da palavra. Talvez daí o conselho de entendedores para ser lido em voz alta. Sua escrita é matéria em extinção, como a flora e a fauna do seu sertão.

Queria ter outra vida para começar a lê-lo na minha juventude. Certamente me formaria outro em sua companhia. Foi uma conquista recente, garimpada com bateia fina, acredito, devido meus traços autistas. Esses tendem nos opor ao conhecimento do não eu, do desconhecido, do estilo diferente de uma linguagem original.

Para ilustrar essa perda da leitura precoce de sua obra, em rápida espiada, vou pinçar alguns fragmentos relativos apenas à poesia em sua obra.

Magma[4]

- noite sem bordas;

- pesadelos agachados;

- pavores dormindo pelos cantos;

- a tarde subiu do chão;

- porque a água dos olhos nunca tem sono.

Sagarana[5]

- no fundo do mundo;

- coçou calor, e ai teve certeza da sua própria existência;

- olhos mornos;

- uma pressa sem caminho;

- babou muita água dos olhos;

- vida funda;

- pôs sua pessoa nos olhos;

- E, com isso, deixaram todos de caber no dia, que rodou e se foi, redondo e repleto com a tarde a cair rente, uma tarde triste de tempo frio;

- uma vontade sem calor no corpo, só pensada;

- ternura gostosa, que vinha até ao mais dentro, parecendo que a gente ia virar uma chuvinha fina;

- para o sono montado num sonho bonito.

Grande Sertão: Veredas[6]

- Em Diadorim, penso também – mas Diadorim é a minha neblina...;

- Diadorim, duro, sério, tão bonito, no relumbre das brasas;

- Quase que a gente não abria a boca; mas era um delem que me atirava para ele – o irremediável extenso da vida;

- Era como se eu tivesse de caçar emprestada uma sobra de amor;

- Suasse saudade;

- Um ainda não é um: quando ainda

faz parte com todos;

- Viver é um descuido prosseguido;

- Vida muito esponjosa;

- na sombra de amor; no viver tudo cabe; o sertão é do tamanho do mundo;

- De manhã com uma braça de sol, ele chegou;

- Reproduzi de mim outro fôlego;

- Guardei os olhos, meio momento, na beleza dele... ;

- arriando para um desânimo;

- Ah, naquela hora eu gostava dele na alma dos olhos... ;

- Me cochichou de mão em concha.

Miguilim[7]

- Da viagem, em que vieram para o Mutum, muitos quadros cabiam certos na

memória;

- Corda-de-vento entrava pelas gretas da janela;

- Porque a alma dele temia gritos;

- e não pegava de ver a ponta do sono em que se adormecia;

- Sem tempo mais, sem o solto do tempo;

- a gente ficava logo gostando daquele menino das palavras sozinhas... ;

- Miguilim pegou na mãozinha morta dele. Soluçava de engasgar, sentia as lágrimas quentes, maiores do que os olhos;

- Procurava, procurava, nas distâncias, nos escuros da cabeça, ia se lembrando, ia se achando;

- Miguelim tinha as tempestades;

- O Ditinho está em glória;

- Sua alma, até ao fundo, se esfriava.

Pode-se ver nesses espasmos de beleza a sensibilidade de Rosa para detectar a nuance do mundo interior e exterior dos seus personagens, muitas ele mesmo, com o primado da originalidade, da delicadeza e da sabedoria.

Como expresso, neste ensaio vou tentar estabelecer uma relação entre sua pessoa, seu perfil psicológico e a natureza de sua obra.

A pessoa de Rosa

Vilma Guimarães, sua filha, na conferência pronunciada em Belo Horizonte (2008), por ocasião do lançamento do busto de seu pai no Palácio das Artes, descreve-o como homem discreto, tímido, emotivo, guloso e voltado para o trabalho e a Literatura.

Em sua história pessoal há evidências de que recebeu carinho no ambiente familiar, como testemunham aqueles que viveram com ele, como o tio Vicente, companheiro da infância até a morte, e sua prima Eni Guimarães, com quem eu convivi alguns anos e ouvi muitas histórias.

Segundo tio Vicente[8], Rosa apresentou desde cedo comportamento diferente das outras crianças de seu círculo pessoal. Tinha a tendência para o **isolamento**, talvez mais pronunciada na infância. Em citação no livro de tio Vicente, *Joãozito*[8], Rosa escreveu: "Não gosto de falar da infância. É um tempo de coisas boas, mas sempre com pessoas grandes incomodando a gente, interferindo, estragando os prazeres. Recordando o tempo de criança, vejo por lá um excesso de adultos, todos eles, mesmo os mais queridos, ao modo de soldados e policiais do invasor, em pátria ocupada. Fui rancoroso e revolucionário permanente, então. Já era míope, e nem eu, ninguém sabia disso. Gostava de estudar sozinho e de brincar de Geografia. Mas tempo bom de verdade, só começou com a conquista de algum isolamento, com a segurança de poder fechar-me num quarto e trancar a porta. Deitar no chão e imaginar estórias, poemas, romances, botando todo mundo

conhecido como personagem, misturando as melhores coisas vistas e ouvidas". (p.39)

Testemunha tio Vicente no mesmo livro: "Menino diferente foi: sossegado, caladão, calmo, observador, singelo. Lia muito, estudava... Brincar, raramente, depois que descobriu a leitura...". Continua: "Fora desses citados fatos confirmados pelo autor, outros seus prazeres encontrava o menino era mesmo junto do livro ou brincando sozinho, ou colecionando insetos e estudando plantas". Prossegue: "Ao relembrar infância essa tão divertida, imaginosa e tranquila, no isolamento seu, maravilhoso, ele termina o escrito prometendo compor pequeno tratado de brinquedos para meninos quietos, o que, infelizmente, não chegou a fazer". Continua: "Por seu maior gosto era sozinho que brincava, sem incomodar ninguém. Com outras crianças, muito pouco, quase nunca". (p. 27, 32, 33, 38)

A **leitura era um hábito.** Escreveu tio Vicente[8]: "Brincar, raramente, depois que descobriu a leitura. Separá-lo de um livro era difícil, até para as refeições. Nem nunca precisava lhe mandassem estudar. Contrariamente, ralhavam-lhe para deixar o livro"... "Seu pai, de bom coração, mas rude, não compreendia um menino, no seu entender já marmanjo, que só vivesse de livro nas mãos, vagabundo assim sendo, sem procurar o de-que-fazer. Muitas vezes Joãozito foi punido pelo pai para deixar o livro e caçar serviço". (p.39)

Apegou-se às letras, às palavras e aos idiomas, tinha enorme facilidade no trato com todos.

Rosa escreveu, conforme citado[3]: "Lá, em Minas Gerais, quando com 9 anos de idade, muito espantei os meus, ao comprar, por mim mesmo, uma gramática alemã, para estudá-la, sozinho, sentado à beira da calçada, nos intervalos, de jogar, com outros meninos, *foot-ball* de rua. Só foi isso por inato amor às palavras recortadas de exatas consoantes: tais como *kraft* e *sanft, welt* e *walt,* e *gnade, e haupt e schwung* e *schmis".* (p.10)

Continua descrevendo-se, conforme o livro *Joãozito*[8]: "Falo: português, alemão, espanhol, italiano, esperanto, um pouco de russo; leio: sueco, holandês, latim e grego (mas com dicionário agarrado); entendo alguns dialetos alemães; estudei a gramática: do húngaro, do árabe, do sânscrito, do lituânio, do polonês, do tupi, do hebraico, do japonês, do tcheco, do finlandês, do dinamarquês; bisbilhotei um pouco a respeito de outras. MAS TUDO MAL. Eu acho que estudar o espírito e o mecanismo das outras línguas ajuda muito a compreensão mais profunda do idioma nacional. Principalmente, porém, estudando-se por divertimento, gosto, distração". (p.54, 55)

Tio Vicente[8] ainda relata o modo idiossincrásico de o sobrinho ler: "Sua posição predileta para a leitura era sentado no chão, de pernas cruzadas, a modos de Buda, com o livro aberto sobre as pernas, curvado até bem próximo deste e com dois pauzinhos nas mãos, batendo sobre as páginas, ora um, depois o outro, compassadamente, em ritmo variado, ligeiro ou mais lento, conforme na leitura se movesse o pensamento. Quando não tinha a seu alcance os tais pauzinhos de consciente primazia, pegava pedaços de jornal ou de outro papel qualquer, enrolava-os bem finos e durinhos, como só ele soubesse, e com estes satisfazia o cacoete. Se nenhum papel obtinha, seus dois indicadores destacados, ajeitados em posição, de substitutos serviam para bater sobre as páginas o compasso da leitura. Hábito esse só deixado anos muitos após, e ainda, por demais tempos, subconscientemente lembrado e executado, já apenas com enrolados de papel". (p.29)

Tinha o costume de **fumar muito**. Rosa confessou ao amigo Paulo Dantas, conforme citado[3]: "[...] também estive mesmo doente, com apertos de alergia nas vias respiratórias; daí tive de deixar de fumar (coisa tenebrosa!) e, até hoje (cabo de 34 dias!), a falta de fumar me bota vazio, vago, incapaz de escrever cartas, só no inerte letargo árido dessas fases de desintoxicação. Oh coisa feroz.

Enfim, hoje, por causa do Natal chegando e de mil-e-tantos motivos, aqui estou eu, heroico e pujante, desafiando a fome-e-sede tabágica das pobrezinhas das células cerebrais. Não repare". (p.37)

Costa[3] escreveu: "Fumante inveterado, com vida sedentária, excesso de peso e de trabalhos, e ainda sob tensão, Rosa começa a apresentar problemas de saúde, e se vê obrigado a parar de fumar (com várias recaídas posteriores)". (p.37)

Segundo relato da filha Vilma Guimarães na citada conferência, durante os bombardeios à cidade de Hamburgo durante a II Guerra Mundial, seu pai se viu sem cigarro no quarto e saiu de pijamas para comprá-lo, ocasião em que uma bomba devastou parte de sua casa. O hábito teria salvado sua vida.

Gostava demais dos animais. Tio Vicente[8] escreve: "Os animais enfeitaram de alegria a vida desse menino diferente. Aves, quadrúpedes, símios, quelônios, insetos, aracnídeos, anuros, batráquios, ofídios, e tantos quantos restantes outros muito lhe serviram de satisfação e divertido estudo"... "ora lidar com insetos, que observa atento e com eles se divertia. Dentre esses, a formiga o entretinha horas extáticas, mais que outro qualquer." Prossegue: "Perseguindo os tais (pirilampos) em correria alegre, pegava alguns para realizar a principal brincadeira. Colocando o vaga-lume de costas na calçada, gritava-se imediato, ordenando-lhe: "Salta, moleque". Ele, obediente, reviravolteava-se num salto completo, caindo com as patinhas no chão...". Rosa amava animais. Criador de gatos, entusiasmado e amoroso com paciência, amador apenas. Os últimos seus bichanos foram Tout-petit, Xizinho e Boizinho. Um cachorrinho pequenês felpudo, o Sung, carinhoso amiguin, morreu. Desolação. Enterrado no cemitério de Cães, em Mangueira. Na lápide apenas: Sung, Sunguinho de Deus". (p.30, 32, 37, 36)

Rosa, conforme mencionado[3] escreveu: "Levantei, sem despertador, só com a cortina aberta e o chamado de Ângela [que trabalhava em sua casa], às 8hs. 30'. O tempo que fiquei na cama, foi quase que voluntariamente. Alegra-me que esteja mais quente, um pouco, hoje. Xizinha não tinha querido comer. Fico bem um quarto de hora com ela no braço. Ronrona, ronrona. Ângela diz que ela teve saudades de mim, durante a noite. Levo-a à janela que dá para a rua: seu "cineminha". Leve, quentinha, cheirosa, é como meu coração externo, contra meu peito. Sua curiosidade infantil para com os automóveis. Amorzinho. Felpudo. Sempre se interessa". (p.17, 26)

Relata tio Vicente[8]: "Armar alçapões para apanhar sanhaços – e depois tornar a soltá-los. Que maravilha! Puxar sabugos de espigas de milho, feito boizinhos de carro, brinquedo saudoso: atrelar um sabugo branco com outro vermelho, e mais uma junta de bois pretos – sabugos enegrecidos ao fogo. Prender formiguinhas em ilhas, que eram pedras postas num tanque raso, e unidas por pauzinhos, pontes para formiguinhas passar. Aproveitar um fiozinho d'água, que vinha do posto das lavadeiras e mudar-lhe duas vezes por dia o curso, fazendo-o de Danúbio ou de São Francisco, ou de Sapakral-lal (velho nome inventado) com todas as curvas dos ditos, com as cidades marginais marcadas por grupos de pedrinhas, tudo isso sob o vôo matinal das maitacas de Nhô Augusto Matraga, no quintal". (p.30)

Rosa era um **perfeccionista.** Escreveu[3]: "Rever qualquer texto meu, já de si, é qualquer coisa de tremendo, porque o meu incontentamento é crescente, a ânsia de perfectibilidade, fico querendo reformar e reconstruir tudo, é uma verdadeira tortura. Por exemplo, dir-lhe-ei que as 5 edições do *Sagarana* são todas diferentes, refeitas, remodeladas, remexidas. Por fim, para ver se eu deixava isso de lado, e me voltava para escrever outros e novos livros, o meu Editor, José Olympio, mandou matrizar ou estereotipar a composição, guardando-a nos chumbos, e impedindo-me assim, de permanecer na classe de Danaide ou Sísifo". (p. 40)

Em outra passagem: "O capiau está mais

certo: com o vocabulário involuntariamente escasso de que dispõe, gosta da ostentação, de opulência, de beleza, de inventar nomes. Para os defeitos de seus cavalos e as cores dos seus bois, dá-se a um luxo incrível de termos exatos, marcando as mínimas gradações. Gente esperta!". (p.190)

Tinha **medo do contágio.** Escreve tio Vicente[8]: "Menino nojoso também foi. Enojava-se de tudo que não lhe parecia muito limpo. Dizia seu pai que o filho era cheio de nica, niquento, e, muitas vezes, enérgico rudemente, o obrigava a comer aquilo que não queria, lhe repugnava. O menino vomitava em seguida. E muitos sojigões e petelecos levou nesses ensejos". Prossegue: "Em casa dos outros, antes da mãe aceitar, nada não comia, qualquer fosse a quitanda ou o doce oferecidos. Confiava em D. Chiquitinha, que sabia ser exigente na limpeza e tinha muito medo de doença. Café e água ou refresco não aceitava de qualquer jeito, suspeitando que a xícara ou o copo estivessem mal lavados". Continua: "Quando sua irmãzinha Maria Izabel morreu de difteria laríngea, o aterrorizante crupe, ou garrotilho, como muitos o chamavam de preferência, o menino ficou apavorado e não mais de seu quarto quis sair, tanto e tal medo tinha de contaminar-se. Seus pais, procurando tranquilizá-lo, mudaram alguns dias para a Chácara, anterior residência de meu pai, onde eu nasci. "E Joãozito somente para a casa voltou depois de desinfetada, cheirando a lisol, fortemente". (p. 33, 34, 35)

Por fim, desde criança, apresentava comportamento ditado pela **insuficiência física** que incluía a miopia diagnosticada tardiamente, em contraste com o elevado cociente intelectual.

Existem relatos do tio Vicente[8] sobre os períodos de férias, quando ambos voltavam de Belo Horizonte para Cordisburgo: "Joãozito, dito e repetido, um menino acomodado foi. Pouco se tem para contar dele em férias.. Brinquedos, brincadeiras quase nada. Sua atividade maior, constante, fatal, era a leitura. Depois disso, a organização de seu museu de insetos e folhas secas... Ao futebol também jamais pertenceu. Nenhuma atenção". (p.65)

Costa[3] testemunhou: "Conheci-o já doente e sempre preocupado com sua saúde. As pessoas que não lidavam com ele na intimidade mal se apercebiam disto porque ele era uma pessoa viva e exuberante, com explosões de alegria quase infantil, com o seu riso de menino divertido. Ele tomava parte com energia e entusiasmo nos debates públicos, revelava-se cheio de vitalidade. Todavia, tudo isto parecia depois esgotá-lo. Guimarães Rosa alheava-se então do que se passava à sua volta e dava impressão de querer poupar-se". (p.40)

Esse autoconhecimento, talvez o tenha levado a adiar a posse na Academia Brasileira de Letras.

O perfil psicológico de Rosa

Nesse ensaio seguirei a linha de Freud[9], quando escreveu sobre Leonardo Da Vinci: "Quando a pesquisa psiquiátrica, que geralmente se concentra em usar pessoas comuns como material de estudo, se aproxima de alguém que figura entre os expoentes da raça humana, não o faz pelos motivos que tão frequentemente lhe atribuem os leigos. O seu objetivo não é 'denegrir os brilhantes e arrastar na lama os sublimes'(Schiller) (...)". (p.59)

Meu propósito é enaltecer sua pessoa e sua obra, como ímpares. Como afirmei, só ele poderia escrever como escreveu, de forma tão original sobre a vida de homens vestidos com a cultura da terra onde viveram - o sertão mineiro - e como viveram, isto é, sem o cuidado da civilização.

Essa tarefa fica facilitada pelas afirmações do próprio Rosa mencionadas[3]: "é impossível separar minha biografia da minha obra. Veja, sou regionalista porque o pequeno mundo do sertão (...), este mundo original e cheio de contrastes, é para mim o símbolo, diria mesmo o modelo de meu universo". Em seguida: "Meus personagens, que são sempre um pouco

de mim mesmo, um pouco muito, não devem ser, não podem ser intelectuais, pois isso diminuiria sua humanidade". Conclui: "Os livros são como eu sou". (p. 86, 89, 92)

Suas características pessoais mencionadas configuram, segundo meus estudos interdisciplinares entre a Psicanálise, a Psiquiatria, a Neurobiologia e a prática clínica, que Rosa tinha uma personalidade autista. Essa não é reconhecida pela Psiquiatria do mesmo modo como acontece com as personalidades obsessivo-compulsiva e esquizoparanóide. Todas três não constituem entidades psicopatológicas. São apenas indicação de que seus portadores apresentam predisposição para o que seria, de forma doentia, o autismo, a neurose obsessivo-compulsiva e a esquizofrenia.

A personalidade autista foi estudada principalmente por Tustin[10] e Ogden[11], dois importantes psicanalistas. Eles a remetem à etapa do desenvolvimento do ego, quando ainda não se pode falar em relação sujeito-objeto e a noção de estar existindo do ser é dada por autogeração de sensações sensoriais a partir dos elementos do próprio corpo em contato com suas superfícies sensoriais, principalmente a pele. Esse recurso é revelado pela ultrassonografia fetal que mostra o feto chupando o dedo ou tocando as orelhas e os órgãos sexuais com as mãos.

Segundo esses autores, o feto pode ficar fixado nesses pontos de desenvolvimento e nascer com idiossincrasias que os acompanham por toda vida, tais como desenvolvimento exacerbado de dons, habilidades, lentidão ou exacerbação dos movimentos motores. Pode haver acentuação de um ou mais sentidos relacionadas ao paladar, ao tato, à visão, ao olfato, à audição e ao equilíbrio sinestésico. Seus portadores tornam-se exímios testadores de vinhos, comidas, perfumes e outros elementos como os sons, as cores, os números, as linhas geométricas e as letras.

Entre seus representantes ilustres podemos citar Beethoven e os sons musicais, El Greco e as nuances de cor, Jean-Louis Grenouille e seu senso apurado para perfumes eternizado no romance de Süskind *O perfume: história de um assassino*, matemáticos, físicos, e outros. Minha hipótese é que Rosa se inscreve entre esses pela sua relação com as letras e seus sons.

Munido desses conhecimentos procurei dados referentes à sua gestação, nascimento e os primeiros tempos de vida com familiares e biógrafos. Embora extensa a pesquisa, não consegui documentar evidências indicativas de traumas no seu desenvolvimento, mas isso é comum acontecer na clínica. Muitas vezes, só se chega á eles por meio de sintomas e sinais presentes ou por meio dos sonhos, testemunhas reais de nossa vida psíquica.

Considero o **isolamento pessoal** um aspecto central dessa personalidade. Constitui uma resposta biológica reflexa de defesa da vítima de um trauma para tentar prolongar a vida mediante um retraimento em si mesmo. Esse recurso gera uma maneira própria de ser e de agir. O Ser se torna seletivo, tanto nas escolhas como nos comportamentos. Nada entra, nada sai do seu ordenamento próprio sem um escrutínio meticuloso. Quando entra, ainda assim, dispara avisos de alarme, como se a sobrevivência estivesse em risco. Cresce intocável e o novo é habitualmente afastado ou se afasta dele. Dota-o com graus diferentes de confiança no continuar existindo sem as guarnições de seguranças existentes na vida intrauterina para onde tem uma predisposição para voltar se afligido pela adversidade.

Daí seu apego ao sertão. Ele saiu do sertão geográfico onde nasceu, mas o levou dentro de si, reproduzido indefinidamente em seus escritos, como fazemos com as lembranças infantis em devaneios ou em sonhos.

Encontramos seu escrito[3]: "Eu carrego um

sertão dentro de mim, e o mundo no qual eu vivo é também o sertão. As aventuras não têm tempo, não têm princípio nem fim. E meus livros são aventuras, para mim são a minha maior aventura. Escrevendo, descubro sempre um novo pedaço do infinito. Vivo no infinito, o momento não conta". (p.80)

Seu apego às coisas pessoais promoveu a identificação profunda com suas raízes e foi-lhe fácil remontar à linguagem do seu tempo de criança, ainda que tenha vindo para Belo Horizonte, mas nunca se afastou dela. Certamente essa tarefa foi facilitada pela conhecida colaboração do pai que lhe enviava com constância histórias de sua terra.

A observação clínica revela que pessoas que vão morar longo tempo no exterior, onde a língua é diferente, após muitos anos, continuam a sonhar somente na língua pátria, isto é, nos seus recônditos continua prevalecendo a língua mãe. Esse é um predicado autístico que todas as pessoas têm. Recentemente, eu tive uma experiência interessante. Em uma viagem ao exterior, após sete dias, onde se falava só o inglês, de modo inadvertido me surpreendi falando com meus colegas em português.

Todas as características pessoais de Rosa citadas são alongamentos do sistema de prevenção da sobrevivência apontado, tão próprio dos animais, com os quais ele era apegado devido à identificação empática com seus modos de funcionamento psíquico e motor.

Relação do perfil psicológico de Rosa com sua escrita

Como dito, os portadores de personalidade autista têm sentidos individuais exacerbados. Nestes a cognição sofre mais a ação dos sentidos no modo de agir e sentir. O sensorial tem presença marcante em suas vidas.

Podemos levantar a hipótese de que a escrita de Rosa emerge como ele mesmo escreve do seu *magma*, uma matriz psíquica sensorial, sem o retoque da gramática e da crítica literária. Ele tinha o conhecimento da natureza de sua escrita. Está escrito[3]: "Meus cadernos cheiram a suor de cavalo, de boi. Estão impregnados dos cheiros do sertão". Ou: "(...) Como eu, os meus livros, em essência, são 'anti-intelectuais' – defendem o altíssimo primado da intuição, da revelação, da inspiração sobre o bruxulear presunçoso da inteligência reflexiva, da razão, a megera cartesiana". E ainda: "O escritor deve ser um alquimista. Naturalmente, pode explodir no ar. A alquimia do escritor precisa de sangue do coração". Prossegue: "Os livros nascem quando a pessoa pensa; o ato de escrever já é a técnica e a alegria do jogo com as palavras". (p. 85, 80, 85, 85)

Continua no mesmo livro: "Existem elementos da língua que não são captados pela razão; para eles são necessárias outras antenas". Adverte: "Inteligência, prudência, tal como eu as interpreto, cultura elevada, tudo isso está bem, pois o escritor atual deve possuir todas estas qualidades. Mas não deve se transformar em um computador. Não deve abandonar as zonas do irracional, ou então deixar de produzir literatura e só produz papel". (p.83, 85)

Aliado ao domínio das letras e das palavras, Rosa isentou-se das normas da escrita convencional e se soltou. Brindou-nos com sua copiosa imaginação, apegada às suas origens e seus conteúdos psíquicos. Está escrito[3]: "Minha vida sempre e cedo se teceu de sutil gênero de fatos. Sonhos premonitórios, telepatia, intuições, séries encadeadas fortuitas, toda sorte de avisos e pressentimentos... Sou um contemplativo fascinado pelo Grande Mistério". (p.77)

Rosa em citação de tio Vicente[8] escreveu: "Desde menino, muito pequeno, eu brincava de imaginar intermináveis estórias, verdadeiros romances; quando comecei a estudar Geografia – matéria de que sempre gostei – colocava as personagens e cenas nas mais variadas cidades e países; um faroleiro, na Grécia, que namorava uma moça no Japão, fugiam para a Noruega, depois iam passear

no México... coisas desse jeito, quase surrealistas". (p.39)

Para tio Vicente[8]: "A beleza de sua imaginação criava-lhes os ambientes mais diversos e encantadores para suas histórias inventadas, de gosto, só para si". (p. 38, 39)

Rosa substanciou mais[3]: "Nós, homens do sertão, somos fabulistas por natureza. (...) No sertão, o que pode uma pessoa fazer de seu tempo livre a não ser contar histórias? A única diferença é simplesmente que eu, em vez de contá-las, escrevia. (...) Eu trazia sempre os ouvidos atentos, escutava tudo o que podia e comecei a transformar em lenda o ambiente que me rodeava, porque este, em sua essência, era e continua sendo uma lenda". (p.78,79)

Continua: "Eu, quando escrevo um livro, vou fazendo como se o estivesse 'traduzindo', de algum alto *original*, existente alhures, no mundo astral ou no 'plano das idéias', dos arquétipos, por exemplo". (p.84)

Da mesma forma como Franz Kafka[12] em seu conto *A metamorfose*, fez das letras, da escrita um recurso para sobreviver, Rosa o fez. Escreveu muito, primeiro para si constituir, e depois para o leitor. Não é demais afirmar que Grande Sertão: Veredas, sua obra prima, é uma reprodução fantasmagórica da sua vida interior em língua pátria. É um sonho que espelha sua alma, embora os disfarces necessários para amenizar as barreiras da autocensura.

Revelou[3] seu estado de espírito ao escrever Grande Sertão: Veredas: "Os caboclos 'baixaram' em mim... Só escrevo altamente inspirado, como que 'tomado', em transe. Aquele livro me cansou fisicamente. Acabei extenuado. Deu-me, porém, um enorme prazer. Sensação igual só senti ao escrever 'Miguilin'. Foi outro 'clarão' que recebi na vida". (p.81)

Rosa foi um menino de elevado cociente intelectual que tangido por sua insuficiência física, incluindo sua miopia e doenças próprias de baixa imunidade, conseguiu livrar-se das presilhas que prendiam seus passos no chão, ergueu-se ao seu encontro, inspirado pela coesão psíquica alcançada com as letras e brindou-nos com a excelência de sua vasta criação literária.

Sabia que não era apenas um repetidor dos casos que ouvia, lia ou imaginava. Gestou-os por anos, imersos em meio propício até que viessem a lume na idade adulta com poesia e encanto.

Em parte, filha do seu imaginário, sua obra se alongou em caminhadas que requereram pausas e saltos. Muitas. Longos... Passaram-se dez anos entre a publicação de Sagarana e de Grande Sertão: Veredas. De fato, tem-se a impressão que Rosa abstraia-se de si mesmo, tornava-se outro, para se manter em suspensão no mundo da sua infância. Alienava-se do meio ambiente e do próprio mundo interior, onde existiam barreiras de ordem religiosa e educativa da meninice, para produzir isento desses ensinamentos, na forma mais propícia para o exercício da imaginação e da criatividade. Existir com plenitude, isto é, como a água que desce morro abaixo.

Rosa tinha a percepção da necessidade de sair de sua terra natal e depois da escrita convencional, porque carregava como escreveu uma *gã* de talento para realizar, para dar forma.

Sabia da importância do conhecimento do berço das palavras, como é o dos homens, para identificar seu sentido real e se incensar. Escreveu ele[3]: "Aprendi algumas línguas estrangeiras apenas para enriquecer a minha própria e porque há demasiadas coisas intraduzíveis, pensadas em sonhos, intuitivas, cujo verdadeiro significado só pode ser encontrado no som original. Quem quiser entender corretamente Kierkegaard tem de aprender dinamarquês; do contrário, nem a melhor tradução o ajudaria". Continua: "Gostaria de ser considerado um reacionário da língua. Sou precisamente um escritor que cultiva a idéia antiga, porém sempre moderna, de que o som e o sentido de uma palavra pertencem um ao

outro. Vão juntos. A música da língua deve expressar o que a lógica da língua obriga a crer". (p.83, 83)

Rosa pode criar com liberdade e autonomia porque se desvencilhou das mãos das religiões. Era um ecumênico. Confessa[3]: "(...) sou profundamente, essencialmente religioso, ainda que fora do rótulo estrito e das fileiras de qualquer confissão ou seita; antes, talvez, como o Riobaldo do *G.S. V.*, pertença eu a todas. E especulativo, demais. Daí todas as minhas constantes preocupações religiosas, metafísicas, embeberem os meus livros. Talvez meio existencialista-cristão (alguns me classificam assim), meio neo-platônico (outros me carimbam disto) e sempre impregnado de hinduismo (conforme terceiros). Os livros são como eu sou". (p.92)

Em um extrato de sua autobiografia[3] deixou-nos uma incognoscível questão ao escrever: "Queria entender do medo e da coragem, e da *gã* que empurra a gente para fazer tantos atos, dar corpo ao suceder...". Prossegue: "Eu era eu – mais mil vezes – que estava ali, querendo, próprio para afrontar relance tão desmarcado. Destes meus olhos esbarrarem num rõr de nada... E, o que era que eu queria?... Uma coisa, a coisa, esta coisa: eu somente queria era – **ficar sendo**". [Grifo meu]. (p.245/246)

Rosa sentia que possuía um movimento pessoal para frente, movido pela coragem, pela *gã*, que se impunham vigorosamente à espera do suceder, do ***ficar sendo.*** Saiu vitorioso como atestam seus feitos profissionais. Contudo sua insuficiência física, tão retratada em Grande Sertão: Veredas, na pessoa de Riobaldo, foi resultado do estafante trabalho desde sua infância para se **manter sendo**. O sufixo baldo significa, segundo Ferreira[13], "Falto, falho, carecido, carente".

Certamente seus êxitos ditados pela sua personalidade autista foi fonte de enorme estresse pessoal, responsável por sua morte prematura aos cinquenta e nove anos de idade.

Penso que tinha consciência subjetiva da sua tendência para tarefas de grande alcance. Externou-a na poesia *Águas da Serra,* a primeira do livro *Magma*[4], quando possuía 28 anos de idade.

Poetizou:

Águas da Serra

Águas que correm,

claras,

do escuro dos morros,

cantando nas pedras a canção do mais-adiante,

vivendo no lodo a verdade do sempre-descendo...

Águas soltas entre os dedos da montanha,

noite e dia,

na fluência eterna do ímpeto da vida...

Qual terá sido a hora da vossa fuga,

quando as formas e as vidas se desprenderam

das mãos de Deus,

talvez enquanto o próprio Deus dormia?...

E então, do semi-sono dos paraísos perfeitos,

os diques se romperam,

forças livres rolaram,

e veio a ânsia que redobra ao se fartar,

e os pensamentos que ninguém pode deter,

e novos amores em busca de caminhos,

e as águas e as lágrimas sempre correndo,

e Deus talvez ainda dormindo,

e a luz a avançar, sempre mais longe,

nos milênios de treva do sem-fim...

Sua acesa *gâ,* implícita neste poema, infelizmente não era compatível com sua natureza biológica e levou-o ao desgaste e à morte prematura. Esvaiu-o do belo da vida.

Esse desgaste foi tão belamente expresso por ele no conto *Páramo*[14], quando morava como embaixador nas altitudes da Colômbia.

Escreveu: "De lá o frio desce, umidíssimo, para esta gente, estas ruas, estas casas. De lá, da desolação paramuna, vir-me-ia a morte. Não a morte final – equestre, cefeira, ossosa, tão atardalhadora. Mas a outra, *aquela*." Eu diria que se referia a morte sem cadáver do ser vivo insuficiente.

Rosa tinha uma fraqueza espelhada em vários fatos de sua vida pessoal. Talvez conduzido por sua miopia, exacerbou seu imaginário, usando as letras e as palavras, elementos mais accessíveis para lhe darem o sentimento do vir-a-ser, ou de ***ficar sendo.***

Narrou[3]: "Escrevi *Grande sertão* como um ato de minha vida, para aprender a viver. Era como se fosse o meu testamento. As minhas preocupações, os meus conflitos, ali se refletem e se resolvem. Até os 14 anos eu não sabia viver. Um dia deitei-me na cama com a intenção de não me levantar mais. Até que fui me encontrando nas coisas, nas leituras".

Enfatizou em Grande Sertão: Veredas que "viver é muito perigoso". Embora estivesse se remetendo à realidade externa da vida no sertão carente de recursos para a sobrevivência e vivida em constantes desafios, intuitivamente referia-se ainda ao seu mundo interior dominado por um litígio entre forças do continuar sendo e do desfazer-se.

Esse desafio é vivido por Riobaldo, personagem central de Grande Sertão: Veredas. Nasce bastardo, sem a presença de um pai que lhe guarnecesse de segurança e vai se fazendo novo no aprendizado da vida. Passa por inúmeras experiências pessoais ao longo da narrativa do romance que o transformam em homem sensato, acima dos demais. Porém não tinha a coragem destes. Diante de Hermógenes, cede à sua insuficiência e deixa para Diadorim a luta final. Dai para frente opta por viver conciliado com a vida certa, retirado e amparado pelo amor incondicional de Otacília.

Ainda revelando o desafio do viver está o próprio título do livro - Grande Sertão: Veredas. Dois sujeitos distintos: o sertão e as veredas. Um não lapidado pela civilização. É o bebê animal, com seus recursos da filogênese para sobreviver. O outro mais dotado, a mãe, que lhe cuida e lhe permite as aquisições de uma cognição para viver em sociedade.

Penso que apenas Kafka, um desafiante da morte física e psíquica (a loucura), aproximou-se de Rosa na precisão da narrativa literária para descrever as angústias existenciais do continuar sendo e da tendência para desfazer-se por meio de seus respectivos personagens: Samsa Gregor e Riobaldo.

A metamorfose e Grande Sertão: Veredas são narrativas de leitura difícil porque denunciam os dois maiores temores do homem portador de personalidade autista: a travessia do *nada* até o *ficar sendo* e a morte que o espreita.

Espero ter contribuído com meus conhecimentos científicos para navegarmos neste mar insinuante da obra literária de Rosa com sua imensa riqueza.

Referências

1. ROSA, JG. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2006.

2. ANDRADE, CD. *Estas Histórias*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001.

3. SILVA, DF. *Andanças*. São Paulo. Cadernos de Literatura Brasileira: Instituto Moreira Sales, 2006.

4. ROSA, JG. *Magma*. Rio de janeiro: Editora Nova Fronteira, 1977.

6. ROSA, JG. *Sagarana*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1984.

7. ROSA, JG. *Miguilin*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1977.

8. GUIMARÃES V. *Joãozito. A infância de João Guimarães Rosa*. São Paulo: Panda Books, 2006.

9. FREUD, S. *Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1970.

10. TUSTIN, F. *Barreiras autísticas em pacientes psiconeuróticos*. Porto Alegre: Artes Médicas,1990.

11. OGDEN, T. Sobre o conceito de uma posição autista-contígua. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 2002, vol.30: 341-364.

12. KAFKA, F. *A metamorfose*. São Paulo: Editora Editorial, 2006.

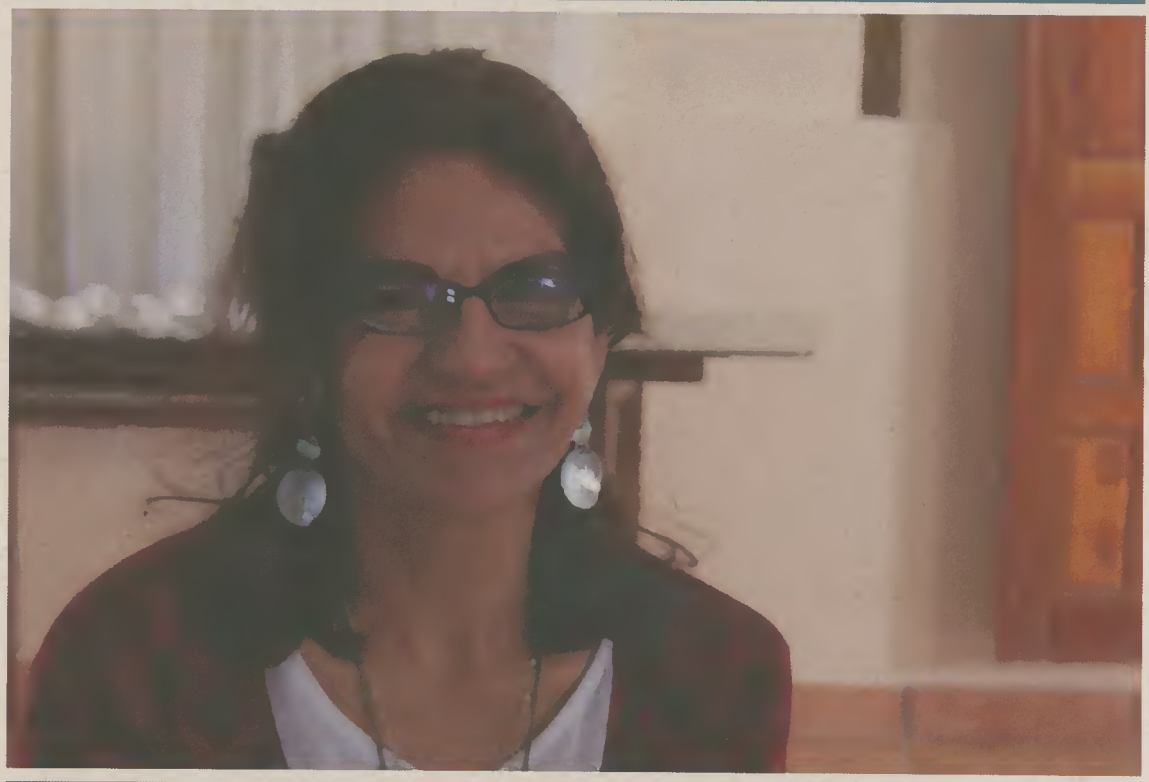
13. Ferreira, ABH. *Novo Dicionário Da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1975.

14. ROSA, JG. *Páramo. Estas Histórias*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001.

E-mail do autor:

sebastiaosalim@superig.com.br

MARTA DE OLIVEIRA PIMENTEL



PROFESSORA ADJUNTO DO DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM APLICADA DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DA UFMG

REFLEXÃO SOBRE GESTÃO DE PESSOAS EM SAÚDE E ENFERMAGEM NA PERSPECTIVA DA PRÁXIS HUMANA

Resumo

O objetivo desse texto é buscar explorar o tema utilizando o conceito de práxis humana de Sánchez Vásquez (1977), na abordagem da práxis criadora e da práxis reiterativa ou imitativa como apresentada no estudo de Paro (1988). É nosso propósito também, buscar exemplos de alguns estudos realizados de como estão se dando essa práxis humana nos espaços em que elas ocorrem. A ação gerencial em saúde tem por finalidade criar e assegurar condições dignas para implementar modelos tecnoassistenciais e modelos de atenção, compatíveis com os princípios políticos e organizativos engendrados no SUS. As mudanças necessárias para a consolidação de novos modelos de gestão vêm se efetivando ao longo dessas três últimas décadas num esforço conjunto e coletivo dos gestores, trabalhadores, usuários e educadores da área da saúde. Entretanto, os esforços coletivos realizados ainda não conseguiram vencer as práticas reiterativas existentes no campo político brasileiro, haja vista as condições operacionais do trabalho em saúde e as decisões políticas no contexto da gestão de pessoal. Entendendo a gestão, na perspectiva de Merhy (1997), como um lugar onde se governa os processos institucionais, espaços de formulação e decisões políticas e como lugar que permite imprimir direcionalidade aos atos produtivos, no interior dos serviços. O fato de se colocar em posição reflexiva e sistematizar os conhecimentos, técnicas e procedimentos elaborados nos possibilita a intencionalidade de fazê-los avançar de modo mais acelerado.

Foto: Arquivo Apubh

Introdução

Como docente da Área de administração da Escola de enfermagem da UFMG e recém egressa do curso de doutorado em Ciências da Saúde da Universidade de São Paulo, com estudos direcionados para as relações interpessoais no processo de trabalho em saúde, tivemos a oportunidade de refletir sobre as práticas de saúde e de enfermagem recortando-as como práticas sociais em sua dimensão de trabalho na busca de compreensão crítica das razões sociais desse trabalho, sua organização, potencialidades, limites e articulações que ocorrem em espaços institucionais e realidades concretas onde se podem apreender suas contradições, injunções, dinâmicas e possibilidades de mudanças.

A intenção de debruçarmos sobre o tema gestão de pessoas em saúde e em enfermagem se apresenta como uma atividade de grande envergadura ao levarmos em consideração o contexto sócio histórico que ora atravessamos no cenário político nacional de formulações, implantações e operacionalizações de ações no setor saúde.

Desde a década de 80, com a promulgação da Constituição Federal, e de diversos movimentos sociais, como o Movimento da Reforma Sanitária no setor saúde, operou-se mudanças estruturais e um novo sistema de saúde - o Sistema Único de Saúde – SUS, trazendo no seu construto uma nova concepção de saúde: a saúde como um direito do cidadão e dever do Estado (Mendes, 1999). A saúde passou a fazer parte dos direitos sociais da cidadania. Com introdução de princípios conceituais políticos ideológicos, administrativos, organizativos e tecnológicos distintos dos quais as instituições sociais - saúde, educação, política – e a sociedade de um modo geral, estavam familiarizados em seus modos operatórios de proceder até então (Fracolli & Egry, 2001).

Assim, o modelo do SUS tem inscrito na sociedade uma profunda reforma democrática do Estado, gerando formas de participação e co-gestão social e mecanismos eficientes de pactuação em um modelo descentralizado e mais democrático do federalismo. Encontramo-nos, no momento, plenamente imersos em um período de construção, portanto de transição, de concomitância de práticas de saúde de concepções e formas distintas e, por vezes, contraditórias.

Por conseguinte, grandes desafios têm se apresentado para os pesquisadores, educadores, gestores, trabalhadores e usuários na busca de caminhos teórico-metodológicos inovadores e consistentes que dêem conta de uma nova forma de olhar o sujeito humano portador de necessidades de saúde sem, contudo abstraí-lo de suas relações com o ambiente em que vive, trabalha e convive em interação com os demais sujeitos humanos, construindo um *modus convivendi* social de ser historicamente determinado (Bauman, 2004).

Os questionamentos, as mudanças, as tensões, as crises, os avanços, as permanências são criações humanas que anunciam a magnitude e dimensão da transformação proposta, bem como ainda a não suficiência dos tempos vividos para se estruturar e introjetar práticas diferentes que assegurem novos modos de organizar o processo de trabalho em saúde e em enfermagem, ou seja, do fazer cotidiano.

O objetivo desse texto é buscar explorar o tema utilizando o conceito de práxis humana de Sánchez Vásquez (1977), na abordagem da práxis criadora e da práxis reiterativa ou imitativa como apresentada no estudo de Paro (1988). É nosso propósito também, buscar exemplos de alguns estudos realizados de como estão se dando essas práxis humanas nos espaços em que elas ocorrem. Esta proposta é antes de qualquer coisa, modesta, pois temos ciência de que este é um tema onde o conhecimento já acumulado convida à reflexão e a uma

postura de humildade.

O Processo de trabalho de Gestão em Saúde e de enfermagem

Um dos temas mais tratados e problemáticos na organização dos serviços de saúde vem sendo segundo Merhy, (1997), o modo como se estruturam e gerenciam-se os processos de trabalho, nos distintos estabelecimentos que ofertam esses serviços. O conceito de processo de trabalho na saúde segundo Peduzzi & Schraiber (2006), diz respeito *"à dimensão microscópica do cotidiano do trabalho em saúde"*, ou seja, ao modo como os trabalhadores e os profissionais de saúde fazem as suas ações cotidianas nos espaços de trabalho na dinâmica de produção e consumo de atos de saúde. De acordo com essas autoras o estudo do processo de trabalho em saúde vem representando desde sua origem importante abordagem teórico-conceitual para as questões sobre recursos humanos em saúde e a noção clássica do trabalho e de processo de trabalho constitui relevante categoria interpretativa nos estudos sobre recursos humanos em saúde. (Peduzzi & Schraiber 2006; Nogueira, 2002).

É importante, portanto, que teçamos algumas considerações sobre o trabalho enquanto espaço de mediação entre o homem e a natureza, estruturante da vida social e construtor de estruturas sociais. Paro (1988), numa abordagem marxista, nos diz que ao dar forma útil aos recursos naturais, por meio do trabalho, o homem coloca frente à natureza suas próprias forças naturais e mediando essa relação, existem os meios de trabalho (todas as condições objetivas necessárias à realização do processo de trabalho, Marx, 1994) com o qual ele aplica o seu trabalho sobre os objetos que visa transformar.

Neste movimento para transcender sua situação natural, ou seja, destacar-se da natureza, estruturando uma realidade humana objetivada e criadora de subjetividades, os recursos empregados pelo homem são de ordem materiais e conceptuais de cada homem e, por outro lado, são os esforços despendidos pelos homens coletivamente organizados o que precisa ser coordenado com vistas a um propósito comum. Tem tanto a ver com as relações do homem com a natura quanto com as relações dos homens entre si. Essas duas ordens de relação são vinculadas uma a outra e estão em mútua dependência (Paro,1988).

Por conseguinte, o homem age tanto mais administrativamente, quanto mais ele conjuga seus conhecimentos e técnicas, o que os faz aperfeiçoar e avançar, na utilização de seus meios de produção (todos os elementos matérias que diretamente ou indiretamente, participam do processo para produzirem resultados, produtos ou ação modificadora), o que garante o processo de desenvolvimento humano (Paro, 1988).

No processo de produção material da existência humana as relações que o homem trava com a natureza, ele não o faz como indivíduo isolado, mas em contato permanente com os outros homens, eles estabelecem relações entre si. Essa é condição essencial da existência humana. Para Max e Engels (1975) apud Paro (1988), por não serem únicos nas suas necessidades e na maneira de satisfazê-las, os indivíduos tornam-se dependentes uns dos outros, o que coloca a inevitabilidade do estabelecimento de relações entre eles e o fato de que, o desenvolvimento de um indivíduo e de cada um, está condicionado pelo de todos os outros com quem se encontra em relações diretas ou indiretas.

Essas relações de reciprocidade se manifestam de modo particular no processo de trabalho, por força, quer da própria natureza do processo de produção no qual estão, normalmente, envolvidas mais de uma pessoa, quer na destinação dos produtos desse processo na sociedade (Paro, 1988).

As atividades humanas ocorrem por meio de uma conjugação das atividades de todos os indivíduos envolvidos. Assim, é o fator econômico dos seus próprios recursos que colocar em ação o uso de esforços coletivos na busca de objetivos comuns.

Portanto, o caráter social do trabalho já está presente no momento mesmo em que o processo de trabalho ocorre, seja pelas trocas antevistas, seja pela divisão social do trabalho.

Este entendimento assegura o pressuposto compreensivo das práticas de saúde enquanto práticas sociais e desta forma historicamente estruturadas e socialmente articuladas, ou seja, resultante das relações que se estabelecem entre diferentes atores sociais e de suas opções de intervenção sobre o processo saúde-doença na historicidade desses sujeitos em contextos sociais determinados (Mishima, SM, et al, 1997).

Assim, consideramos que a atividade gerencial está implicada nesse mesmo pressuposto, como uma atividade social e relacional, seja tanto pela complexidade de atividades envolvidas em processos de trabalhos que se entrelaçam, seja pela essencialidade de que essas atividades são desenvolvidas pelo esforço coletivo de um conjunto de trabalhadores. Coordenar os esforços coletivos tem a ver com as relações dos homens entre si no interior do processo de trabalho e das relações que são levados a estabelecer entre si para que o processo se realize dentro de um contexto historicamente dado. (Parro, 1988).

Portanto, a gerência em saúde como uma prática articulada e integrada, enquanto atividade meio possibilita a transformação do processo de trabalho e sofre transformações mediante determinações existentes no seu fazer cotidiano dentro das organizações de saúde, isto é, se modifica diante da finalidade colocada para o trabalho (Mishima, SM, et al, 1997).

Essa atividade se configura em um modo de gestão, ou seja, um conjunto de práticas administrativas colocadas em execução pela direção de uma organização para atingir os objetivos por ela fixados. O método de gestão compreende os objetivos definidos com os princípios políticos, valores e filosofia da gestão que o inspiram, o tipo de estrutura organizacional, o estabelecimento das condições de trabalho, a organização de trabalho, a natureza das relações hierárquicas, os sistemas de avaliação e controle dos resultados e as políticas em matéria de gestão de pessoas (Chalat, 1997).

Para Chalat, todos os modos de gestão possuem dois componentes: o prescritivo e o real, sendo o primeiro um componente abstrato e prescrito, formal e estático e o segundo, um componente concreto real, informal e dinâmico. A relação entre esses dois componentes que envolvem uma tensão mobilizadora de atos repercute no nível da gestão, gera consequências sobre os resultados das práticas cotidianas dos trabalhadores. É importante estar-se atento de que as concepções e princípios que fundamentam os modos ou métodos de gestão potencializam ou minimizam essa tensão o que pode favorecer a interação, o comprometimento, e o envolvimento saudável do trabalhador com o seu agir cotidiano no trabalho ou impedi-lo em sua expressão como sujeito humano.

O modelo de gerência na concepção da administração clássica científica, racional, tecnoburocrático, detém formas centralizadoras, normativas, autoritárias, fragmentadas, rígidas, padronizadas, despersonalizado e coisificando o trabalhador para controlá-lo. Os modelos de gestão mais contemporâneos buscam formas mais humanizadas e compartilhadas de gerir os processos de trabalho no interior das organizações visa diminuir a tensão cotidiana entre o sujeito trabalhador, a organização de trabalho e o seu trabalho, como a participativa e a flexível, que encontra, no entanto,

outros desafios na sua operacionalização (Spagnol, 2002).

No campo da saúde, a gerência atua como um instrumento do processo de trabalho em saúde, pois efetiva as políticas implantadas. Ao mesmo tempo é condicionante do modo como se organiza a produção de serviços e é condicionada por ele. Nesse duplo movimento, resultante de um contexto e criador desse mesmo contexto, o processo de gestão torna-se um espaço permeável à influência de diferentes sujeitos sociais com interesses diversificados no que tange as políticas de saúde (Campos 1989).

Assim, deve-se considerar o objeto do processo de trabalho do processo de gestão, a saúde, ou seja, as necessidades humanas de saúde, sentidas e trazidas aos serviços pelos sujeitos sociais. Essas necessidades se tornam objeto, a partir de um "olhar" voltado à determinada finalidade que representa a intencionalidade do processo de trabalho (Schraiber, Peduzzi, 2006).

Apoiado na centralidade do sujeito enquanto objeto do processo de trabalho de saúde, e considerando a atividade gerencial dinâmica e dialética, onde as dimensões técnicas, políticas e comunicativas estão em constante articulação, exigindo reflexão e tomada de decisão pelo agente executor, (Mishima, SM, et al, 1997), o objeto do processo gerencial na saúde e na enfermagem são as ações organizadoras do trabalho com destaque para os operadores dessa ação, os sujeitos trabalhadores, isto é, as pessoas.

Recursos Humanos, segundo, Parro (1988), foi à equivalência de sujeitos humanos a meio de trabalho numa estrutura social determinada, ou seja, à concepção que com sua visão de homem, equivale recursos humanos a recursos dos humanos. Nesta visão o ser humano acaba sendo tratado mas como o simples parte indiferenciada da natureza. Para ele, recursos humanos são aqueles inerentes ao homem e, portanto sinônimo de recurso do homem, pois só com a utilização dos elementos conceptuais inerentes ao homem, só ele, o homem, pode criar novas técnicas, produzir novos conhecimentos e acumulá-los historicamente – o esforço humano - constrói recurso humano, não signifique isto, que as pessoas envolvidas no processo de trabalho como sujeitos sejam recursos, meios, eles são agentes e fim desse processo, portanto, a gestão é sobre pessoas.

A ação gerencial em saúde tem por finalidade criar e assegurar condições dignas para implementar modelos tecnoassistenciais e modelo de atenção, compatíveis com os princípios políticos e organizativos engendrados no SUS.

O Sistema Único de Saúde, constituído pelo conjunto de todas as instituições públicas, federais, estaduais e municipais, pelas fundações mantidas pelo poder público e demais unidades privadas admitidas, de forma complementar, tem por objetivo universalizar, de maneira equânime e gratuita, os serviços de saúde para a população brasileira. De acordo com Ferreira (2004), este sistema comporta dois grandes grupos de funções gerenciais: uma desenvolvida nas unidades de produção de serviços e outra nas instâncias de comando e coordenação de âmbito institucional, em cada esfera de governo.

A gestão, segundo Merhy (1997), é um lugar onde se governa os processos institucionais, espaços de formulação e decisões políticas e um lugar que permite imprimir direcionalidade aos atos produtivos, no interior dos serviços, ao governar processos de trabalho.

O processo de descentralização político-administrativa da saúde e as reformas administrativas têm buscado criar formas de implantar um novo modelo de gestão de caráter participativo e associado à diretriz de gestão única que geram

subsistemas que devem funcionar de forma integralizada, admitindo múltiplos partícipes que por meio de acordos políticos e instrumentos técnico-operacionais possam manter a integração e a unicidade do sistema. Portanto, a identificação e implementação de diretrizes que caracterizam mudanças no modelo assistencial, não apenas em nível de correções técnicas ou administrativas, mas que visem à alteração do modo de produção de saúde torna-se questão central do processo (Ferreira, 2004).

Segundo Viana (1995), o novo Modelo de sistema de saúde deve operar formas organizativas descentralizadas administrativas e operacionais com um modelo de atenção integral à saúde, com participação da comunidade visando ao controle social.

As estratégias que vêm sendo utilizadas para a implantação do novo Modelo de gestão com o intuito de viabilizar mudanças organizativas são: Gestão plena, semiplena, gestão participativa, planejamento estratégico, Co-gestão com criação de Conselhos de Saúde e o Programa da Saúde da Família, com formação de equipes.

As mudanças necessárias para a consolidação desses modelos vêm se efetivando ao longo dessas duas últimas décadas num esforço conjunto e coletivo dos gestores, trabalhadores, usuários e educadores da área da saúde. Entretanto, os esforços coletivos realizados ainda não conseguiram vencer as práticas reiterativas existentes no campo político brasileiro, haja vista as condições operacionais do trabalho em saúde e as decisões políticas no contexto da gestão de pessoas, especificamente, dos profissionais médicos.

A Práxis humana no contexto da Gestão de pessoas em Saúde e em enfermagem

Em toda atividade humana encontra-se presente, em menor ou maior grau, a consciência humana. Segundo Peduzzi & Schraiber (2006), apoiadas em Mendes Gonçalves, (1992), os processos de trabalho são também *"re-produção das necessidades, ou seja, tanto reiteram as necessidades de saúde e o modo como os serviços se organizam para atendê-las quanto podem criar novas necessidades e respectivos processos e modelos de organização de serviços".*

Por conseguinte, em toda práxis entendida como *"uma atividade material, transformadora e ajustada a objetivos"* há uma intervenção em maior ou menor grau da consciência do homem. Seu modo de manifestação pode ser em um alto grau de consciência que têm os indivíduos das atividades nas quais estão envolvidos – a práxis criadora, ou se manifesta em um grau menor de consciência das atividades nas quais estão envolvidos outros indivíduos, a práxis reiterativa ou imitativa, mas em ambas as práxis humanas a consciência não deixa de estar presente. Ambos esses tipos/níveis da práxis são de importância vital para o homem e para o desenvolvimento humano. (Sánchez Vázquez, 1977; in Parro, 1988).

A práxis humana se traduz na produção ou auto-criação do próprio homem e a práxis criadora é determinante, pois lhe permite enfrentar novas necessidades e novas situações. O homem é um ser que tem de estar inventando ou criando constantemente novas soluções. Uma vez encontrada uma solução, não lhe basta repetir ou imitar. Porque em primeiro lugar, ele mesmo cria novas necessidades que invalidam as soluções construídas e em segundo lugar, a própria vida, no seu *continum,* apresenta novas exigências e invalidas as soluções conhecidas.

As soluções alcançadas, no entanto têm sempre um tempo, certa esfera de validade, daí a possibilidade e a necessidade de generalizá-las e estendê-las, isto é, repeti-las, enquanto essa validade se mantenha, decorrendo disso, a repetição, que se justifica enquanto a própria a vida não reclama uma nova criação. O homem não

vive num constante estado criador. Ele só cria por necessidade, para adaptar-se a novas situações ou para satisfazer novas necessidades. Repete, enquanto não se vê obrigado a criar.

Contudo, criar é para o homem a primeira e a mais vital necessidade humana. Criando transforma o mundo, faz um mundo humano e se faz a si mesmo. A atividade prática fundamental do homem tem um caráter criador, junto a ela, porém temos como atividade relativa, transitória, sempre aberta à possibilidade e necessidade de ser substituída – a repetição (Sánchez Vázquez, 1977; in Parro, 1988).

As práxis humanas – criadora e reiterativa – são constitutivas dos seres humanos e necessárias para a sua existência. Na prática, ambos esses tipos coexistem em intimo relacionamento, já que um pressupõe o outro e vice-versa (Paro, 1988).

As características da práxis criadora são:

- As atividades da consciência (o subjetivo, o interior) e da realização do projeto (o objetivo, o exterior) são inseparáveis, formando uma unidade;
- A produção do objeto ideal e inseparável do objeto real, material;
- Criar implica a idealização e objetivação de algo novo;
- Tem um caráter único e irrepetível;
- No ato da criação, tanto o processo de realização quanto a forma última criada, só serão conhecidos a *posterior;*
- Projeto e realização - sofrem modificações no processo advinda da relação entre eles;
- A processualidade na criação é auto-regulatória. As resistências iniciais são superadas modificando o modo de realizar o projeto, e/o como também, a forma idealizada do projeto, disso resulta um produto diferente do inicialmente projetado;
- Indeterminação e imprevisibilidade tanto do processo quanto do produto dele resultante.

As características da práxis reiterativa são:

- Repetibilidade;
- A lei que rege o processo de realização já é conhecida *a priori;*
- O objeto real é duplicação ou copia do objeto ideal,
- Ocorrência de uma separação entre o subjetivo e o objetivo;
- Repetição de um processo ou resultado alcançado por uma práxis criadora anterior (previsível e dicotomizada);
- Amplia e multiplica a práxis criadora.
- Aspecto negativo – quando sua ocorrência se dá no sentido de barrar as possibilidades de novas criações;

Acreditamos que, como Paro (1988), por mais rotinizada que seja determinada atividade, o homem não pode prescindir da intervenção da consciência, dentre outras razões, porque só conscientemente, ele pode se abrir para uma atitude diante das coisas na qual ele coloca em suspensão sua própria consciência. Mesmo para assegurar o caráter mecânico da operação e poder excluir as intervenções da consciência – desnecessária do ponto de vista da produção – é indispensável um mínimo de sua (Sánchez Vázquez, 1977; in Parro, 1988).

Como toda práxis, a da gestão e do gerenciamento de pessoas em saúde criadora e a reiterativa encontram-se impregnadas pela consciência humana, e esta consciência que participa do processo prático e que pode ser exigida em maior ou menor grau, Sánchez Vázquez (1977), denomina *"consciência prática"*. Porém, para se apreender toda a extensão da

atividade de gestão de pessoas em saúde enquanto práxis é necessário não apenas levar em conta a inserção da consciência no processo prático como também o grau de inserção do sujeito, isto é, a sua consciência da práxis.

A consciência da práxis ou autoconsciência prática é uma consciência que se volta sobre si mesma e sobre a atividade material em que se plasma, pois a consciência não só se projeta e se plasma, como se sabe a si mesma como consciência projetada, ou seja, que a atividade que rege as modalidades do processo prático é sua e que, além disso, é uma atividade procurada, desejada por ela (Sánchez Vázquez, 1977; in Parro, 1988).

E dependendo do grau de consciência da práxis, temos dois níveis da práxis: a práxis reflexiva e a práxis espontânea. Na primeira ocorre uma alta consciência da atividade prática, e na segunda uma baixa ou quase inexistência de consciência da atividade prática. Embora ligados com os dois tipos de práxis – criadora e reiterativa – esses dois níveis com eles não se identificam e nem precisam coincidir com os mesmos (Piro, 1988).

Significa que pode existir uma prática da gestão e do gerenciamento espontânea, na qual se faça uso de sua consciência da práxis, mobilizando os seus recursos racionais objetivos e subjetivos, de modo a atender as necessidades imediatas que vão surgindo no processo prático, porém com pouco acesso ao *como* isso ocorre. Por outro lado, uma prática de gestão e gerenciamento reflexiva além da consciência prática, o sujeito (individual ou coletivo), segundo Piro, (1988), se acha consciente da racionalidade do processo e da participação nele de sua consciência, isto é, existe uma alta consciência da atividade prática com suas implicações históricas.

Esta experiência de autoconsciência prática, do exercício de uma gestão e de um gerenciamento reflexivo de acordo com Piro (1988), *"não aparece imediatamente acabada na vida"* dos sujeitos (individual ou coletivo), decorre de um longo desenvolvimento histórico *"da práxis humana, da sua própria atividade prática, que vão se produzindo e construindo as condições culturais, econômicas, políticas e sociais"* que possibilitam ao sujeito captar conscientemente a maneira racional que ele vem empregando os elementos materiais e conceptuais e o esforço coletivo na realização de objetivos. Inicialmente, existia uma visão muito fragmentária ou uma consciência da práxis muito incipiente para permitir-lhes a realização de uma gestão e um gerenciamento reflexivo.

Portanto, é nessa dinâmica do uso de sua consciência da práxis, associado ao processo prático, aos conhecimentos, técnicas e aos procedimentos de uma administrar/gerenciar que vão se acumulando historicamente que se vai conseguindo passar de um nível espontâneo para um reflexivo do agir humano. O fato de se colocar em posição reflexiva e sistematizar os conhecimentos, técnicas e procedimentos elaborados nos possibilita a intencionalidade de fazê-los avançar de modo mais acelerado. Não significando com isso, que as condições para que as mudanças ocorram não tenha de ser construídas e que as disponibilidades no que concerne ao esforço humano coletivo e recursos materiais e conceptuais que tornam possível a satisfação dessa necessidade não tenham também que ser mobilizadas. Pois, ao mesmo tempo em que, a realização concreta de atividades práticas, determina uma práxis, ela é determinada pelas condições existentes num contexto sócio-histórico.

As Práxis Criadoras e Reiterativas, reflexivas e espontâneas no Contexto dos Serviços de Saúde no âmbito da gestão e do gerenciamento dos sujeitos trabalhadores.

Estabelecidos os tipos e os níveis de práxis, examinaremos as atividades de gestão e gerenciamento dos sujeitos

trabalhadores na saúde e na enfermagem no contexto dos serviços de saúde tendo como categoria a práxis humana na concepção do filósofo Sánchez Vásquez.

Reconhecemos que o Sistema Único de Saúde - SUS, legitimado pelas Leis 8.080 e 8.142, de 1990, adotou por princípios doutrinários e operacionais a universalidade, descentralização, integralidade, eqüidade e participação da comunidade (Machado et. al, 2005), validando direitos de cidadania.

Portanto, os princípios e diretrizes do SUS corroboram a concepção da determinação social do processo saúde-doença, como resultado de fatores relacionados às formas de viver e trabalhar dos indivíduos, dos quais advêm potenciais de fortalecimento e desgaste à saúde (Queiroz, Salum, 1996).

Para Merhy (1994), o sentido último de qualquer serviço de saúde é o de centrar o usuário e intervir a partir de seus problemas, procurando contribuir para um caminhar mais autônomo daquele no seu "*modo de andar a vida*", ou seja, um lugar de produção de práxis criadora. Mas, no entanto, as realidades do mundo do trabalho nas organizações de saúde ainda se dão numa práxis reiterativa e imitativa, reprodutoras de mecanismos gerenciais que visam à captura dos trabalhos vivos diretamente vinculados a cadeia produtiva material.

A divisão do trabalho no setor da saúde estabelece hierarquias entre os trabalhadores por meio da dicotomia entre o trabalho intelectual e manual que separa os momentos de projeto e execução das ações (Mendes-Gonçalves, 1992), característica do modelo taylorista. Refere-se à forma de organização do trabalho coletivo em saúde na qual se identifica a separação entre os momentos de concepção e execução das ações de saúde, de tal maneira que os trabalhadores se distanciam da finalidade do seu trabalho e, portanto, não entendem seu objeto de intervenção de modo que possuem menor domínio do processo de trabalho e insuficiente condição de intervir na concepção do trabalho e no agir cotidiano (Schraiber, Peduzzi, 2006).

Vários autores Spagnol, (2005); Silvério&Patrício, (2007); Marques, (2007); Ferraz, (2000); Lourenço et.al. (2005); Fracolli & Egry (2001),corroboram no sentido de que, para gerenciar a assistência em saúde e em enfermagem seja no âmbito hospitalar ou da saúde pública, seja como gestores e ou gerentes das ações de saúde, ainda se utilizam métodos e estratégias de gestão oriundas da teoria clássica da administração, com pequena capacidade e habilidade para operar com os novos mecanismos e instrumentais que as novas concepções, diretrizes e orientações demandam.

As novas formas de realizar a gestão se entrelaçam com as antigas formas, sendo estas que se destacam no fazer cotidiano, pois os saberes ainda não foram recriados, revelando a necessidade de capacitação desses agentes.

Os saberes possibilitam a apreensão do objeto de intervenção, reestruturam os modos de apreendê-lo e fundamenta as ações dos profissionais. Por isso, o saber constitui um importante instrumento de trabalho que configura uma tecnologia, de tal forma, que o sujeito trabalhador estabelece mediações entre o objeto, o instrumento e a atividade do trabalho por conhecer o projeto de trabalho e como são realizadas as ações (Peduzzi, 2002; Mendes-Gonçalves, 1994).

O modelo biomédico, centrado na concepção clínica fisiopatológica é ainda hegemônico nos serviços de saúde, contudo, é empregado o modelo de atenção integral à saúde, concepção ampliada que vislumbra as necessidades de saúde na perspectiva da integralidade que articula as ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde.

Para Ferreira, (2004), se observa nos atuais gestores municipais e estaduais de saúde uma incapacidade para lidar com situações para as quais não foram qualificados.

"Devido à inexistência de uma gerência autônoma, capaz de interagir com grupos da comunidade e entidades governamentais, observamos formas improvisadas de se conduzir programas sociais de envergadura", deve-se buscar equacionar o quê e o como fazer, sistematizar processos de tomada de decisões, orientarem processos de produção e avaliar resultados que dêem de fato visibilidade ao que foi realizado.

A práxis da gestão em saúde e na enfermagem tende a uma práxis reflexiva e criadora, no entanto, os estudos nos têm apresentado evidências da existência ainda muito forte de uma práxis reiterativa na sua expressão cotidiana e realizada ainda de forma espontânea. (Silvério & Patrício, 2007; Marques, 2007; Ferraz, 2000; Lourenço et.al. 2005; Fracolli & Egry 2001),

As necessidades de saúde constituem a finalidade do processo de trabalho em saúde (Mendes-Gonçalves, 1994) e para atingi-las deve ser incorporado um "saber tecnológico" que viabiliza a transformação do objeto de intervenção através de sua apreensão e interpretação técnica pelos trabalhadores (Merhy, 2006).

No modelo de atenção integral à saúde ocorre uma maior aproximação do trabalhador do entendimento e controle do processo de trabalho possibilitando uma relação mais criativa e humanizada com o usuário. Dessa forma o trabalhador pode identificar as mudanças e reações no quadro do usuário e buscar atender suas necessidades com maior resolutividade (Schraiber, Peduzzi, 2006).

As reflexões que vêm sendo feitas sobre a necessidade de se ressignificar as relações que se estabelecem entre os usuários e familiares e os trabalhadores pautadas por um novo e outro modo de cuidado, a *inter-ação* (Ferraz, 2000), como uma práxis criadora e reflexiva que se estrutura e fundamenta-se por meio de uma razão sensível, contrapondo-se a uma razão instrumental-analítica, a relações *sujeito-sujeito*, em contrapartida à relação *sujeito-objeto;* a um caráter de não-dominação sobre um caráter de poder/dominação, ou seja contrapondo-se a uma práxis reiterativa, espontânea, na qual pouco ou nenhum espaço para a imaginação e criatividade humana possa aparecer.

O trabalho criativo se afasta da divisão técnica reproduzida pela fragmentação taylorista. Na gestão participativa, descentralizada e autônoma, há espaço para desenvolvimento de ações criativas, autonomia e participação no processo decisório do cuidar dos usuários em suas necessidades legítimas de saúde, ao contrário do modelo hegemônico taylorista de organização do trabalho em saúde que fragmenta o cuidado e separa os momentos de concepção e execução das ações de saúde de tal forma que o trabalhador que executa as ações não controla ou avalia seus resultados.

Silvério & Patrício (2007) relatam que em sua experiência de aplicação de um método qualitativo em pesquisa que proporcionou um processo educativo como base na reflexão critica dos resultados do estudo com os próprios sujeitos da pesquisa, revelou-se a práxis reiterativa o que aponta dificuldades de se mudarem as práticas cotidianas de saúde, ou seja, a impossibilidade de romper com os atuais padrões das praticas de saúde. Revelou-se a força da práxis reiterativa, espontânea, e a dificuldade, da práxis reflexiva e criadora.

De acordo com Ferreira (2004), o maior desafio das práticas em saúde é a questão da integralidade, não como uma questão institucional ou política, mas como desafio cultural, para romper com formas cristalizadas de se entenderem e realizarem as ações técnicas e que conformam padrões de intervenção médica ou em saúde já tornados tradição.

E reconhecendo que é na rede de relações conformada entre os gestores, profissionais, trabalhadores de saúde e

usuários – agentes – num dado serviço, que se constroem as práticas em saúde, essas construções demandam tempo e repetições para que sejam assimiladas. Ao mesmo tempo, os agentes são construídos por essas práticas e relações, e por esta razão, suas concepções sobre os usuários, a gestão, o cuidado em saúde, o sentido do trabalho em equipe são fundamentais para se definir a política e organização dos processos de trabalho nos serviços (Fortuna, 1999).

Mattos (2004), afirma que a integralidade se refere aos encontros entre a equipe de saúde e os usuários através de práticas intersubjetivas, ou seja, dialógicas, nas quais os trabalhadores de saúde se relacionem com os sujeitos e não com os objetos, eles buscam compreender o modo de vida do usuário para interagir com eles. Dessa maneira eles identificam as necessidades de ações e serviços de saúde de cada usuário com o qual se relacionam, para reconhecer de maneira ampliada o conjunto de intervenções que poderão responder às necessidades apreendidas.

A práxis humana é entendida, como ações em movimento dinâmico em forma de espiral, que mantêm um núcleo, um eixo que lhe dá sustentação, mas em torno do qual a exuberância da criação humana pode existir. A capacidade de pensar, pensar sobre si pensando, concede ao homem a vivência do processo criativo.

Suscitando Reflexões

Acreditamos que a reflexão sobre o tema "gestão e gerenciamento em saúde e enfermagem" considerando o processo, o contexto histórico e as práticas cotidianas desenvolvidas após a implantação do novo Sistema de Saúde, o SUS e o construto conceitual das Práxis humanas de Sánchez Vázquez, permitem, além de uma compreensão da visão processual constitutiva dos processos de conhecimentos humanos, seus esforços individuais e coletivos em um processo construtivo, uma necessidade de se debruçar melhor sobre o *como* está ocorrendo a articulação destes recursos dos homens, para o alcance das finalidades propostas por ele. Quais são de fatos os investimentos que têm sido feitos, políticos e econômicos, para absorção de novas práticas no contexto da gestão de pessoas em saúde?

As práxis humanas sejam elas em uma amplitude criadora ou reiterativa, reflexiva ou espontânea, acontecem dentro de tempos, tempo humano e histórico, sustentadas por esses sujeitos históricos que, em menor ou maior grau, implantam mudanças que transformam seus modos de fazer, de ser e de se pensarem enquanto fazem.

Como Merhy (2007), cremos que o processo de trabalho em saúde possibilita que a criatividade do trabalho seja "explorada", com possibilidades de "aberturas" a dimensões não pensadas. Ele, também, nos traz a importância histórica dos trabalhadores de saúde em relação à "inventividade" que constrói alternativas de atenção através de ações tecnológicas que se utilizam dos conhecimentos das próprias pessoas, através do vínculo e do acolhimento, buscando "linhas de fuga" ao trabalho morto do modelo hegemônico (Merhy, 1994).

Assim, o fato de podermos pensar criticamente, embasados em conhecimentos construídos e no contexto das políticas de gestão desenvolvidas para a construção do nosso sistema de saúde, nos impõe reflexões e atitudes pertinentes acerca das delicadas tramas necessárias e das dificuldades para a consolidação do SUS, em nosso país. Diante do cenário do presente processo histórico urge a necessidade do enfrentamento de grandes desafios, tendo em vista a abrangência e a complexidade do campo da saúde como política pública.

Referências

ALMMEIDA, MCP. & ROCHA, SMMR. Considerações sobre a enfermagem enquanto trabalho. In: ALMEIDA, MCP. & ROCHA, SMMR. (Organizadoras) *O trabalho de Enfermagem.* São Paulo: Cortez, 1997.

BAUMAN, Z. Amor Líquido – *Sobre a fragilidade dos laços humanos.* Rio de Janeiro: Zahar; 2004.

CAMPOS, GWS.; MERHY, EE.; NUNES, ED. Planejamento sem normas. In: MISHIMA, SM; et al. Organização do processo gerencial no trabalho em saúde pública. In: ALMEIDA, MCP. & ROCHA, SMMR. (Org) *O trabalho de Enfermagem.* São Paulo: Cortez, 1997.

CHALAT, J-F. Modos de Gestão, saúde e segurança no trabalho. In: DAVEL, E. & VASCONCELLOS, J. (Org) *"Recursos" Humanos e Subjetividade*, Petrópolis. 2 ed., ed. Vozes, 1997.

FERREIRA, AS. *Competências gerenciais para unidades básicas do Sistema Único de Saúde.* Ciência &Saúde Coletiva. 9(1): 2004, p. 69-76.

FERRAZ, ÇA. *As dimensões do cuidado em Enfermagem: Enfoque Organizacional.* Acta Paul Enf. 13(1): 2000, p.91-97.

FORTUNA CM. *O trabalho de equipe numa unidade básica de saúde: produzindo e reproduzindo-se em subjetividades: em busca do desejo, do devir e de singularidades.* [dissertação] Ribeirão Preto (SP). Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP; 1999.

FRACOLLI, L.A. & EGRY, E.Y. *O processo de trabalho de gerência: Instrumento potente para operar mudanças nas práticas de saúde?* Rev. Latino-Am. Enfer. v.9 n.5, set. 2001.

MACHADO, FRS; PINHEIRO R.; GUIZARDI, FL. Direito à Saúde e Integralidade no SUS: o Exercício da Cidadania e o Papel do Ministério Público. **In:** MATTOS, RA e PINHEIRO, R, organizadores. **Construção Social da demanda.** Rio de Janeiro: IMS/UERJ-CEPESC-ABRASCO; 2005. p. 47-64.

MARQUES, GQ; LEAL, SMC; LIMA, MADS: BONILHA, ALL: LOPES, MJM. *As práticas cotidianas de profissionais em serviços de saúde, na ótica de estudos acadêmicos.* Online Brazilian. Journal of Nursing, v.6, nº. 2:2007

MATTOS, RA. Os sentidos da integralidade: algumas reflexões acerca de valores que merecem ser defendidos. In: Mattos RA e Pinheiro R (Org.). *Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde.* Rio de Janeiro: IMS/UERJ-CEPESC ABRASCO, 2001, p 39-66.

MARX, K. *O capital.* 14. ed. São Paulo: Difel, 1994.

MENDES-GONÇALVES, RB. *Práticas de saúde: processos de trabalho e necessidades.* São Paulo: CEFOR; 1992. (Cadernos cefor, 1 – Série textos)

MERHY, EE. Em busca da qualidade dos serviços de saúde: os serviços de porta aberta para a saúde e o modelo tecno-assistencial em defesa da vida (ou como aproveitar os ruídos do cotidiano dos serviços de saúde e colegiadamente reorganizar o processo de trabalho na busca da qualidade das ações de saúde). In: CECÍLIO, L. C. O. (Org.). *Inventando a mudança em saúde.* São Paulo: Hucitec; 1994. p. 117-160

MEHRY, EE. Em busca do tempo perdido: a micropolítica do trabalho vivo em saúde. In: MERHY, EE. & ONOCKO, R (Org.). *Agir em saúde: um desafio para o público.* São Paulo: Hucitec; 1997. p. 71-112.

MISHIMA, SM; et al. Organização do processo gerencial no trabalho em saúde pública. In: ALMEIDA, MCP. & ROCHA, SMMR. (Org.). *O trabalho de Enfermagem.* São Paulo: Cortez, 1997.

NOGUEIRA, R.P. O Trabalho em saúde:

novas formas de organização. In: PEDUZZI, M, SCHAIBER, L.B. Processo de trabalho em saúde. In: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e Estação de trabalho Observatório de técnicos em saúde. *Dicionário da educação profissional em saúde*. Fiocruz: Rio de Janeiro; 2006.

PARO, V.H. *Administração escolar: introdução crítica.* São Paulo: Cortez: _____.,. p. 17-54.

PEDUZZI M. *Equipe multiprofissional de saúde: a interface entre trabalho e interação.* [tese] São Paulo (SP): Escola de Enfermagem/USP, 2003.

PEDUZZI M. *Mudanças tecnológicas e seu impacto no processo de trabalho em saúde. Trabalho*, Educação e Saúde 2002; 1(1):75-91.

PEDUZZI M, SCHRAIBER, L.B. Processo de trabalho em saúde. In: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e Estação de trabalho Observatório de técnicos em saúde. *Dicionário da educação profissional em saúde*. Fiocruz: Rio de Janeiro; 2006.

QUEIROZ, VM, SALUM, MJL. Reconstruindo a intervenção de enfermagem em saúde coletiva face á vigilância à saúde. In: *Livro Resumo do 48º. Congresso Brasileiro de Enfermagem.* 1996. out, São Paulo (SP). São Paulo: ABEn – Seção – SP, 1996.

SILVÉRIO, MR. & PATRÍCIO, ZM. O processo qualitativo de pesquisa mediano a transformação da realidade: uma contribuição para o trabalho de equipe em educação em saúde. *Revista Ciência &Saúde Coletiva*. 12(1): 2007. 239-46.

SPAGNOL, CA. Da gerência clássica à gerência contemporânea: compreendendo novos conceitos para subsidiar a prática administrativa da enfermagem. *Revista Gaúcha de enfermagem.* 23(1): 2002, p.114-31.

SPAGNOL, CA. *(Re) pensando a gerência em enfermagem a partir de conceitos utilizados no campo da Saúde Coletiva. Revista Ciência &Saúde Coletiva*. 10(1): 2005, p.119-127.

VIANA, ALD, Modelos de intervenção do Estado na área de saúde. Série Estudos de Saúde Coletiva,118. In:VIANA, ALD. et. al. Mudanças significativas no processo de descentralização do sistema de saúde no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 18(suplemento): Rio de Janeiro, 2002. p. 139-151

PUBLIQUE NA REVISTA CAMINHOS

Chamada para publicação de trabalhos no 1° semestre de 2014

A Revista Caminhos, publicação do Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros, abre período de submissão de trabalhos para publicação na edição de número 31, em março de 2014.

Os trabalhos devem ser enviados para o e-mail comunicação@apubh.org.br até 31 de março de 2014.

Orientações para envio e publicação de artigos:

1) Todos os professores da UFMG, filiados à Apubh, ativos e aposentados, podem enviar seus artigos;
2) Os artigos deverão respeitar as seguintes especificações: fonte Times New Roman, tamanho 12, texto justificado, espaço 1,5, com 25.000 a 35.000 caracteres;
3) Poderão ser enviadas, também, produções literárias e elustrativas (charges, desenhos, poesias, ensaios, contos, etc) que guardem relação com os temas tratados na Revista.
4) Os interessados devem enviar um mini-currículo, de até 200 caracteres, e duas fotos 10 x 15 para publicação na revista;

5) Os temas abordados devem estar dentro dos seguintes eixos temáticos:
5.1. Carreira e Trabalho Docente;
5.2. Ciência e Tecnologia;
5.3. Política Educacional;
5.4. Universidade e Autonomia;
5.5. Mercantilização da Educação;
5.6. Universidade e Movimento Docente;
5.7. Eleições;
5.8. Temas acadêmicos em geral.

O Conselho Editorial da Revista Caminhos poderá propor modificações formais nos materias encaminhados que não signifiquem alterações essenciais do conteúdo para melhor adequá-los às exigências editorias, quais sejam: textos de interesse geral e tratamento acadêmico, e que estejam relacionados aos temas propostos acima.

APUBH

PROJETOS DE MKT E COMUNICAÇÃO

Lucas Daian / lucasdaian@hotmail.com
Simone Ribeiro / simonerib@yahoo.com

AUTORES NESTE NÚMERO

Dalmir Francisco

Sofia Maria Carrato Diniz

Luiz Oswaldo Carneiro Rodrigues

Fernando Pimentel de Souza

Elias Antônio Jorge

Maria Regina Emery Quites,
Leandro Gonçalves de Rezende e
Fábio Mendes Zarattini

Humberto Coelho de Carvalho

Sebastião Abrão Salim

Marta de Oliveira Pimentel

apubh

Rua Arthur Itabirano, 70 - São José
Belo Horizonte/MG - Cep: 31.275-020
Tel: [31] 3441-7211 Fax: 3441-1303
E-mail:apubh@apubh.org.br
www.apubh.org.br